

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PROSTITUIÇÃO JUVENIL FEMININA:
A ESCOLHA, AS EXPERIÊNCIAS E AS AMBIGÜIDADES
DO “FAZER PROGRAMAS”

RAFAELA ASSIS DE SOUZA

VITÓRIA
2007

RAFAELA ASSIS DE SOUZA

**PROSTITUIÇÃO JUVENIL FEMININA:
A ESCOLHA, AS EXPERIÊNCIAS E AS AMBIGÜIDADES
DO “FAZER PROGRAMAS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Lídio de Souza.

VITÓRIA
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S729p Souza, Rafaela Assis de, 1980-
Prostituição juvenil feminina: a escolha, as experiências e as
ambigüidades do “fazer programas” / Rafaela Assis de Souza. – 2007.
179 f.

Orientador: Lídio de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Prostituição juvenil. 2. Sexo. 3. Estigma (Psicologia social). 4.
Mulheres jovens. I. Souza, Lídio de. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

TERMO DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de maneira especial compartilharam comigo o desafio de mais uma conquista e contribuíram para a concretização desse trabalho.

Aos meus amados pais Ricardo e Beth, que sempre me ensinaram a importância de perseguir meus objetivos, obrigada pelo apoio e incentivo na realização desse trabalho.

Agradeço também aos meus irmãos Daniel e André, que se mantiveram na torcida para que mais essa etapa fosse vencida.

Ao Léo, meu querido companheiro de jornada, agradeço por compartilhar comigo os momentos bons e ruins que vivi ao longo desse projeto, tornando-se fonte de renovação, segurança e aconchego.

Obrigada também aos meus sogros Geraldo e Cirene, que me acolheram em sua casa durante a realização da pesquisa de campo e tão logo me incluíram como parte da família.

Aos amigos trimarienses, agradeço por terem contribuído e apoiado a realização dessa pesquisa, compartilhando saberes e experiências significativas para o alcance de nossos objetivos.

Ao professor Lídio de Souza, obrigada pelas valiosas orientações teórico-metodológicas e pela liberdade proporcionada na condução desse trabalho.

Agradeço também aos professores Zeide Araújo Trindade e Paulo Rogério Meira Menandro, pelas importantes contribuições na qualificação do projeto de pesquisa.

Finalmente, agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro durante a condução dessa pesquisa.

Compartilho com todos vocês a alegria de mais uma conquista. Obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 Prostituição infanto-juvenil: a emergência de um fenômeno | 3 |
| 1.2 Terminologias e conceitos: uma breve discussão | 11 |
| 1.3 Delimitando práticas | 23 |
| 1.4 A representação da Prostituição infanto-juvenil na sociedade | 34 |
| 1.5 Objetivos da pesquisa | 50 |
| 2. MÉTODO | 52 |
| 2.1 O Contexto da pesquisa | 53 |
| 2.2 Participantes | 55 |
| 2.3. Procedimentos Éticos | 58 |
| 2.4 Análise de Riscos da pesquisa | 60 |
| 2.5. Instrumento de coleta de dados | 61 |
| 2.6 Procedimentos de coleta de dados | 62 |
| 2.7 Procedimentos de análise dos dados | 64 |
| 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 67 |
| 3.1 Caracterização do Grupo 1 | 67 |
| 3.2 Infância e relacionamento familiar | 74 |
| 3.3 Cotidiano | 78 |
| 3.4. Relacionamentos afetivos e iniciação sexual | 82 |
| 3.5. Programas sexuais | 88 |
| 3.5.1 Iniciação aos programas sexuais | 88 |
| 3.5.2 Organização dos programas sexuais | 96 |
| 3.5.3 Motivações e representações sobre os programas sexuais | 103 |
| 3.5.4 Discriminação e preconceitos | 112 |
| 3.6 Síntese do Grupo 1 | 121 |
| 3.7 Caracterização do Grupo 2 | 123 |
| 3.8 Convites sexuais | 130 |
| 3.9 Participação do Grupo 2 em programas sexuais | 135 |
| 3.10 Representações do Grupo 2 sobre os programas sexuais | 138 |
| 3.11 Síntese do Grupo 2 | 153 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 155 |
| 5. REFERÊNCIAS | 168 |
| 6. APÊNDICES | 174 |

Souza, R. A. *Prostituição juvenil feminina: a escolha, as experiências e as ambigüidades do “fazer programas”*, Vitória, 2007, 179 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo investigar como a prática de programas sexuais é vivenciada por um determinado grupo de jovens mulheres, considerando aspectos sociais, culturais e contextuais envolvidos. Discutindo questões conceituais, a pesquisa tentou se desvincular de perspectivas que focalizavam exclusivamente um sentido de vitimização da prostituição de crianças e adolescentes, buscando acrescentar novos conteúdos de análise sobre o fenômeno a partir da percepção de sua diversidade e das múltiplas formas de manifestação, reavivando o caráter de liberdade e autonomia presentes em tais práticas. Através de uma abordagem psicossocial, investigou-se as experiências de dois grupos distintos: o Grupo 1, formado por 10 mulheres jovens que confirmaram a prática de programas sexuais e o Grupo 2, composto por 09 mulheres jovens que negaram a realização de programas sexuais, mas afirmaram sua proximidade e o conhecimento sobre essa realidade. Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas que procuraram coletar informações sobre dados pessoais, escolarização, trabalho, infância, relacionamento familiar, primeiras experiências sexuais, programas sexuais, cotidiano e futuro. Os dados foram sistematizados através da análise de conteúdo temática, que possibilitou interpretações qualitativas sobre os mesmos. Os principais resultados indicaram que o *fazer programas* apareceu como oportunidade para as jovens na medida em que experimentaram gradativamente a independência do núcleo familiar, tendo como motivação o desejo de liberdade e de consumo, associados a um complexo conjunto de condições estruturais, sociais, econômicas e culturais. Tais fatores se combinam e interagem de formas e intensidades variadas, determinando a escolha da jovem nesse caminho marcado pelo estigma e marginalização social.

Palavras-chave: Prostituição juvenil; programas sexuais; estigma; sexualidade; juventude feminina.

Souza, R. A. *Young female prostitution: the choice, the experiences and the ambiguities in practice of sexual services*, Vitória, 2007, 179 p. Masters Dissertation. Post-Graduation Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo.

ABSTRACT

This study has as objective to investigate how a group of young women live the practice of sexual services, considering social and cultural issues and the context involved. Discussing conceptual subjects, the research tried to not associate itself to perspectives that focus exclusively the sense of abuse of the children and adolescents's prostitution, looking for increase new subjects, through the perception of diversity and multiple configurations, reviving the freedom and autonomy presents in such practices. According to the psychosocial approach, the experiences of two different groups was investigated: the Group 1, formed by 10 young women that confirmed the practice of sexual services and the Group 2, composed by 09 young women that denied the experience of sexual services but confirmed their proximity and the knowledge about that reality. Information about personal issues, schooling and work, childhood, family relationship, first sexual experiences, sexual services, daily and future was collected through unstructured interviews. Data obtained was analyzed through Content Analysis for qualitative interpretations. The main results indicated that the experience of sexual services appeared as opportunity for the youths since they tried slowly the independence of the family, having as motivation the desire of freedom and of consumption, associated to a structural, social, economic and cultural conditions. The combination and interaction of such factors in ways and varied intensities determine the youth's choice in that way marked by the stigma and social marginalization.

Key words: Young prostitution; sexual services; stigma; sexuality; young woman.

1. INTRODUÇÃO

A delimitação de um objeto de estudo para o Mestrado em Psicologia partiu de minhas experiências como psicóloga em um pequeno município de Minas Gerais, tão logo havia me graduado em Psicologia no ano de 2003. O típico choque sentido ao passarmos dos bancos da academia à prática profissional aconteceu quando da oportunidade e da então necessidade de enfrentar a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes¹ nesse município, através do trabalho no Programa Sentinela. Sendo a temática uma relativa novidade para mim, ao mesmo tempo em que adentrava o campo da intervenção psicossocial, debruicei-me sobre a bibliografia disponível na tentativa de ampliar meus conhecimentos.

Ao longo dessa experiência, a abordagem de casos de abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes foi se tornando parte da minha prática cotidiana, sobre a qual eu começava a imprimir uma maneira particular de lidar e tirava dela minhas próprias conclusões. Diante de tantos desafios, percebia que existiam certas lacunas entre o que absorvia da bibliografia disponível, e do próprio discurso que sustentava o funcionamento do Programa que representava, e o que observava no contato com o público atendido. Buscando aprimorar o trabalho, que se tornou tema de grande interesse profissional, e imaginando que a atualização acerca desses fenômenos deveria acontecer o quanto antes, optei por torná-lo objeto de investigação na pós-graduação.

Entre uma série de questões relacionadas à população atendida, a problemática da prostituição de crianças e adolescentes sempre foi um forte motivo de inquietação pessoal. Ao ter oportunidade de entrar em contato com dezenas de

¹ Adota-se nesse estudo os limites etários propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos incompletos (art. 2º).

jovens que vivenciavam a prática da comercialização do sexo, me vi diante de um mundo até então desconhecido e inimaginável. Ocupando-me de meus conceitos e pré-conceitos, indagava sobre por que essas pessoas estariam subjugadas ou se subjugariam a tais relações. Ansiava saber como experimentavam a participação dentro de um grupo socialmente reconhecido por uma posição degradante e imoral e, ainda, como poderia agir para livrá-las dessa condição e prevenir futuras ocorrências.

Como profissional, entendia que era preciso responder a essas questões para que pudesse exercer meu trabalho de forma mais consciente e efetiva. Ficava claro que estávamos diante de uma prática cotidiana tanto de geração de renda quanto de sociabilidade, que não encontrava lugar no discurso institucional e que necessitava ser vista com olhos mais precisos e realistas.

Dessas inquietações surge meu problema de pesquisa. O desejo foi o de explorar o contexto e os matizes do fenômeno que expõe crianças, adolescentes e mulheres jovens à prostituição, conhecendo melhor esse grupo excluído e estigmatizado socialmente. Acreditava que o acesso às suas experiências, idéias, crenças e valores reservava elementos de grande valia para o conhecimento dessa realidade e sustentação para práticas eticamente implicadas e que se pretendam efetivas. Mais do que acumular saberes e relatos sobre a prostituição infanto-juvenil, a opção por adentrar essa realidade encontrou motivação no desejo de cooperar em nível acadêmico com a discussão sobre o fenômeno e sobre as práticas sociais intervencionistas propostas a inúmeras crianças e adolescentes incluídas nessa categoria.

1.1 Prostituição infanto-juvenil: a emergência de um fenômeno

Tomando como exemplo o campo das políticas públicas, observa-se que em resposta a movimentos nacionais e internacionais, determinados fenômenos adquirem o status de problema social emergente. Não que sejam eles realmente uma novidade, mas atendendo a determinados contextos e interesses, acabam assumindo grande visibilidade, tornando-se objetos privilegiados de atenção e intervenção.

Principalmente no campo social, a institucionalização desses fenômenos se veste de razões humanitárias para alcançar a divulgação e a adesão desejada. Sousa (2001) destaca que a situação de vida de crianças e adolescentes pobres na sociedade brasileira é atravessada por mecanismos dessa natureza. Assim, entraram em cena os “menores delinqüentes” e institucionalizados na década de 1970, os “meninos e meninas de rua” nos anos 1980 e as “meninas prostitutas” na década de 1990. Atualmente, o que parece apontar um grande fenômeno social é a participação dos chamados “adolescentes infratores” em cenas de violência e crime diversos, sendo esse um motivo de intenso alarme e mobilização social nos dias de hoje.

Desde a década de 1980, quando a massa de excluídos tratada genericamente por “menores” ou “meninos de rua” passou a ganhar contornos mais definidos, o fenômeno da prostituição infanto-juvenil veio se delineando. Ao abordar-se especificamente a população feminina de rua, uma tendenciosa associação com a prática da prostituição como estratégia de sobrevivência foi sendo empregada. Descolando-se da produção sobre o tema “meninos de rua”, a literatura especializada (não necessariamente acadêmica) da época acompanhou essa

tendência, influenciada pelas questões de gênero que emergiam naquele momento, mantendo uma associação naturalizada e acrítica entre o estar nas ruas e as práticas sexuais remuneradas como alternativa de sobrevivência para crianças e adolescentes pobres no Brasil (Andrade, 2004).

Em um dos primeiros trabalhos específicos sobre o tema, cerca de duas décadas atrás, Lorenzi (1987) adotou o tom de denúncia pública, apontando a omissão da sociedade em relação à situação da prostituição infantil no Brasil. Nessa mesma época, ao analisar a situação dos chamados menores carentes, Luppi (1987) reclamava a insuficiência de pesquisas sobre o fenômeno que considerou “uma das mais comuns brutalidades” (p. 179) à qual estaria exposta a infância marginalizada do país.

Em metaanálise dos estudos especializados sobre a prostituição infanto-juvenil, Andrade (2004) afirma que o tema passou a ocupar uma posição privilegiada na agenda política do país nos anos 1990, a partir de intentos não desinteressados de diversos atores sociais, destacadamente a mídia nacional e organismos financiadores. Segundo esse autor, a divulgação midiática sobre a prostituição infanto-juvenil foi absorvida pela sociedade de modo geral nas últimas duas décadas, “alimentando e sustentando o imaginário social, orientando ações e recursos públicos” (p. 176), fazendo da prostituição infanto-juvenil um fenômeno atual e bem mais evidente que no passado.

Sobre a participação de práticas sociais dessa natureza na produção de novos sujeitos de conhecimento, Foucault (1999, p. 8) garante que:

As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito do conhecimento

tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história.

A exemplo disso, na pauta das políticas públicas mais recentes encontram-se o *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, lançado em 2000 numa parceria entre Governo Federal e a sociedade civil organizada com a pretensão de se tornar o instrumento organizador das diretrizes para a defesa e a garantia dos direitos infanto-juvenis, em especial aqueles violados nas situações de risco ou de violência sexual²; a Lei Federal nº. 9.970, que instituiu o dia 18 de maio como o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, sendo marcado desde então por inúmeras mobilizações em todo o Brasil; e a implantação do *Programa Sentinela*, ação governamental descentralizada presente em diversos municípios brasileiros que oferece um conjunto de ações de assistência social destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimados pela violência sexual. Todas essas ações pressupõem um atendimento assistencial e de proteção social voltado para populações de maior vulnerabilidade socioeconômica e para regiões tidas como de maior incidência de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao lado de ações político-governamentais como essas, encontram-se outras tantas promovidas por organizações não-governamentais nacionais e internacionais e instituições religiosas que se envolvem com a questão da prostituição infanto-juvenil no Brasil, movimentando uma exorbitante quantia de recursos financeiros no país e agindo através de políticas intervencionistas e compensatórias, guiadas muitas vezes por pressupostos ética e ideologicamente pouco questionados. Aponta-se para a necessidade de ações sociais que atinjam essa população, mas

² Termo genérico que resume os conceitos de abuso sexual (relação com conotação sexual por coerção e sedução) e exploração sexual (comercialização do potencial sexual), ambos envolvendo crianças ou adolescentes.

principalmente para a compreensão de como as instituições que já contemplam essa questão vêm atuando e avançando (Gomes, 1994).

O fenômeno da prostituição infanto-juvenil também é problematizado em outros países, alcançando grande evidência social principalmente no leste europeu, África e outros países da América Latina. Em agosto de 1996, representantes de 122 países (incluindo o Brasil) reuniram-se na cidade sueca de Estocolmo para o primeiro encontro global dirigido especificamente ao debate da exploração sexual comercial de crianças pelo mundo. Desse encontro, uma série de medidas foi aprovada com o intuito de proteger a infância dessa que foi considerada uma das mais degradantes condições de vida.

Um segundo encontro foi realizado em 2001, na cidade de Yokohama, Japão, em que o número de países participantes foi elevado para 136. De acordo com os relatórios divulgados pela ECPAT (End Child Prostitution, Pornography and Trafficking) International³ em 2000 e 2001 para avaliar a execução dessas medidas pelos países signatários, há um crescente interesse desses governos em incluir em suas agendas políticas estratégias de combate ao fenômeno da prostituição infanto-juvenil. De maneira geral, observa-se que a mobilização política se articula na medida em que o fenômeno começa a aparecer como problema social relevante para as diversas comunidades ao redor do mundo.

Estatísticas alarmantes reforçam ainda mais a notoriedade da prostituição infanto-juvenil, embora a confiabilidade desses números possa ser colocada em questão. Em relação ao tráfico de mulheres e crianças, por exemplo, Raymond (2002) alerta que organizações governamentais e não-governamentais apresentam números divergentes em função da definição conceitual adotada, da tendência dos

³ Rede internacional dedicada à eliminação da exploração sexual comercial de crianças, formada atualmente por 73 grupos em 67 países e sediada em Bangkok, Tailândia.

governos em sub-representar o problema e da limitada extensão de estudos de caso. O Grupo Davida (2005) também analisa a produção recente sobre o “tráfico de seres humanos”, identificando como os dados contraditórios produzidos são transformados em “fatos” no processo de produção de saberes, ancorados em perspectivas moralistas que violam os mesmos direitos constitucionais e humanos que dizem defender. Utilizando o conceito de “pânico sexual”, variante do conceito de “pânico moral” e envolvendo especificamente questões de natureza sexual, os autores investigam como essas questões são problematizadas, instigando inquietações populares que muitas vezes culminam com a criação de uma “cruzada moral”, sem levar em conta a resolução justa e democrática do problema.

Sobre a prostituição infanto-juvenil, Gomes (1996) assevera que a lógica recorrente no imaginário social parece exigir a explicitação numérica para que se alcance o reconhecimento do fenômeno como passível de enfrentamento, revelando sua importância muito mais pela extensão que por sua natureza. Por outro lado, Sousa (2001) reflete que o alarme dos números poderia produzir um efeito inverso, o da banalização do fenômeno diante de sua imensa recorrência.

Julgando que os números disponíveis sobre o dimensionamento do fenômeno no Brasil não são passíveis de credibilidade suficiente, visto as dificuldades em se contabilizar os eventos, a ilegalidade da prostituição de crianças e adolescentes, a falta de registro oficial global, a inconsistência dos dados sugeridos, a ausência de um consenso conceitual e os riscos de uma produção homogeneizada do fenômeno, entre outros obstáculos, o presente trabalho não dispôs de estimativas relacionadas. Acredita-se que a falta de quantificação do fenômeno não retira dele sua gravidade nem a urgência em estudá-lo.

Ainda que a mobilização social em torno da prostituição infanto-juvenil esteja em voga, a temática não é alvo de uma produção científica consistente e muito menos congruente em relação a conceitos e abordagens. Em levantamento da bibliografia disponível sobre o tema, Souza (2001) identifica dois momentos distintos dessa restrita produção. O primeiro localiza-se na década de 1980 com estudos sobre a categoria “meninas de rua”, enquanto o segundo se desenvolve em seqüência ao longo da década de 1990, quando a prostituição infanto-juvenil adquire um espaço de investigação próprio e definido.

Observa-se que a passagem de um momento ao outro acontece principalmente pela desvinculação da prostituição do fato de “estar nas ruas” e a sua associação à infância e juventude pobres do Brasil, na medida em que “a pobreza vai tornando natural a promiscuidade” (Dimenstein, 1992, p. 32), permanecendo a conexão a conteúdos prévios homogeneizadores tais como a própria vivência nas ruas, a violência, o abuso sexual e a “desestruturação familiar”, entre outros.

A exemplo disso, articulando os conceitos de prostituição, violência, pobreza, gênero, saúde e sexualidade, Gomes (1996) desenvolve sua pesquisa tendo como cenário a vida de crianças e adolescentes nas ruas, genericamente chamadas de meninas⁴, pressupondo que nesses contextos elas compartilham uma relação de proximidade com a prostituição, seja como praticantes ou não. Afirma que “o simples fato de a menina estar na rua, mesmo que não viva na prostituição, pode ser associado ao ser prostituta ou pode despertar desejos sexuais que só podem ser realizados no ‘mundo ilícito da prostituição’” (p. 249). Associações como essas não são difíceis de serem encontradas na bibliografia disponível sobre o tema.

⁴ Moraes (1998) analisa o momento social de emergência da categoria “meninas” e identifica uma estreita conexão entre esta e a idéia de vitimização.

Silva et alii (1997) denunciam que o enfoque dado ao fenômeno também não qualifica particularidades culturais existentes nos diferentes contextos estudados. Dos estudos analisados, destaca-se o trabalho de Ávila (2003) que, atendendo ao critério de contextualização, realizou um interessante recorte sócio-histórico da Região Nordeste, do Estado de Sergipe e do município Tobias Barreto, local onde a pesquisa foi desenvolvida. Para a autora, esse tipo de enfoque permite compreender as especificidades, os fatores sócio-culturais enraizados, o perfil dos atores sociais e as relações que esses estabelecem com o ambiente em que vivem.

Revisando a produção nacional sobre o tema, Sousa (2001) assevera que os estudos estão ainda em fase inicial e que por isso não existe uma produção regular nem uma leitura acadêmica crítica sobre eles. Ao constatar a qualidade questionável dessas produções na década de 90 do ponto de vista das exigências acadêmicas, acusa ser necessário refletir sobre as razões do escasso apoio que a academia e as agências de fomento à pesquisa têm dado à realização de pesquisas/estudos dessa natureza.

A autora constata um certo núcleo comum de autores citados pelas pesquisas analisadas, mas afirma que o diálogo crítico sobre o fenômeno da prostituição infanto-juvenil é limitado, uma vez que boa parte dos estudos é fruto de produções não acadêmicas. Assegura ainda que a maior parte das pesquisas investiga as formas e os motivos da existência dessas práticas e não as discute como fenômeno psicossocial (Sousa, 2001).

Da mesma forma, Andrade (2004) distingue dois grupos de trabalho na produção especializada (não exclusivamente acadêmica) sobre a prostituição infanto-juvenil. No primeiro grupo encontram-se os trabalhos que procuram descrever e compreender o fenômeno, sua prática e cotidianidade, enquanto o

segundo grupo efetua uma metaanálise desses estudos especializados, sendo estes em número muito mais restrito, segundo o autor.

Em função da escassez de publicações, Gomes, Minayo e Fontoura (1999) sugerem que é muitas vezes necessário recorrer a estudos que abordam a prostituição de mulheres adultas na tentativa de se entender o fenômeno. Entretanto, acredita-se que cada um deles configura realidades distintas e outro conjunto de determinações (Gomes, 1994) e que a demarcação entre as diferentes fases do desenvolvimento é necessária na medida em que atenta para as características e necessidades particulares. Sousa (2002) também questiona se a abordagem indiferenciada entre prostituição infanto-juvenil e adulta não implicaria numa compreensão preconceituosa e ideológica sobre o grupo identificado com essa prática, como se estivesse se referindo a uma prostituição precoce, transpondo para esse grupo os mesmos estereótipos associados à prostituição adulta.

Concordando com esse pressuposto, ainda que em alguns momentos tivesse sido necessário lançar mão de estudos sobre a prostituição de mulheres adultas, o presente trabalho privilegiou referências que abordavam especificamente a temática da prostituição infanto-juvenil, preferindo os que propunham um debate científico aos que carregavam no tom denunciatório.

Rodrigues (2004) registra uma pesquisa bibliográfica realizada no Banco de Teses da CAPES em novembro de 2002, onde constatou a existência de 11 trabalhos de nível acadêmico entre 1992 e 2001. Na busca por referências mais atuais para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram localizados mais de 20 títulos de produções acadêmicas sobre prostituição e exploração sexual infanto-juvenil (a maior parte no Banco de Teses da CAPES), produzidas em programas de mestrado e doutorado no Brasil entre os anos de 1995 e 2006. Em função do interesse por

seus objetivos e fundamentações teórico-metodológicas propostas, algumas dessas produções foram utilizadas como referência para o presente trabalho.

1.2 Terminologias e conceitos: uma breve discussão

Ao abordar a temática da prostituição infanto-juvenil, alguns autores dedicam-se a delinear e justificar a opção por determinada terminologia. Por não existir um consenso em relação à expressão denominativa e à conceituação acerca do fenômeno em foco, os trabalhos se diversificam em função das fundamentações teóricas e metodológicas utilizadas como referência.

Em revisão bibliográfica de trabalhos americanos e canadenses da década de 80 e 90, Brannigan e Brunschot (1997) justificam a pouca coerência teórica e a falta de consenso nas definições, principalmente pelo fato de serem alvos de diversas disciplinas, e questionam a grande tendência dos estudos em patologizar a prostituição juvenil ou equipará-la à precocidade sexual, num claro juízo de valor.

Moraes (1998) destaca que as classificações produzidas sobre o fenômeno não são homogêneas, mas integram de alguma forma visões comuns aos variados focos. A ênfase na necessidade de explicitar as diferentes terminologias utilizadas nos estudos brasileiros justifica-se por essas já serem consagradas pela literatura especializada e desempenharem um papel importante na discussão acerca da prostituição infanto-juvenil.

Segundo Fábrega-Martinez e Benedetti (2000), o termo *prostituição* passa de substantivo a adjetivo, agregando à identidade da mulher que se prostitui uma condição de imoralidade e estigmatização social. Num esforço de substituí-lo, uma

vez que carrega consigo uma grande e histórica carga de estereotipia e preconceito, a expressão *exploração sexual infanto-juvenil* foi sendo incorporada pela mídia e pelo discurso institucional e utilizada também nos meios acadêmicos em referência à crianças e adolescentes, numa tentativa de desviar-se do enfoque de uma ação consentida para o de uma relação de abuso e violência, dando ênfase ao caráter vitimizador da situação. Ávila (2003) afirma que a expressão *prostituição infanto-juvenil* foi utilizada até o início dos anos 90, pois não havia aprofundamento nos estudos sobre o fenômeno da exploração sexual em si.

Essa re-significação atendeu aos pressupostos instaurados por uma nova política de defesa dos direitos da criança e do adolescente que entrou em cena no país nas últimas décadas. Substituindo a lógica da “situação irregular” que caracterizava a política de assistência e regulação da infância e da adolescência até a década de 1990 no Brasil – cujo instrumento legislador era o Código de Menores de 1927, influenciado por uma medicina higienista e pelo ideal de reprimir a chamada “delinqüência juvenil” – entrou em cena a “Doutrina de Proteção Integral”, cujas bases se originam da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança realizada em 1989 e considerada o grande marco internacional na concepção de proteção social à infância e à adolescência.

Essa doutrina fundamentou a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumento legal promulgado em 1990 a partir de uma intensa mobilização social que pretendia romper com a política punitiva e repressiva que predominava sobre os assuntos da infância e adolescência no país, tornando-se uma referência legislativa internacional. Sobre essas transformações, Barros (2005b, p. 21) esclarece que:

Em termos gerais, a mudança societária, que implicou na construção desta nova legislação, caracterizou-se como um contexto ímpar em nossa sociedade, que origina um Estatuto que altera substancialmente os paradigmas adotados até então, consolidando as propostas de normativas internacionais no que tange os direitos da criança. Assim, ao discutirmos o Estatuto da Criança e do Adolescente, procuramos não nos fixar no debate que se centra em sua afirmação ou em sua negação, mas apresentá-lo como resultante de um processo histórico que fundamenta novos paradigmas sem, contudo, esquecer que a legislação por si só não altera o ordenamento social, e que as mudanças paradigmáticas exigem outras tantas transformações societárias.

À luz desse novo parâmetro conceitual, crianças e adolescentes são elevados à condição de “sujeitos de direitos” e se tornam “prioridade absoluta” das ações e políticas, levando-se em conta a condição peculiar de desenvolvimento na qual se encontram.

Nesse processo, as discussões acerca da prostituição infanto-juvenil são revisadas. Assume-se que a busca de satisfação sexual de um sujeito através de outro mais vulnerável e fragilizado (no caso uma criança ou adolescente) em troca dos mais variados meios de gratificação configura-se como uma forma de violência sexual e uma violação de suas necessidades de crescimento. No processo de preparação biopsicossocial gradativo no qual se encontram, esse tipo de experiência se coloca como uma ruptura na formação desses sujeitos, que se vêem obrigados a responder a determinadas situações para as quais ainda não estariam habilitados. Focalizando o desenvolvimento das capacidades da criança em lugar da voluntariedade, conclui-se que a prostituição sob qualquer condição é uma prática exploradora e inaceitável (Hernández-Truyol e Larson, 2006).

Afirma-se que a inerente prematuridade infanto-juvenil impede que se tenha conhecimento sobre o significado, riscos e conseqüências da conduta sexual, sendo assim, apenas os adultos poderiam optar pela prostituição. Ávila (2003, p. 07) garante que

No caso da mulher adulta existe o consentimento, enquanto que a prática da prostituição envolvendo crianças e adolescentes é de constrangimento, prática ilícita já que são seres em formação e sem discernimento e desenvolvimento completos para decidirem sobre as implicações e as consequências deste tipo de atividade.

Portanto, mesmo quando há consentimento do sujeito nesse tipo de prática, há que se considerá-la como violência. Observa-se que em grande parte dos estudos que tratam exclusivamente da prostituição adulta, as práticas envolvendo crianças e adolescentes são contrapostas a ela e caracterizadas como fenômenos homogêneos e necessariamente vitimizadores.

Percebendo o potencial de violência contra adolescentes em situação de exploração sexual, tendo como referência os relatos de adultas jovens na cidade de Ribeirão Preto, Botelho (2003) também afirma que essa condição interfere negativamente sobre o processo de crescimento e desenvolvimento natural nessa faixa etária, pelo rompimento de sua individualidade e de sua integridade moral, pela perda de autonomia e de direito sobre seu corpo e seu destino.

Para os autores que reconhecem a prostituição de crianças e adolescentes como expressão de uma *exploração*, tais como Saffioti (1989); Gomes (1994 e 1996); Gomes, Minayo e Fontoura (1999); Campos e Faleiros (2000); Teixeira (2003); Botelho (2003); Rodrigues (2004); Nunes (2004); Libório (2005) e Hernández-Truyol e Larson (2006), destaca-se a existência de uma relação mercantilizada, que se desenrola no jogo de poder entre pólos antagônicos, reduzindo crianças e adolescentes a meros objetos de uso por adultos abusadores.

Explorando o contexto da prostituição de crianças e adolescentes nas ruas da cidade de Santo André, Nunes (2004) se apóia no que estabelece o Código Penal brasileiro e no ECA para sintetizar que tal prática deve ser considerada um estupro no caso de menores de doze anos (nesses casos a violência é presumida, segundo

o Código Penal), e um ato passível de condenação judicial no caso de adolescentes. Sendo assim, é a responsabilidade civil que define exclusivamente a capacidade de escolha pela prostituição e a legalidade dessa prática. Analisando os mesmos dispositivos legais, Ávila (2003) destaca ainda a desproporção entre a gravidade do delito praticado e a punição estabelecida pela lei.

Além das determinações no campo das relações interpessoais, a exploração também é localizada no contexto da organização social e da violência estrutural inerente a esta. Em pesquisa de campo realizada com 14 adolescentes entre 13 e 17 anos de idade em uma cidade de médio porte do interior de São Paulo, Libório (2005) assegura que a experiência da exploração sexual seria “parte da história de vida de adolescentes que viveram um processo contínuo de violência, violação de direitos e vulnerabilização desde tenra idade” (p. 419), considerando-a como parte de um ciclo de violência social, estrutural e interpessoal no qual a jovem está inserida.

Gomes (1996) pressupõe que “a prostituição infantil revela diferentes níveis de violência de ordem econômica, social e cultural” (p. 20), e destaca a violência sexual como a principal delas. Analisa que no contexto atual da prostituição infanto-juvenil na sociedade brasileira, fatores como a pobreza, o abuso sexual e outras violências vividas em família, a violência de adultos sobre crianças, as redes de agenciamento, o tráfico de drogas, os grupos de amizades e os desejos de liberdade combinam-se para explicar essa complexa realidade.

De maneira geral, o fenômeno da exploração sexual tal como tem sido representado por esses estudos resume a imagem da vitimização de crianças e adolescentes e se apóia em um discurso de marginalização social, onde o lugar

social desses sujeitos é definido pela situação de violação de direitos, em especial a violência sexual impetrada por um adulto agressor/abusador (Teixeira, 2003).

No contexto internacional, esse mesmo movimento de resignificação da prostituição infanto-juvenil também é percebido. A pesquisa de Goddard et al. (2005) denuncia que o uso da expressão “child prostitution” encontrado na mídia impressa mundial e nos documentos internacionais de organizações governamentais e não-governamentais negligencia a violência sexual implícita nessa situação e a transforma numa forma de transação comercial ou de trabalho, disfarçando o comportamento criminoso de adultos abusadores, transformados em clientes. Além disso, segundo os autores, a maior parte dos artigos não diferencia prostitutas adultas de “crianças prostitutas”⁵, responsabilizando a criança por essa condição e colocando a questão da idade e da capacidade de consentimento em segundo plano. Para Goddard et al. (2005), quando esses sujeitos são vistos mais como culpados do que como vítimas, são obrigados a suportar níveis mais altos de violência contra eles.

Por outro lado, Moraes (1998, p. 20) questiona que

o uso de categorias como “exploração” e “abuso” sexuais se por um lado é importante por que protege as meninas e adolescentes dos sistemas de acusação, por outro não responde às controvérsias que podem cercar o envolvimento de algumas dessas jovens com a prostituição.

Escapando do jugo da “escolha imoral” que pesa sobre as mulheres adultas que atuam na prostituição, fica reservado às crianças e adolescentes o lugar da vítima e da passividade.

Leal (1999) demonstra preocupação com o uso e popularização do termo “vítima”, sob o risco de se reforçar a ideologia patriarcal e machista, atribuindo valor e individualizando a relação explorador-explorado, eximindo o Estado e a sociedade

⁵ Tradução do termo “child prostitutes” utilizado pelos referidos autores.

de sua responsabilidade no enfrentamento social dessa problemática. Polarizando os papéis de vítima e agressor, arrisca-se desvincular os significados em relação aos contextos compartilhados, vividos por sujeitos sociais envolvidos nesse processo. Além disso, na medida em que se retira do contexto de análise a possibilidade de participação da criança e do adolescente como sujeitos, anula-se seu poder de ação (e de reação), reduzindo-os à passividade da vitimização.

Sousa (2001) também aconselha que se evite essa polarização, na medida em que a defesa dessas crianças e adolescentes deve ser sustentada pelo respeito aos seus direitos humanos mais elementares e não por sua pretensa ingenuidade. Afirma ainda que o imaginário social desse adulto localizado no pólo oposto é alimentado por caracterizações amplas e estigmatizantes que também deveriam ser evitadas.

Ao levantarem as representações sociais e as relações estruturais em torno da prostituição infantil, a partir dos depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em 1993 com o objetivo de apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil no Brasil, Gomes, Minayo e Fontoura (1999, p. 167) formulam que

não se pode, em hipótese alguma, desconhecer o status de sujeito de direitos que qualquer criança e adolescente possui. Esse sujeito, eticamente, não pode ser reduzido à condição de vítima. A certeza dessa convicção se traduz, no mínimo, em contar com essas meninas na definição de sua situação, para compreendê-la e superá-la. Tratar esse grupo social, já tão discriminado e alijado apenas como vítima, supõe decidir por ele seu presente e seu futuro.

Sobre o campo legal, ainda que o ECA como movimento organizado de luta tenha sido uma grande e democrática conquista para a política de direitos infanto-juvenis, a forma como as práticas sociais se organizaram em sua defesa deve ser objeto de reflexão. No caso da prostituição infanto-juvenil, se pela antiga lógica do

Código de Menores essa população seria alvo de acusações de delinquência e sujeita a uma intervenção estatal reformadora e higienista, pelo novo paradigma essas crianças e adolescentes passam por uma re-significação que vai de um extremo ao outro, de acusadas a vítimas incondicionais.

Isso confirma o fato de que o Estatuto por si só não seria suficiente para uma transformação social efetiva, mas se sustenta como instrumento a intermediar a tensão entre as conquistas empreendidas e as tentativas de conformidade a antigos paradigmas de intervenção e circunstâncias políticas específicas.

Por outro lado, a própria conformação do ECA a uma concepção de cidadania exercida e respaldada por lutas políticas de determinados segmentos já prevê a possibilidade de mudanças em seu texto, algumas delas tramitando atualmente no Congresso Nacional. Há que se atentar, entretanto, para que tais revisões conceituais não sejam usadas para sustentar o retorno mais repressivo às questões relativas à infância e adolescência e forcem um retrocesso nas conquistas obtidas até então (Barros, 2005b).

Seguindo a mesma perspectiva vitimizadora que contempla o fenômeno denominado como *exploração sexual infanto-juvenil*, a expressão *meninas prostituídas* também pode ser observada em algumas referências (Vaz, 1994; Leal, 1999; Teixeira, 2003; Nunes, 2004). Normalmente utilizada para marcar a contraposição entre mulheres adultas prostitutas ou que se prostituem, esse tipo de visão coloca a maioria como marco de distinção entre a vitimização e a escolha voluntária e consciente. Para Vaz (1994), a escolha do termo *prostituída* justifica-se pelo contexto de desigualdade social no qual essas jovens estão inseridas. Sendo assim, elas “não se afastaram dos valores culturais. Foram afastadas, divergidas, excluídas socialmente. Portanto, não são prostitutas e sim prostituídas” (p. 40). Seja

pela idade, seja por sua condição social, fica claro que o conceito determina uma condição passiva dessas jovens no envolvimento com a prostituição.

O que parece surgir em meio a esses exercícios conceituais é a idéia de exploração da sexualidade de sujeitos passivos e fragilizados pela sua condição social e etária, evidenciando a tendência de se dar mais atenção às causas e contextos que permitiriam ou facilitariam essas ocorrências do que se dedicar a conhecer vivências e significados relacionados.

Questionando esse efeito, Moraes (1998) afirma que o confronto entre a produção social do fenômeno e a pesquisa de campo coloca em risco a evidência da condição vitimizadora à qual se expõe esses sujeitos. Silva et alii (1997), que resgataram a história de vida de 79 adolescentes e mulheres adultas na prostituição no interior do estado do Pará, afirmam que apesar de considerarem a exploração objetiva presente nesse contexto, discordam dos termos *prostituída*, por avaliarem que ele define um lugar de vítima para as jovens envolvidas, e *prostitutas*, pois elas não consideram esta atividade como profissão. Optando pelo termo *estar na prostituição*, dão ênfase à transitoriedade temporal e espacial vivenciada por elas, encarando-as “como sujeitos com mobilidade, desejo e possibilidades” (p. 14), atuando singularmente na construção de sua própria história.

Buscando essa mesma conotação transitória e circunstancial, Rodrigues (2004) optou pela expressão *crianças e adolescentes em situação de prostituição*, além de definir a exploração sexual como uma categoria mais ampla que contempla a pornografia, o turismo sexual, a prostituição e o tráfico para fins sexuais.

Em sua pesquisa, Sousa (2001) afirma que não encontrou um termo que definisse de forma menos preconceituosa e estigmatizante o fenômeno da

*prostituição infantil e juvenil*⁶, que além de promover uma aproximação entre a sexualidade de crianças e adolescentes e a prática adulta da prostituição, traz consigo significados e sentidos construídos sócio-historicamente, favorecendo a estigmatização do grupo a que se refere. Justifica que diante da ausência de um termo mais adequado e pelo fato deste ser largamente empregado pela literatura, seu uso foi inevitável, mesmo reconhecendo que “a denominação *prostituição* impede a emergência de outras categorias explicativas para outras formas de vivência da sexualidade de crianças e adolescentes” (p. 15).

Além disso, para essa autora, identificá-las com o rótulo de prostitutas individualizaria a responsabilidade por essa “opção” de vida, bem como impediria as jovens de romper com o destino socialmente profetizado. Sousa (2001) colabora apontando aspectos que poderiam ser alvo de atenção dos estudos sobre o fenômeno: a delimitação da faixa etária, do gênero, das formas de atividades e da natureza da relação, a distinção entre formas de manifestação e a investigação da subjetividade das crianças e adolescentes envolvidos. Alguns desses aspectos constituíram-se de parâmetros que foram utilizados no delineamento do objeto de estudo da presente pesquisa.

Diante das confrontações expostas anteriormente, é certo que a escolha por determinada terminologia não é ingênua, pois atende a implicações tanto teórico-metodológicas quanto ideológicas e exige por isso um exercício reflexivo consistente sobre os significados que se pretende expressar. Acredita-se que o emprego de qualquer nomenclatura para definir as jovens envolvidas com a prostituição é complexo na medida em que não compreenderia todas as realidades e experiências possíveis, tendendo a uma rotulação indesejada sobre esse grupo.

⁶ A autora optou por empregar os termos infantil e juvenil separadamente para demarcar de modo mais claro as diferenças entre as duas faixas etárias referidas.

Um importante exemplo da variedade de experiências dessa natureza foi observado na pesquisa realizada por Moraes (1998), que investigou vivências e representações de 50 adolescentes de 10 a 19 anos atendidas por instituições de assistência à população infanto-juvenil pobre nas cidades de Angra dos Reis, Rio de Janeiro e Volta Redonda. Ao deparar-se com gradações muito diferenciadas envolvendo as experiências identificadas simplesmente por “prostituição”, Moraes (1998) apresentou três categorias encontradas: adolescentes envolvidas com a prática regular de *programas sexuais*, adolescentes envolvidas com algum tipo de *troca sexual* e adolescentes que relataram vivenciar *convites* para as trocas sexuais. Marcando a diversidade dessas experiências, a pesquisadora chama a atenção para as possibilidades que poderiam estar escondidas em um único rótulo, o da *prostituição infanto-juvenil feminina*.

A autora afirma que o que caracteriza o grupo investigado é a experiência dos *convites sexuais* feitos por homens mais velhos envolvendo trocas materiais ou monetárias, sendo essa a categoria que mais claramente retrata o contato das entrevistadas com uma das simbologias da prostituição, uma vez que enuncia a condição de desvio do papel sexual dessa jovem. Apesar disso, Moraes (1998) conclui que o convite sexual não é uma experiência capaz de levar a jovem a se definir como “prostituta”, já que prostituta foi vista pelo grupo como aquela que detinha a iniciativa de fazer convites sexuais para os homens/clientes⁷.

No desenvolvimento dessa pesquisa, optou-se por fazer referência à prática dos *programas sexuais* em si, definidos como relações de cunho sexual ocorridas mediante a troca por dinheiro ou outros bens materiais ou sociais⁸. Observou-se que

⁷ Denominação utilizada para se referir aos homens que procuram as jovens ou são por elas procurados para a realização de programas sexuais.

⁸ De acordo com Silva et alii (1997), bens sociais são aqueles entendidos como possibilidade de ascensão para outros segmentos de classe.

no contato com o grupo pesquisado, a expressão *fazer programas* (também utilizada na coleta de dados de Rodrigues, 2004) atendeu de forma satisfatória às tentativas de se comunicar uma prática encerrada num contexto e numa temporalidade próprios, dando espaço para que outras experiências também emergissem. Assim foi possível verificar que o universo da prostituição não poderia ser pensado apenas em relação aos programas sexuais, abrindo-se para novas possibilidades, dentre as quais encontram-se as investidas e propostas de realização de programas sexuais recebidas pelas jovens entrevistadas, denominadas no decorrer da pesquisa de *convites para programas sexuais* ou simplesmente de *convites sexuais*.

A partir daí e numa tentativa de não arriscar formas sutis de exclusão, definiu-se a *prostituição infanto-juvenil* como um fenômeno psicossocial no qual se observa, entre outras, a prática dos programas sexuais por crianças, adolescentes e jovens. A oposição aos termos que denotam de forma explícita um sentido de vitimização não significou a negação de condições socioeconômicas, racistas, adultocêntricas e de gênero, entre outras, que determinam a submissão de crianças e adolescentes envolvidas com a prostituição. O que se pretende, no entanto, é acrescentar novos conteúdos de análise sobre o fenômeno a partir da percepção de sua diversidade e das múltiplas formas de manifestação, bem como reavivar o caráter de liberdade e autonomia do grupo em foco através de suas vivências.

Observando outra distinção proposta por Sousa (2001), atenta-se para o fato de se utilizar a expressão *prostituição infanto-juvenil* apenas quando as faixas etárias compreendidas pela expressão *infância* e *juventude* sejam objetos reais de estudo. Contrapondo esse argumento, Gomes (1996) afirma que relaciona *prostituição infantil feminina* não só a crianças, mas também a adolescentes-mulheres levadas a se prostituírem. Justifica que o critério não é rigorosamente

cronológico, mas não esclarece qual seria então o critério utilizado para definir seu objeto de estudo. Sugere-se que se o objetivo é o de transformar o fenômeno em denúncia explícita, o termo *prostituição infantil* parece atender melhor a esse propósito.

Entretanto, obedecendo a princípios de rigor científico, afirma-se que a presente pesquisa se propôs a investigar o fenômeno definido como *prostituição juvenil feminina*, obedecendo-se também ao recorte de gênero. Dentro da diversidade do fenômeno, é reconhecida a ocorrência da prostituição masculina, tanto juvenil quanto adulta, sobre a qual pouco se produziu até o momento. Apesar disso, esse estudo se dedicou apenas ao que ocorre no universo feminino e as relações entre jovens mulheres e seus clientes homens.

1.3 Delimitando práticas

Além da terminologia utilizada como referência, cabe discorrer também sobre as diversas formas de organização e de ocorrência da prostituição infanto-juvenil, sabendo-se que cada uma delas tem fatores que as influenciam exclusivamente. Weitzer (2005) afirma que embora haja variação entre setores e entre indivíduos que realizam a mesma atividade, as evidências indicam que, em geral, é o tipo de prostituição o melhor preditor das experiências.

Diante da falta de consenso também em relação à denominação das diversas práticas existentes, levantou-se as tipificações tanto da exploração sexual quanto da prostituição infanto-juvenil, entendendo-se que esses dois conceitos não são necessariamente sinônimos e nem completamente independentes um do outro.

Buscou-se, a partir daí, localizar o objeto de estudo dessa pesquisa entre as manifestações observadas.

Leal (1999) divide a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em quatro modalidades: Prostituição Infantil, Pornografia, Turismo Sexual e Tráfico. Embora conceitue cada forma diferentemente, considera que todas encontram-se implicadas em relações de poder e de mercantilização da sexualidade, danosas aos sujeitos explorados, ocorrendo por meios coercitivos ou persuasivos. Para essa autora, a prostituição é em si uma forma de exploração sexual.

Já para Rodrigues (2004), a prostituição infanto-juvenil desmembra-se em duas situações: uma em que há a presença de um intermediário que explora a relação estabelecida e outra em que a criança ou adolescente troca favores sexuais por dinheiro, onde o explorador é o próprio cliente.

Apresentando tipologias e localizando-as de acordo com sua recorrência, Gomes, Minayo e Fontoura (1999) apresentam as configurações regionais da prostituição qualificadas nos 87 depoimentos prestados nas sessões da CPI instaurada em 1993 que apurava responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil no Brasil. Ainda que as informações não sejam a expressão fiel da realidade, uma vez que não se valem de pesquisas voltadas para esse tipo de levantamento específico, importa saber quantas e quais ocorrências se distinguem dentro de determinados contextos analisados. Assim, segundo a ótica dos depoentes, afirmam que

em síntese, a prostituição infanto-juvenil configura-se de forma diferente entre e intra região. No Norte e no Centro-Oeste, o tráfico de escravas nas áreas do garimpo é uma tônica; o turismo sexual destaca-se no Nordeste; no Sudeste a discussão sobre meninas que vivem na rua surge junto com a discussão da prostituição infanto-juvenil; e no Sul, a base da exploração está no aliciamento das crianças e adolescentes do interior, a partir do uso de informações falsas e de abuso da ingenuidade dos pais.

Também analisando depoimentos prestados à referida CPI, Sousa (2001) afirma que através dos discursos dos depoentes, sujeitos-representantes de diferentes regiões do país, foi possível delimitar características sociais, culturais e econômicas específicas. Destaca três tipos de prostituição infanto-juvenil mencionados: a prostituição de crianças e adolescentes de rua, localizada principalmente nas grandes cidades; a prostituição de crianças e adolescentes pobres que moram com a família; e a prostituição de adolescentes de classe média. Conclui que “não se pode falar em uma única modalidade de PIJ⁹, pois prostituição infantil e juvenil é um termo com uma zona instável de sentidos” (p. 167), onde diversas formas de manifestação podem emergir.

Em pesquisa sobre prostituição juvenil em garimpos do interior do Pará, Silva et alii (1997) afirmam que a heterogeneidade dos espaços é referência para os estudos sobre prostituição e deve ser considerada nas análises que pretendam não defender tabus e preconceitos. Distinguem três espaços sócio-físicos onde os programas sexuais acontecem: a boate, o quarto alugado e o baixão (lôcus da extração aurífera), mas afirmam que o serviço sexual oferecido associa-se muito mais à mulher solteira, que pode ser abordada para convites sexuais, independente do local. Caracterizam as mulheres do garimpo não por sua tipologia profissional, mas por seu estado civil, dividindo-as entre mulheres solteiras e casadas, sendo que para as últimas as investidas sexuais tendem a ser evitadas.

Analisando a prostituição como acontecimento social que se dá sobre a adolescência, Molina (2003) encontrou mulheres que haviam se iniciado nessa atividade durante essa fase da vida em diversos locais da cidade de Ribeirão Preto: nas ruas, em casas de prostituição, chácaras e boates. Em investigação sobre o contexto da prostituição juvenil nessa mesma cidade, Simon (1999) oferece uma

⁹ Sigla usada pela autora em referência à Prostituição infantil e juvenil.

interessante descrição e distinção entre cada um desses locais, incluindo os hotéis e bares onde a prostituição também é exercida.

Diante da diversidade de nomeações, categorias e modalidades existentes, chama-se atenção para o fato de Moraes (1998) demarcar a distinção entre “formas de manifestação que se caracterizam como redes de exploração sexual e práticas dispersas e/ou eventuais de adolescentes que fazem programas sexuais sem a imposição de outrem” (p. 19). Assim, questões relativas ao tráfico, ao turismo sexual, às redes de aliciamento e à pedofilia encerrariam um bloco de práticas violadoras de direitos, imputáveis e que alimentariam um mercado sexual transgressor, em contraposição a práticas mais autônomas onde a ambigüidade, a liberdade e a positividade também são possíveis.

O fenômeno que se constituiu como objeto de estudo da presente pesquisa pode ser localizado dentro dessa última forma de manifestação, caracterizada por práticas ocasionais e não coercitivas, nas quais se observa uma margem considerável de escolha e liberdade exercidas pela jovem (Moraes, 1998). Das produções pesquisadas, apurou-se que poucas dedicam-se a esse tipo de ocorrência.

Uma delas é a investigação acerca das trocas sexuais (eventuais ou freqüentes) na população geral de adolescentes escolares de Oslo, Noruega, em que se sugere que muitas das experiências que contribuíram para a composição dos resultados (1,4% dos adolescentes relataram favores sexuais) podem ser melhor entendidas nos termos da curiosidade e procura de estimulação, sendo reduzida a prevalência dessas ocorrências como parte de um mercado sexual evidente (Pedersen e Hegna, 2003). Propõe-se que os dados apresentados pelos autores

traduzam não só expressões de curiosidade e excitação como também ocorrências eventuais, dispersas e independentes.

Seguindo a mesma tipologia, o trabalho de Anjos (2005) analisa o fenômeno conhecido como “pixingaria” em Cabo Verde, no continente africano, que se define por “um tipo de comportamento sexual juvenil que não é necessariamente percebido como prostituição, embora se pressuponha que na maior parte das vezes envolva a troca de algo material por sexo” (p. 165). A partir da observação participante, a constituição de grupos focais de discussão e um conjunto de entrevistas com jovens caboverdianos do sexo masculino, o fenômeno é demarcado por ocorrências eventuais e independentes de entidades coercitivas (um sujeito ou organização que arranja e impõe os programas). Sobre as jovens, imprime-se o rótulo da imoralidade e da má conduta.

Para alcançar as representações sociais sobre o fenômeno da prostituição infantil, Gomes (1996) recorreu ao relato de meninas que não necessariamente confirmaram a prática da prostituição. A seleção dessa amostra se diferencia da maior parte dos estudos analisados, que normalmente abordam o fenômeno apenas a partir das produções discursivas de sujeitos que exercem efetivamente a prostituição. Uma das conveniências permitidas por essa abordagem foi a de alcançar os mecanismos de rejeição do rótulo de prostituta enunciados pelas jovens que viviam nas ruas, seja negando a possibilidade de se recorrer a essa prática, atribuindo-a a terceiros, depreciando quem a realiza, levantando alternativas socialmente mais aceitas ou recusando a prostituição como prática habitual.

Gomes (1996) parece considerar que a ênfase no caráter esporádico e eventual das práticas de prostituição relatadas por crianças e adolescentes que viviam nas ruas do Rio de Janeiro funcionaria mais como critério de aceitabilidade

que expressão da realidade, como tentativa de “não serem mais excluídas do que são” (p. 230). Questiona-se se essa não seria uma conclusão precipitada e preconceituosa do autor, que enfatizaria a natureza exploradora da prostituição manipulando a frequência e a assiduidade das jovens em programas sexuais.

Em outro momento, o mesmo autor afirma que, “os depoimentos (...) apontam para o fato de que a prática da prostituição só se realiza porque para elas não há outra forma de ganhar dinheiro” (p. 222), sem que seja possível associá-la ao prazer e à voluntariedade de escolha. Contrapondo esse achado, o próprio Gomes (1996) cita o trabalho de Scambler e colaboradores (1990) que, recorrendo a pesquisas realizadas no Reino Unido e nos Estados Unidos, observam que a escolha consciente e a iniciativa de se tornar trabalhadora do sexo desponta como um dos principais fatores determinantes para o ingresso na prostituição. Sugere-se que os achados de Gomes (1996) tenderiam ao negativismo sobre a experiência da prostituição tanto por já pressupor o caráter violador dessa prática, quanto por capturar discursos socialmente enviesados, uma vez que se abriu às jovens entrevistadas a possibilidade de não se identificar com a prostituição.

Observando as motivações para o ingresso e permanência na prostituição, Moraes (1998) constata que para todas as 50 jovens entrevistadas em sua pesquisa, “o envolvimento com programas ou trocas sexuais apareceu como algo que era vivenciado com uma margem relativa de escolha ou opção” (p. 37), mesmo justificado pela necessidade de sobrevivência. Salienta os mecanismos de transgressão, resistência e defesa através dos quais as jovens demonstram habilidade para superar a posição submissa que as condições objetivas e normas sociais revelariam como opção para elas.

Em levantamento bibliográfico sobre o tema, Simon (1999) identifica o estudo de Shaw e Butler (1998), que consideram a possibilidade de a escolha pessoal da própria jovem ser vista como fator de predisposição à entrada no universo da prostituição. Nele, assume-se que a adolescente seja capaz de decidir pelo seu ingresso na prostituição, sem a imposição de outrem, “mesmo que esta escolha seja permeada de pressões sociais e econômicas presentes no contexto em que a jovem está inserida e que portanto, estariam contribuindo para sua decisão” (Simon, 1999, p. 7). Considerando essa possibilidade, a autora salienta que a iniciativa da criança ou jovem em optar pela prostituição deve ser entendida por uma perspectiva que considere as especificidades dessas faixas etárias e não por uma visão adultocêntrica sobre a questão. Ao lado dessa abordagem geracional, inclui-se também considerações acerca do universo sócio-cultural em questão.

Em outro estudo apontado por Simon (1999), Firme et al. (1991) apresentam a prostituição como tendo sido uma escolha voluntária de adolescentes entre 14 e 26 anos nas ruas de Porto Alegre. A opção é justificada pela possibilidade de auto-suficiência econômica, de liberdade, de relacionamento com diversos homens e de fuga das rotinas de trabalho e dos baixos salários. Sem excluir a interferência de fatores marginalizantes, apontam que esses não são suficientes para contemplar toda a realidade em questão.

Em seu próprio estudo, onde investigou um grupo de 13 jovens entre 18 e 21 anos que praticavam a prostituição em diversos estabelecimentos da cidade de Ribeirão Preto, Simon (1999) observa que o que as jovens buscam são melhores condições de vida para elas e suas famílias, atendendo aos apelos de consumo de uma sociedade capitalista na qual se vêem inseridas. Propõe que é na transgressão dos limites impostos por essa mesma sociedade que as jovens vislumbram a

possibilidade de alcance de tais objetivos, mesmo que tenham que assumir a condição de marginalidade imposta pela prostituição. Salienta que talvez não fosse prudente atribuir a responsabilidade da escolha pela prostituição à própria jovem, mas considerar um conjunto de condições que favoreçam essa escolha, tais como a proximidade de estabelecimentos de prostituição, a demanda, a influência de outras jovens que já exercem a atividade, entre outros fatores, que tornam a jovem mais vulnerável a essa decisão. Em suas conclusões, a autora deixa suspenso o dilema entre vulnerabilidade e autonomia, onde essa última parece emergir mais como remédio para amenizar as dores da prostituição do que uma vivência possível dentro desse contexto.

Observando que a inserção na prostituição também foi uma ação independente e livre para as mulheres entrevistadas em Ribeirão Preto, Molina (2003) traduz a escolha como uma opção político-desejante, que permitiu que a mulher alcançasse poder dentro de seu grupo familiar, ao mesmo tempo em que se viu inserida numa cultura própria que transformou sua existência pessoal e social. Aponta a prostituição como oportunidade de reapropriação de seu corpo e desejos (desapropriados pelos recorrentes processos de exclusão aos quais se expõem) através do exercício de uma sexualidade baseada no poder de negociação que ela detém. Assim, “a prostituição se apresenta como um território possível para sua inclusão social, por ser este um espaço favorável à articulação do exercício de sua sexualidade com os benefícios materiais e de prazer” (p. 96). Contraditoriamente, inclusão e exclusão aparecem como movimentos inerentes ao contexto da prostituição, sujeitos à manipulação subjetiva daqueles que os experimentam.

Quando se fala em *escolha pela prostituição*, ressalta-se principalmente o caráter voluntário da questão, em oposição às formas coercitivas e impositivas que

de alguma forma forçam crianças, adolescentes e mulheres em geral a prestar serviços sexuais diversos. Nesse ponto, há que se posicionar diante das controvertidas proposições teóricas que versam sobre essa possibilidade de escolha.

Analisando os autores que estudam a temática, Libório e Castro (2004) identificam duas posições diferentes. A primeira defende a prostituição como “produto de condicionamentos estruturais e culturais” (Bice, 1996, apud Libório e Castro, 2004), dentro dos quais são destacadas as desigualdades socioeconômicas e entre gêneros. Assim, entende-se não ser possível optar pela prostituição, pois na maior parte dos casos o ambiente de vida dessas mulheres não oferece oportunidades de trabalho e outras alternativas de vida para que ela possa efetivamente escolher. Na perspectiva do feminismo radical, a única vez em que uma escolha consciente pode ser empreendida é quando a mulher escolhe deixar a prostituição (Weitzer, 2005).

Em contraposição a essa postura teórica, admite-se a possibilidade de escolha voluntária e consciente pela prostituição, esta entendida como expressão de um modo de vida alternativo aos que tradicionalmente são permitidos às mulheres, caracterizando-se como uma forma de trabalho. Aponta-se para o lado positivo das práticas de negociação que se desenrolam no contexto da prostituição (Libório e Castro, 2004).

Assim, o debate firma-se entre as posições abolicionistas e regulamentaristas, dicotomizando a discussão. Examinando retrospectivamente o debate internacional sobre a prostituição, Hernández-Truyol e Larson (2006) afirmam que a posição abolicionista que prevaleceu nas últimas décadas enfrenta a oposição de argumentos em favor da legitimação da prostituição adulta e voluntária. A exemplo

disso, noticiam que a própria ONU tem mostrado uma crescente consideração pela distinção entre prostituição forçada e voluntária, implicando na aprovação de que algumas práticas são aceitáveis dentro do paradigma dos direitos humanos.

Analisando a cruzada moral contra a prostituição que alcançou relevância na atual política de governo americana, influenciada principalmente pela ala de direita e por movimentos feministas mais radicais, Weitzer (2006) assegura que os intentos que reivindicam que a prostituição é sempre um exemplo extremo de dominação masculina, onde a violência é intrínseca e sobre a qual não se pode optar, sustentam-se tanto num fundamento ideológico moralizante quanto em estudos conduzidos por ativistas que evidenciam falhas metodológicas e analíticas importantes. Contrapondo esses argumentos, o autor concebe as diversas formas e condições sobre as quais a prostituição pode existir, negando a possibilidade de generalizações tão amplas.

Diante dessa dicotomia, baseados em Doezenia (1998), Libório e Castro (2004) questionam a pertinência em se opor rigidamente a ambas concepções, propondo que mesmo expostas à marginalização e vulnerabilidade, há que se reconhecer a subjetividade e a capacidade dessas mulheres de agirem enquanto sujeitos.

Hernández-Truyol e Larson (2006) afirmam que cada pólo nega uma parte da experiência e do significado da prostituição e defendem que ambas as posições não são necessariamente irreconciliáveis, uma vez que aceitar a prostituição como escolha e como alternativa de provimento econômico não significa admitir ocorrências que exploram ou causam danos aos sujeitos. No centro dos direitos trabalhistas estão os direitos humanos, que devem ser reforçados como tal. Desconstruindo a idéia de voluntariedade, afirmam que a presença do

consentimento sozinho não é suficiente para afastar a exploração e a alienação possíveis no exercício da prostituição, já que a melhor evidência de coação ou obrigatoriedade não é a involuntariedade, mas a falta de condições dignas mínimas de trabalho.

Acusa-se que a distinção extrema e excludente entre prostituição forçada e voluntária implica considerar-se a violação de direitos apenas quando a coerção ou a exploração sexual estão envolvidas, associando-se a voluntariedade à culpa e à punição. Nesse contexto, a idade é posta como um dos critérios que dimensionam a inocência da vítima. Libório e Castro (2004) concluem pela necessidade de se considerar a vulnerabilidade da prostituta frente à violência em função de seu status social em qualquer contexto, atentando-se para a proteção legal e defesa dos direitos humanos mais elementares, independente dos motivos que determinaram o ingresso na prostituição.

Nessa mesma perspectiva, Juliano (2005) analisa que a verdadeira liberdade de opção só pode ser garantida com o fim da estigmatização da prostituição, quando as condutas serão eleitas independentes de que sejam consideradas corretas ou desviantes. Argumenta ainda que demandar o cumprimento dos direitos humanos parece uma reivindicação mínima, mas que dá base para o empoderamento dos setores menos favorecidos, permitindo que atuem na esfera política com uma voz própria.

Tendo como base tais argumentos, o presente trabalho destaca e se debruça sobre as experiências de jovens mulheres envolvidas em práticas sexuais comercializadas (identificadas como prostituição) de maneira ocasional, independente e não coercitiva. Sem negar o caráter vitimizador da prostituição infanto-juvenil, sabendo-se das desigualdades e da violência estrutural impostas a

essa infância e juventude feminina que a torna susceptível a riscos, situações de exclusão que comprometem sua emancipação social, admite-se a possibilidade de escolha ativa por práticas dessa natureza.

Percebe-se que alguns fenômenos ficam escondidos atrás de discursos e práticas generalizantes, que além de encobrir especificidades importantes, alimentam intervenções descontextualizadas e violadoras. O interesse em contribuir para a explicitação de formas diversas, complexas e peculiares sob as quais a prostituição juvenil se manifesta orientou a composição do objeto e dos objetivos da presente pesquisa, a partir do confronto com as conceitualizações mais atuais que dispõem sobre sua realidade.

Antes de apresentar o método utilizado como ponte para se alcançar essa realidade, levantam-se ainda outras questões acerca de como as representações sobre a prostituição juvenil se dispõem atualmente.

1.4 A representação da Prostituição infanto-juvenil na sociedade

A partir da discussão anterior, observa-se que o uso do termo *prostituição* possui uma considerável polissemia em sua acepção, principalmente por encerrar significados edificados sócio-historicamente, carregados de pressuposições e preconceitos que comprometem o estudo dos fenômenos envolvidos. Em particular, revela-se que em muitos momentos, a própria Psicologia produziu e reproduziu discursos enviesados que definiram contornos da representação da prostituição na sociedade e pouco contribuíram para a reflexão científica desse fenômeno. Dentro desse contexto histórico-científico, a presente pesquisa aponta alguns pontos que se

revelam importantes dentro da temática específica da prostituição infanto-juvenil e de processos de estigmatização decorrentes dessas representações.

Um dos significados emergentes da representação da prostituição infanto-juvenil instituída socialmente baseia-se na suposição de imaturidade sexual e cognitiva de crianças e adolescentes para enfrentarem situações como a prostituição. Apoiando-se nesses argumentos, são muitos os discursos especialistas que vinculam tais experiências a consequências traumáticas e sintomatizantes. Gomes (1996) por exemplo destaca a prostituição como uma violação do direito à saúde da criança, quando esta se torna impossibilitada de desenvolver sua sexualidade sem que comprometimentos físicos e mentais sejam acarretados em função dessas vivências.

Ressalta-se, porém, que questões de crescimento e maturação necessitam ainda de maior reflexão, já que o parâmetro legal ao qual se atribui a competência e a autonomia sexual é extensamente questionável por admitir o caráter cronológico como marco e adotar uma perspectiva adultocêntrica de análise, desconsiderando atributos de natureza qualitativa e geracional nesse processo. Para Bassiouni (2002), que debate tais questões no campo do direito penal, o consenso quanto à incapacidade de um menor de idade dar consentimento válido a esse tipo de atividade existe, mas, à luz da diversidade cultural no mundo, é válido que se discuta qual a idade a partir da qual esse consentimento poderia ser ou não considerado. Sendo assim, não seria possível impor um corte objetivo e definidor que decidiria entre a exploração ou a responsabilização dos sujeitos, já que ao longo do desenvolvimento a aquisição de competências e potencialidades obedecem a um ritmo próprio em cada indivíduo, tanto em função de especificidades psicofisiológicas quanto sócio-culturais.

Brown (2006) alerta que essa suposição de imaturidade e vulnerabilidade justifica a exclusão de crianças e jovens da participação na elaboração de ações de proteção e suporte social para esses grupos. Avalia que quando essa oportunidade de participação é possibilitada, os jovens respondem positivamente e contribuem para a implementação de estratégias mais prósperas contra a prostituição, bem como desenvolvem a auto-estima e adquirem novas e importantes habilidades.

Por outro lado, a diferenciação etária torna-se útil quando suscita reflexões sobre as especificidades de cada momento da vida, como observaram Silva et alii (1997). Além dos motivos para o ingresso na prostituição levantados pelos próprios sujeitos da pesquisa, os autores apontam questões sobre as peculiaridades das fases do desenvolvimento nas quais as entrevistadas encontravam-se. Identificam diferenças marcantes entre os grupos de adolescentes e mulheres adultas na prostituição no que tange, por exemplo, à tendência à grupalização, ao desejo de transgressão e à necessidade de estimulação constante que marcam a fase da adolescência.

Discute-se também que a grande desigualdade social e de circunstâncias de poder entre a criança ou adolescente e seu “cliente” invalida a alegação de consentimento, onde mais uma vez o parâmetro etário torna-se inadequado para definir o que pode ser considerado ou não uma questão de exploração. Acredita-se que, ainda que a criança ou adolescente ocupe um lugar desfavorável em relação ao homem adulto no que tange ao seu poder concebido pela diferenciação etária e entre gêneros, bem como pelo poder aquisitivo, de força física, maturidade sexual e outros recursos, é possível conceber que ela negocia essa realidade de uma maneira própria, atuando como sujeito ativo e manipulando condições a seu favor.

É também questionável a prerrogativa que localiza o caráter explorador das relações estabelecidas pela prostituição nos prejuízos sobre o processo de desenvolvimento pessoal apenas de crianças e adolescentes. Estudos voltados para a área da saúde, por exemplo, são unânimes em demonstrar vulnerabilidades que pesam tanto sobre grupos de jovens quanto de mulheres adultas que se dedicam à prática da prostituição.

Schreiner, Paim, Ramos et. all (2004) demonstraram que a taxa de prevalência de sintomas depressivos observada em uma amostra de mulheres adultas prostitutas de Porto Alegre sugere ser essa uma população de risco para transtornos depressivos. Considerando que crianças, jovens e adultos compartilham de características humanas comuns, é possível conceber que determinadas condições possam afetar igualmente todos os sujeitos. O trabalho que causa danos ao corpo ou ao espírito, que minimiza o sujeito ou que prejudica atividades humanas fundamentais é perigoso tanto para adultos quanto para crianças (Hernández-Truyol e Larson, 2006).

O abuso de álcool, tabaco e outras drogas e o potencial de infecção por Aids e outras doenças entre esses grupos também é confirmado por diversos outros estudos brasileiros e internacionais (Simon, Silva e Paiva, 2002; Ávila, 2003; Lung, Lin, Lu e Shu, 2003; Pedersen e Hegna, 2003; Elmore-Meegan, Conroy e Agala, 2004; Nunes, 2004). Investigando o universo de adolescentes moradoras de rua, pobres, afrodescendentes, usuárias de múltiplas drogas e que se dedicam à prostituição rotineiramente, Nunes (2004) considera que esse grupo vive sob a somatória de todos os fatores possíveis de vulnerabilidade, uma sinergia de todas as “pragas” que as coloca no topo das estatísticas de Aids e morte precoce.

Sobre a ênfase nessa noção de perigo de infecção da Aids na prostituição, Scambler e colaboradores (1990, apud Gomes, 1996) chamam atenção para o fato de as prostitutas serem vistas como grupo de comportamento de risco para a infecção de HIV no Ocidente, mesmo demonstrando uma baixa prevalência para a doença, segundo a análise das estatísticas.

Elmore-Meegan, Conroy e Agala (2004) questionam que esse foco de perigo eleva consideravelmente a estigmatização desse grupo, enquanto pouco se fala sobre a necessidade de protegê-las de abusos e doenças às quais elas se expõem. A partir da construção do vínculo entre prostituição e transmissão de DST's, mais metafórico do que factual (Guimarães e Hamann, 2005), o risco de infecção parece ser menos contundente que o preconceito que as mulheres enfrentam por serem vistas como potenciais fontes de contaminação.

Analizando o fenômeno conhecido como “pixingaria” em Cabo Verde, Anjos (2005) também observa o quanto ele é visto como socialmente desviante e onde é possível encontrar “situações de maior vulnerabilidade às DST's, às drogas e ao risco de exclusão social sob efeitos do estigma associado à prostituição” (p. 165). Acompanhando os riscos e vulnerabilidades objetivas, segue o estigma sobre a prostituição e sobre aquele ou aquela que a pratica, tendo ou não alcançado a maioria.

Refletindo sobre a representação instituída sobre a adolescência pobre e “abandonada” na atualidade, Moraes (1998) questiona a ausência de experiências da ordem do prazer e da liberdade tão peculiares dessa faixa etária. Chama-se atenção para a insistência em se demarcar os significados e consequências negativas da prostituição, anulando-se outras possibilidades de experiências, inclusive as positivas e prazerosas.

A alegação do uso de drogas como seqüela da vida na prostituição apontada por alguns estudos torna-se um exemplo dessa tendência negativista. Gomes (1996) assevera que em relação à prostituição, “a droga produz, de um lado, a iniciação e a manutenção dessa prática e, de outro, colabora com o próprio tráfico de drogas” (p. 177). Questionando-se a precocidade de afirmações como essas, rejeita-se ligações diretas sobre os dois fenômenos, sugerindo-se pensar sobre a funcionalidade do uso de drogas dentro do contexto dos programas sexuais, bem como dimensionar a real participação das jovens nesse mercado consumidor.

Em contraposição, Silva et alii (1997) verificaram que a experiência da prostituição pode representar uma possibilidade de emancipação através do exercício de uma vida mais livre em relação à família, sem tantos limites financeiros, morais e afetivos, bem como a possibilidade de estabelecer relacionamentos afetivos e exercer a sexualidade com mais liberdade. Sustentam que reconhecer esses pontos positivos deve ser difícil para as próprias jovens envolvidas na prostituição, diante da desvalorização social que se impõe sobre tal atividade.

Analisando a trajetória de 13 adolescentes na prostituição (12 mulheres e 1 homem), Rodrigues (2004) percebe o “fazer ponto” como estratégia de inclusão e auto-afirmação, diante dos contextos de abandono, abuso sexual, violência, pobreza e falta de alternativas vividos por esses jovens. Sienta o valor agregativo da prostituição, apontada por Maffesoli (1985, apud Rodrigues 2004), que permite a instalação de um espaço de sociabilidade onde o sentido de inclusão do eu no coletivo pode ser percebido. Molina (2003) também aponta para a utilidade social da prostituição, reconhecida tanto pela sobrevivência material propiciada quanto pela possibilidade de inserção social das jovens entrevistadas. A prostituição muitas

vezes viabiliza esse sentimento de pertencimento, na medida em que permite que se atenda aos apelos de consumo impostos pelo grupo e pela sociedade.

Outro argumento que sustenta a representação da prostituição na sociedade diz respeito à promiscuidade atribuída às classes populares, que atende mais a uma moralidade instituída do que reflete a realidade dos fatos. No contexto da prostituição infanto-juvenil, esse mesmo argumento rotulador parece ser utilizado como forma de controle da sexualidade de crianças e jovens pobres e marginalizados e atualmente tem se materializado em ações de mobilização em torno do combate da exploração sexual infanto-juvenil. Silva et alii (1997) observam um desvio desse tipo de movimento, que tem se ocupado menos com a exploração e mais com o exercício da sexualidade por crianças e adolescentes, principalmente as pobres, não resolvendo efetivamente o problema de crianças e adolescentes realmente explorados sexualmente.

O mesmo efeito moralizador foi denunciado por Calazans (2000), ao abordar o tratamento dado pelo discurso acadêmico à gravidez na adolescência, tanto em referência à sexualidade adulta, tipificada como a correta, quanto pela possibilidade de interrupção do ciclo que mantém e reproduz a pobreza instituída. Aliás, uma das produções ideológicas disseminadas por essa representação da prostituição infanto-juvenil é exatamente a prevenção da gravidez não planejada dessas jovens.

A transgressão no desempenho dos papéis femininos também mobiliza significados importantes em torno da prostituição infanto-juvenil, contexto onde escapam o ideal de mulher higiênica e de submissão da sexualidade feminina. Juliano (2005) afirma que junto à estigmatização que acompanha a mulher pela utilização de sua sexualidade fora dos marcos estabelecidos como corretos, se agregam a desvalorização dos setores com poucos recursos econômicos, bem

como os prejuízos advindos da discriminação racial. Para esse autor, apesar das bases desses campos serem diferentes, as práticas e os discursos nos quais se materializam tendem a se encobrir e somar resultados.

Nos diversos estudos sobre o fenômeno em foco, questões de distribuição de renda, problemas estruturais, pobreza e exclusão social são contundentemente enumerados como fatores determinantes e/ou facilitadores para o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens na prostituição.

Investigando um grupo de jovens mulheres entre 15 e 23 anos que realizavam programas sexuais nas praias de Natal, Rio Grande do Norte, Torres, Davim e Costa (1999), destacam causas de ordem econômica tais como “a falta de condições financeiras por parte de seus pais, das jovens para o seu próprio sustento e de seus filhos; o tipo de trabalho com pouca remuneração (fábrica/doméstica) e a expulsão de suas casas pelos próprios pais” (p. 12). Em seu estudo, Ávila (2003, p. 54) também conclui que “o caráter econômico do trabalho e da exploração do mercado do sexo possibilitam identificar a pobreza e a exclusão como fatores determinantes para inserção nesta atividade”.

Primeiramente, há que se questionar não a participação desses fatores nesse contexto, mas a visão determinista que institui a pobreza como causa única ou principal da prostituição. O exemplo de jovens de classe média que se dedicam à prostituição a fim de garantir um padrão mais elevado de vida, como observou Gaspar (1985), revela que a pobreza e a necessidade de sobrevivência não são motivações exclusivas. Aponta-se a necessidade de uma séria reflexão sobre a escassez de estudos que não tenham como foco apenas as classes populares, como se a prostituição só ocorresse nesses contextos específicos.

A culpabilização das famílias também é frequentemente assinalada entre esses argumentos, onde a própria condição sócio-econômica é causa para as configurações “alternativas” assumidas. Originárias de famílias “desestruturadas”, supõe-se que as jovens vivam contextos onde a sexualidade é vivida de forma desregrada, da qual a prostituição é apenas um reflexo. Entretanto, como afirmam Machado et al. (2006, p. 8), “o fato de se pertencer a uma família que não se enquadra no modelo nuclear, patriarcal e burguês, embora importante, não representa explicação à entrada na situação de exploração sexual e muito menos a determina”. Sousa (2001) chama atenção para esse discurso, visto que a culpabilização da família facilmente isenta a sociedade de suas próprias responsabilidades.

A associação entre abuso sexual intrafamiliar e prostituição também é defendida por alguns autores, tais como Saffioti (1989) e Gomes (1996). Sugere-se que a criança ou adolescente abusada acaba aprendendo por essa experiência a trocar favores sexuais por amor e atenção, podendo perceber seu corpo como instrumento capaz de auxiliá-la na obtenção do que deseja. Além disso, argumenta-se que a condenação social sobre a experiência sexual feminina precoce implica num processo de estigmatização da mulher que, percebendo-se como “desviante”, passa a considerar a prostituição como possibilidade de vida.

Tais associações são atualmente alvo de inúmeras críticas uma vez que estigmatizam tanto as vítimas dos abusos que têm seu destino traçado na prostituição, quanto as jovens e mulheres envolvidas na prostituição, que carregam o peso de terem sido vitimadas desde a infância, geralmente pelo pai ou irmão, estendendo assim a marca da promiscuidade a toda a família. Apesar de muitos estudos apontarem o abuso sexual como um acontecimento na vida de jovens e

mulheres envolvidas com a prostituição, ele não é o único e, portanto, também não pode ser tratado como causa exclusiva do fenômeno.

Dentre tantos aspectos dessa representação, é consenso entre a bibliografia dedicada ao estudo da prostituição que o estigma é uma de suas faces mais visíveis e recai contundentemente sobre a imagem da prostituta. O controle social que se impõe condena a mulher que mantém relações sexuais fora do matrimônio, descoladas de um relacionamento afetivo e em troca de bens diversos. É sempre considerada como desvio, seja ele moral, patológico ou sócio-estrutural, onde se enfoca seu padrão transgressor de comportamento. Como salienta Barros (2005a), “a despeito das mudanças das formas de prostituição, está longe o dia em que a venda do sexo não será entendida como um ato sujo, feio, profano, pecador, imoral, mundano e danoso à ordem social”.

Para Goffman (1988), o estigma sobre as prostitutas (assim como acontece com outros indivíduos aos quais se atribui certo descrédito social) se alimenta do fato delas serem consideradas partícipes de uma “negação coletiva da ordem social” (p. 53) e se atualiza ao longo das inúmeras relações sociais estabelecidas. Segundo Merchante e Brage (2005), esse estigma condiciona e estabelece o tipo de relação que a mulher que se dedica à prostituição vai manter com o resto da sociedade e marca a forma como serão interpretadas suas condutas.

A presença do estigma salienta os aspectos negativos atribuídos ao sujeito e afasta a possibilidade de atenção para outros aspectos. Imperfeições secundárias tem origem numa imperfeição original, potencializando o poder dessa marca de diferenciação social. A discriminação é a materialização desse estigma e, ao se impor sobre esse grupo, justifica-se tanto pela idéia de inferioridade que o caracteriza quanto pelo pressuposto perigo que ele representa, ocultando seu

caráter ideológico (Goffman, 1988). Dessa forma, a reprodução do estigma também reforça e justifica a depreciação, a violência e a exploração sobre a categoria.

Os padrões de conduta e as representações incorporadas da sociedade levam os indivíduos estigmatizados a concordarem com a suposição de que eles ocupam um lugar inferior no campo social. A estruturação de uma subjetividade em torno dessas representações depreciativas dá forma ao que Goffman (1988) descreve como *identidade deteriorada*, cuja construção social, no caso da prostituta, incide sob a percepção que a mulher tem de si mesma, atualizando o sentimento de menos-valia social. Nesse movimento, reforça-se o caráter simbólico da representação que considera essas mulheres como desvalorizadas e prejudiciais à vida social. Guimarães e Hamann (2005, p. 531) acrescentam que

Por intermédio do processo dinâmico produzido entre a sociedade e o sujeito estigmatizado, essa menos-valia é reforçada, transformando o estigma em algo naturalizado. E nesse contexto de banalização do processo de estigmatização são erigidas as mais intransponíveis relações de desigualdades sociais.

Assim a capacidade de ação desses sujeitos é proporcionalmente limitada pelo alcance do estigma. Nesse processo social, esforça-se por conservar uma imagem deteriorada, mantendo a eficácia do simbólico e em consequência disso, o próprio sistema de controle social.

A estigmatização imposta não visa apenas ao próprio grupo. Um atributo que estigmatiza um indivíduo confirma a normalidade de outro (Goffman, 1988). Para Juliano (2005), a pressão social exercida sobre as prostitutas procura dissuadir outras mulheres a não se afastarem da norma, tornando-se um mecanismo de controle eficaz sobre os modelos vigentes. Segundo o autor, estabelecer barreiras entre algumas mulheres e outras tem sido uma estratégia usual do patriarcado para reafirmar o duplo padrão de moralidade, tendo por objetivo tanto prevenir o

afastamento das mulheres ao modelo feminino ideal quanto não permitir o restabelecimento simbólico do equilíbrio entre homens e mulheres possibilitado pela relação negociada que envolve a prostituição. A divisão entre esses dois “mundos” regula as trocas subjetivas e sustenta uma ordem social baseada na exclusão.

Assim a prostituição traz para os indivíduos implicações tanto objetivas quanto simbólicas, acrescidas de conteúdos específicos em se tratando de crianças e adolescentes. Nesse caso, o contexto atual dessa discussão parece se desenrolar dentro de um processo de manipulação da imagem social desses sujeitos, que tenta abrandar a estigmatização da qual a prostituta é socialmente dotada, mas que, como uma armadilha conceitual, também degrada e se torna um risco à sua liberdade e autonomia.

Como critica Moraes (1998), “o que emerge na passagem do fenômeno de uma faixa etária adulta para a faixa etária do tutelamento e da dependência que marca a menoridade são discursos de expiação social e de denúncia pública” (p. 19). A intenção de proteger e defender os direitos de crianças e adolescentes que se dedicam à prostituição só demonstra ser socialmente permitida a partir dessa re-significação, onde o rótulo da vítima apaziguaria a inconveniência moral de se acolher esse grupo de forma positiva. Diante desse extremismo, torna-se oportuno reproduzir a pergunta dessa autora: “será que uma jovem que negocia programas sexuais só deveria conquistar o direito a um tratamento 'humanitário' se for identificada com a condição de 'menina-inocente-explorada'?” (p. 25).

Acredita-se que a perspectiva da vitimização desconsidera o multideterminismo e outras diversas formas de manifestação do fenômeno, bem como dissimula a possibilidade de escolha voluntária pela prostituição. Ampliando-se a perspectiva de observação, muitos fenômenos escapam à idéia de vitimização e,

ainda assim, necessitam de conceitos, políticas e práticas que os abordem de maneira efetiva e consciente.

Como contribuição, o trabalho de Pereira, Torres e Pereira (2004) possibilita reflexões interessantes sobre a manipulação dessa imagem, a partir das representações que explicam a prostituição e que fomentam a discriminação contra esse grupo. Inspirados no estudo de Lacerda, Pereira e Camino (2002) que aborda formas de preconceito contra homossexuais sob a perspectiva das representações sociais, os autores investigam as relações entre as representações, crença religiosa e preconceito contra prostitutas em estudantes de teologia. O estudo sugere níveis diferenciados de discriminação em função da forma como os indivíduos explicam a prostituição e revela que a atribuição de causas mais contextuais, envolvendo aspectos psicossociais e sócio-econômicos, traduziram menores níveis de preconceito em comparação com explicações éticas, morais e religiosas.

Transpondo tal evidência para o contexto da prostituição infanto-juvenil, as hipóteses são instigantes, mas carecem de maior investigação. Acredita-se que o efeito percebido por Pereira, Torres e Pereira (2004) esteja operando também na construção de uma nova imagem para crianças e adolescentes envolvidos com a prostituição. Sustentando-se sob a atribuição de causas mais contextuais, como já foi observado por Gomes (1996), Sousa (2001) e Andrade (2004), argumenta-se que esse grupo se torna vítima da carência material, da “desestrutura familiar”, da violência urbana, do desemprego e da falta de oportunidades, entre outras explicações.

Dessa forma o preconceito estaria mediado por representações menos culpabilizadoras, permitindo e justificando um tratamento diferenciado para essas “meninas exploradas sexualmente”. Trata-se de uma alternativa para se superar

uma realidade de extremos, que divide as mulheres entre as “da rua” e as “de casa”, as “direitas” e as “de vida fácil”, permitindo acolher-se esse grupo de forma relativamente positiva, ainda que vivencie experiências socialmente condenadas.

Ainda que essa nova classificação da prostituição infanto-juvenil se cerque de um discurso de proteção dessa população, questiona-se que a moldura homogeneizada que ela propõe também alcança certo nível de estigmatização e se consagra como forma de produção de conhecimento estereotipada, que reforça a idéia de submissão dessas jovens. No estudo realizado por Moraes (1998), verificou-se que através de mecanismos de autoproteção das possíveis cargas de estigmatização às quais estão expostas, as jovens rejeitam e manipulam tanto as categorias de acusação quanto as de vitimização, expondo a busca de novas possibilidades de inserção social.

Como afirma Carvalho (2000), “quer sejam identificadas como sofredoras - mulheres que o sofrimento e a violência levam ao ‘mau caminho’ - quer sejam consideradas pecadoras, levianas e dissimuladas, continuarão em desvantagem em relação aos demais” (p. 23). Na prática, a imagem da vitimização não as poupa de outras discriminações.

Aponta-se para um sistema de representações sociais que se divide em extremos opostos, onde a acusação e a vitimização operam formas diferenciadas de violência. Para o momento, levantam-se pontos em que o fenômeno da prostituição infanto-juvenil ultrapassa os limites atualmente dispostos e exigem que novas categorias sejam pensadas. Como propõe Carvalho (2000), “paralelamente às perspectivas de um destino fatalístico, (...) a singularidade dos sujeitos humanos remete à diversidade dos sentidos, sentidos construídos por cada indivíduo na sua relação com o mundo”.

É por esse ponto de vista que a presente proposta de trabalho se configura: apreender o significado subjetivo da prostituição para um grupo de jovens, abordar sua interação com o tecido social do qual fazem parte e ainda compreender como negociam o sistema de classificação arregimentado para esse grupo, que as comprime dentro das categorias de meninas em situação de exploração sexual, prostitutas ou outras mais. Parte-se para a observação de jovens mulheres que adotam posturas diversas e vivenciam experiências que se afastam das normas morais instituídas.

A elas destinam-se inúmeras alternativas de “atendimento” oferecidas em programas governamentais e não-governamentais voltados para essa juventude considerada vulnerável e carente de assistência. Incitadas por tentativas de controle social e enquadramento dessas práticas, é fato que muitas dessas ações se arriscam mais como estratégias de interferência e dominação, permeadas de julgamentos e estereótipos que culpabilizam a família e a jovem e estreitam o campo de atuação. Tais práticas, incluídas no rol das políticas de proteção social da criança e do adolescente no Brasil, implicam contextos particulares e decorrentes de construções históricas, sociais, culturais e econômicas próprias, articuladas às demais questões sociais.

Mais que disparar críticas generalizadas sobre a atuação dessas políticas, o presente trabalho tem a pretensão de se tornar um instrumento que contribua para realçar a constituição psicossocial dos sujeitos em questão e quiçá incluir tal conhecimento como parâmetro dessas políticas, possibilitando uma maior compreensão e efetividade das ações relacionadas.

Ainda que raro, esse tipo de iniciativa parece ser politicamente possível. Como observa Brown (2006), analisando a participação de jovens envolvidos na

prostituição em torno de políticas voltadas para esse tipo de público no Reino Unido, a presença desses sujeitos na elaboração e implementação de políticas sociais é inconsistente, ainda que prevista e recomendada pela maior parte dos documentos. A autora destaca como exemplo de efetivação desse tipo de participação o movimento britânico denominado “The National Youth Campaign on Sexual Exploitation” que conta com a participação de jovens menores de 25 anos que se definem como tendo alguma experiência na prostituição e que se tornam parceiros no trabalho de apoio a jovens e adultos explorados sexualmente. Conclui pela necessidade de se encorajar os profissionais que atuam junto a esse público a reconhecer que eles precisam trabalhar sob a perspectiva que o próprio jovem tem sobre sua situação, a fim de manter seu engajamento e participação nas decisões sobre sua vida.

No contexto das políticas nacionais de atenção e combate à prostituição de crianças e adolescentes, acredita-se que ainda que elas se vinculem a um determinado ordenamento social hegemônico que conduza essa discussão aos termos da exploração e da violência sexual, essa perspectiva não precisa ser definitiva e absoluta. Abrem-se caminhos para a percepção de diversidades, salientando sua pendência a questões relativas aos direitos humanos e sociais de crianças e jovens. Além disso, enfatiza-se a relevância de se revelar a realidade desses sujeitos, tomando suas experiências, relações, valores e representações como objetos privilegiados, em conexão com determinados contextos políticos, econômicos, sociais e culturais específicos.

Atendendo a esses princípios, o modo como experimentam e interpretam as situações será o norte da pesquisa, ampliando a visão para além de uma reprodução social pré-moldada que se apóia em um discurso oficial bem estruturado

sobre essas jovens, embora não as conheça em profundidade. Ademais, deseja-se questionar o olhar enviesado que se produz sobre a prostituição infanto-juvenil e desfavorece sua transformação. Para tanto, seguem no próximo item os objetivos que nortearam a pesquisa ora apresentada.

1.5 Objetivos da pesquisa

Considerando que, de maneira geral, o sistema de classificação utilizado atualmente nas investigações sobre prostituição infanto-juvenil tem estreitado sobremaneira o conhecimento acerca do fenômeno, dissimulando experiências diversas em um quadro representativo homogêneo e estereotipado, intentou-se investigar como um determinado grupo de jovens mulheres vivencia a prática de programas sexuais, considerando-se os aspectos sociais, culturais e contextuais envolvidos.

Com o propósito de responder a esse objetivo geral de pesquisa, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar que fatores exerceram influência ou facilitaram o envolvimento das jovens em práticas sexuais remuneradas;
- b) Verificar como tais experiências se articulam com outras atividades cotidianas destas jovens;
- c) Examinar a influência dessas práticas sexuais no arranjo e na convivência familiar e social;
- d) Observar como esse grupo percebe o estigma social que se cultiva em torno da prostituição;

- e) Identificar que elementos surgem como representativos da imagem social atribuída a essas jovens.

A proposta foi a de ir além do conceito de exploração sexual e analisar o contexto da prostituição juvenil em sua multiplicidade, orientando-se por essas questões principais. Interessou-se mais pelos “como” do que pelos “porquês” dessas experiências, tendo como desafio superar análises unidimensionais, ressaltando a realidade vivida e significada por essas jovens e sua articulação com a conjuntura social na qual se insere. Os meios dispostos para esse fim serão descritos a seguir, no capítulo sobre o método de pesquisa.

2. MÉTODO

A opção pela pesquisa qualitativa mostrou-se fundamental para capturar esse objeto dinâmico, complexo e contraditório que é a experiência particular da prostituição de jovens mulheres, em interação com todo o tecido social a ele conectado. Dialogando com a bibliografia estudada, a abordagem compreensiva e interpretativa permitiu uma elaboração teórica a partir do ponto de vista dos próprios sujeitos que participavam dessa realidade, visando conhecer significados subjetivos, valores, crenças e vivências pessoais relacionados à prática dos programas sexuais. Ao longo de todo o processo de pesquisa, a busca pelo contexto de significados inerentes a essa realidade através do discurso dos sujeitos e da exploração do campo focalizou os objetivos de pesquisa propostos acima.

Dentro da perspectiva qualitativa, não se considera a pesquisa uma atividade neutra e objetiva. Pressupõe-se que o pesquisador não fica à margem da realidade investigada, mas torna-se ele mesmo parte da investigação através de sua visão de mundo implicada em todo o processo de conhecimento (Minayo, 1998). Para alcançar tal realidade, faz-se necessário mergulhar em seu contexto para conhecer suas peculiaridades e compreender os significados que a mesma tem para cada sujeito (Triviños, 1992).

O universo investigado foi mediado pela experiência da própria pesquisadora, que já havia atuado como psicóloga do Programa Sentinela junto a jovens envolvidas com programas sexuais no município onde se procedeu a coleta de dados. Habituada à dinâmica local, ao funcionamento das instituições e às formas de abordagens dessas jovens em suas diversas situações cotidianas, essa experiência prévia facilitou a aproximação da pesquisadora com o campo, o trânsito

entre grupos específicos, o estabelecimento de relações dialógicas com as jovens, bem como a convocação destas como participantes da pesquisa.

Por outro lado, ao embrenhar-se com mais profundidade nesse universo, a visita ao desconhecido e às fronteiras morais da pesquisadora foi um exercício exigido a cada ida a campo, permitindo que conceitos e valores também fossem analisados ao longo de todo o processo. Em se tratando de pesquisa qualitativa, a subjetividade não só dos sujeitos pesquisados como também do próprio pesquisador torna-se parte das reflexões sobre o fenômeno investigado.

Nesse sentido, foram úteis os conselhos de Agustín (2005) aos que se dedicam aos estudos sobre a indústria do sexo de uma maneira geral: é necessário ao pesquisador estar preparado para enfrentar suas próprias idéias preconcebidas, sua própria estranheza e as estruturas de poder das quais ele inevitavelmente participa. Essa reflexão se torna um elemento essencial do trabalho, um contínuo questionamento sobre de onde essas reações vieram e uma tentativa humilde de deixá-las a parte.

2.1 O Contexto da pesquisa

A coleta de dados ocorreu em um município da região central de Minas Gerais, localizada a 276 Km da capital Belo Horizonte. Sua população é estimada em mais de 26.000 habitantes (IBGE, 2007), concentrada no centro urbano da cidade e em proporção harmônica entre homens e mulheres. Seu IDH foi calculado em 0,786 (Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000), pouco superior à média estadual e nacional.

Banhada por um dos mais importantes rios brasileiros, cujas águas se represam em uma das maiores barragens de terra do mundo, a cidade se constitui como pólo turístico (principalmente pelo turismo rural e o ecoturismo) e econômico da região. De clima sempre quente e seco, a pequena localidade é constantemente agitada pelo grande número de turistas que buscam o lago da represa e as cachoeiras da região para lazer em tempos de festas, feriados e fins de semana durante todo o ano. A elevada riqueza cultural da região também é um atrativo turístico importante.

A cidade é atravessada também por uma das principais rodovias federais de acesso entre as Regiões Sudeste e Centro-oeste do país, transformando-se em via de escoamento de pessoas e produtos em geral. Observa-se que, por esse motivo, o município é comumente utilizado como local de passagem e dormitório para viajantes.

Entre as principais atividades econômicas encontram-se a metalurgia, a agropecuária, a pesca, o carvão vegetal e o setor de serviços. Destaca-se que a arrecadação e o PIB dessa localidade são expressivamente maiores que os de outros municípios da região, evidenciando sua importância econômica sobre os demais.

O centro da cidade comporta um intenso comércio que atende aos moradores, turistas e região circunvizinha, atraindo um grande fluxo de pessoas. É nesse espaço que se estende por cerca de quatro quarteirões que se encontram também alguns dos locais relatados pelas jovens durante as entrevistas: a praça central da cidade, a boate, o forró, um grande número de bares e uma pousada. Durante o dia, o comércio e a prestação de serviços despontam como principais atividades observadas nessa área central. À noite, as pessoas (principalmente os

jovens) se aglomeram na praça central e nos bares que a circundam, permanecendo ali até a madrugada, ao som das músicas que saem dos carros, geralmente em alto volume.

Destoando dessa agitação urbana central, os bairros periféricos são predominantemente residenciais e preservam ainda um pouco da calma e dos costumes tradicionais do interior mineiro. É nesse cenário contrastante que as relações interpessoais e o desenvolvimento da comunidade local acontecem cotidianamente.

2.2 Participantes

A seleção das participantes deu-se através da estratégia definida por Flick (2004) como *amostragem teórica*, que persegue o material de análise que se apresenta como mais promissor em relação ao conhecimento obtido até o momento. A princípio, o grupo de participantes da pesquisa havia sido definido por jovens de até 24 anos¹⁰ que confirmavam a prática de programas sexuais em troca de dinheiro, objetos ou outros benefícios em algum momento de suas vidas. Entretanto, ao longo da coleta de dados novos sujeitos apresentaram-se como relevantes para os objetivos da pesquisa e exigiram uma redefinição da amostra.

Para a composição do grupo de sujeitos, recorreu-se primeiramente às seguintes instituições que atuavam com jovens em situação de risco social do município: Programa Sentinela, Conselho Tutelar, Promotoria de Justiça, Assistência Social Judicial, Assistência Social Municipal, Programa Saúde da Família e algumas

¹⁰ Limite de idade estabelecido em função da definição proposta pela OMS que considera jovem a pessoa entre 15 e 24 anos.

escolas municipais e estaduais. A decisão por recorrer a essas instituições teve a intenção de buscar informações sobre jovens envolvidas em programas sexuais no município que poderiam ser recrutadas como participantes da pesquisa, atualizar informações sobre algumas jovens que já de antemão eram pensadas como informantes ou sujeitos de pesquisa, além de dar conhecimento sobre a realização da mesma, evitando suposições e desencontros que pudessem atrapalhar a coleta de dados.

Embora tais instituições tenham funcionado como facilitadoras na abordagem inicial das jovens, a busca pelas participantes privilegiou informantes que supostamente estivessem mais próximos das jovens indicadas. Por esse motivo, lançou-se mão da técnica conhecida como “bola de neve” (descrita por Flick, 2004, p. 73), utilizada preferencialmente em populações de difícil acesso, solicitando-se que as próprias jovens abordadas apontassem outras que pudessem participar da pesquisa. Na medida em que a pesquisadora já era familiar a algumas jovens, essa aproximação foi facilitada e muitas vezes até mediada pelas próprias entrevistadas. Foi interessante observar as próprias jovens convidando e incentivando a participação de outras na pesquisa, demonstrando preocupação em relação ao número de entrevistas pretendidas pela pesquisadora e ao prazo disponível para a conclusão da coleta de dados.

Dessas indicações iniciais, algumas jovens negaram a prática dos programas no momento da abordagem, embora demonstrassem um profundo conhecimento e familiaridade com essa realidade. Em função dessa característica, supôs-se que as experiências dessas jovens poderiam ser interessantes aos objetivos da pesquisa, fornecendo informações promissoras sobre o contexto em que ocorrem os programas sexuais e sobre a imagem social das jovens que os praticam.

Machado et al. (2006) interpretaram essa negativa em relação à prática dos programas como uma forma de não se expor, onde os sujeitos constroem um discurso politicamente correto diante do entrevistador a fim de agradá-lo. A pesquisa realizada por esses autores explorou o universo da prostituição no Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, através de entrevistas com 34 informantes entre 12 e 22 anos de idade. Dentre esses, apenas uma jovem admitiu o envolvimento direto com programas sexuais, enquanto quase todos os outros informantes foram capazes de narrar detalhadamente o funcionamento de tal atividade, a partir do contato, parentesco ou amizade com crianças ou adolescentes submetidos a essa situação. Para esses autores, ainda que as experiências da exploração sexual não sejam comuns a todos os informantes, “todos têm algo a informar sobre elas ou sobre questões atinentes. Fazem parte de um mesmo posicionamento geográfico, lingüístico, social, econômico, compartilhando, assim, uma mesma história coletiva” (p. 5).

Em função disso, independentemente de confirmar ou não a prática dos programas, as jovens foram recrutadas a partir do critério de proximidade e conhecimento sobre a prática de programas sexuais por mulheres jovens do município em questão. Dessa maneira, o processo de seleção das participantes acabou sendo controlado por questões que emergiram durante a própria coleta de dados, numa dinâmica já prevista na abordagem qualitativa de pesquisa.

Assim, dois grupos foram formados: o **Grupo 1**, composto por 10 jovens que confirmaram a prática de programas sexuais em algum momento de suas vidas; e o **Grupo 2**, integrado por 09 jovens que afirmavam sua proximidade com a realidade dos programas sexuais, mas negaram a prática dos mesmos na ocasião da entrevista. É importante salientar que as integrantes de ambos os grupos foram

indicadas como praticantes de programas sexuais, pelas instituições selecionadas ou por outras jovens abordadas.

A escolha das participantes foi intencional, mediante a avaliação do caso como relevante para a pesquisa e do interesse da própria jovem em participar da mesma. Privilegiando critérios de categorização social, baseou-se mais na indicação das próprias jovens que definiam a participante como “jovem” ou “menina” do que a obediência ao parâmetro etário que a princípio foi definido como limite para a inclusão das participantes na pesquisa. A pesquisadora foi algumas vezes questionada pelas participantes sobre sua busca por “meninas novinhas”, tendo elas próprias a iniciativa de excluir as reconhecidas como “mulher velha” (termos utilizados pelas próprias jovens).

As entrevistas ocorreram entre junho e agosto de 2006. O encerramento da coleta foi produto tanto da observação de reincidência de informações (Minayo, 1998), quanto do esgotamento de informantes e das limitações de tempo e recursos disponíveis.

2.3 Procedimentos Éticos

Prevendo que a presença da pesquisadora em meio aos grupos de jovens e a realização das entrevistas pudessem despertar dúvidas e controvérsias na comunidade, atentou-se para a divulgação das intenções da pesquisa para as instituições voltadas para o trabalho com esses grupos específicos, conforme já relatado.

Informalmente foram comunicados sobre a realização do estudo a equipe do Programa Sentinela, a assistente social judicial, a equipe da Assistência Social Municipal, três enfermeiros do Programa Saúde da Família e alguns diretores e professores da rede pública de ensino. Além disso, solicitou-se da promotora de justiça da comarca em questão e da equipe do Conselho Tutelar municipal o consentimento para a realização dessa pesquisa, formalizado através da assinatura do Termo de consentimento para a realização da pesquisa¹¹ (APÊNDICE A).

Sobre os procedimentos éticos adotados em relação às participantes desse estudo, tendo em vista que a participação ativa de crianças e adolescentes no processo de consentimento informado é ainda uma questão ética controversa, às jovens abordadas foi reservado o direito de serem informadas sobre os objetivos da pesquisa, procedimentos e uso das informações coletadas no limite de suas capacidades, como regulamenta a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.

Visto as condições de abandono e/ou independência e autonomia em que se encontravam muitas dessas jovens, acreditava-se que seriam elas próprias capazes de decidir sobre sua participação na pesquisa, por escrito, através da assinatura do Termo de consentimento de participação (APÊNDICE B). Sendo justamente esse estado de independência e autonomia um dos aspectos de interesse da pesquisa, justificava-se sua realização mesmo na falta de autorização daquele que detinha a tutela oficial dessas adolescentes. Da mesma forma, as próprias participantes decidiram também sobre a necessidade de informar aos seus respectivos pais ou

¹¹ Todos os termos citados, devidamente assinados, encontram-se em poder da pesquisadora.

responsáveis sobre a participação delas na pesquisa. Na ocasião das entrevistas, todas as jovens optaram por não informar aos pais sobre essa participação.

Finalmente, observando os três cuidados éticos da pesquisa qualitativa indicados por Spink (2000), ao lado dos consentimentos informados e da proteção do anonimato, resguardou-se ainda do uso abusivo de poder entre pesquisador e participantes. Para tanto, atentou-se para os conselhos de Bourdier (1998, p. 695), que percebe a necessidade de se

instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.

2.4 Análise de Riscos da pesquisa

Avaliou-se que os procedimentos da pesquisa apresentaram risco mínimo para as jovens, uma vez que contaram com a iniciativa e o consentimento informado delas próprias para a participação, bem como pelo fato de terem sido abordadas questões sobre experiências vividas por elas rotineiramente, em local onde a entrevistada pôde se expressar livremente, sem constrangimentos.

Nos casos em que os temas abordados afetaram de forma mais profunda o estado emocional da entrevistada, a própria pesquisadora foi capaz de dar o suporte necessário no momento e nenhuma entrevista foi interrompida por esse motivo. Em apenas um caso em que a jovem se apresentou emocionalmente mobilizada em seu

discurso, sugeriu-se seu encaminhamento ao serviço de acompanhamento psicológico do Programa Sentinela do município, que já estava ciente da pesquisa e da eventual necessidade de apoio. Entretanto, a própria jovem optou por recorrer ao serviço por conta própria, caso sentisse necessidade.

A divulgação dos resultados também ofereceu risco mínimo para os sujeitos na medida em que estes não foram identificados e o sigilo sobre informações confidenciais e transgressões pretéritas cometidas pelas entrevistadas foi conservado. O nome da cidade onde a pesquisa foi realizada também foi suprimido com essa finalidade.

2.5. Instrumento de coleta de dados

Considerando os objetivos do trabalho, optou-se pela entrevista em profundidade com roteiro semi-estruturado, que por seu caráter aberto permitiu o aprofundamento de tópicos de maior interesse para a pesquisa, bem como propiciou liberdade aos discursos e a emergência de conteúdos espontâneos, muitas vezes reveladores de significados importantes para o estudo.

Um roteiro de entrevista (APÊNDICE C) foi elaborado a fim de guiar a pesquisadora no momento da entrevista, baseado tanto em questões de contextualização dos relatos quanto nas de interesse específico da pesquisa. Tal instrumento abordava, de maneira geral, questões relativas aos dados pessoais, escolarização e trabalho, infância, relacionamento familiar, primeiras experiências sexuais, programas sexuais, cotidiano e futuro. Em relação aos tópicos sobre a experiência dos programas sexuais, as jovens que não confirmaram essa prática

(incluídas no Grupo 2) foram indagadas sobre as informações que possuíam como observadoras e conhecedoras desse universo. Para esse grupo, questões relativas ao recebimento de convites para a realização de programas sexuais também foram incluídas.

Avalia-se que essa estratégia de coleta de dados tornou-se apropriada na medida em que sustentou a participação de todas as jovens que se dispuseram à entrevista de forma satisfatória, possibilitou o alcance de aspectos essenciais relacionados aos objetivos da pesquisa, bem como se mostrou adequada ao procedimento de análise previsto.

2.6 Procedimentos de coleta de dados

Tendo em vista que as jovens passam boa parte do tempo nas ruas da cidade e negociam programas sexuais no diversos espaços públicos aos olhos de todos, encontrá-las não foi a tarefa mais difícil, pois dependia apenas de uma observação mais atenta e de iniciativa para abordá-las.

No primeiro contato com a jovem, a proposta da pesquisa era apresentada de forma clara, referindo-se ao interesse de conhecer o cotidiano e as experiências de mulheres jovens do município, em especial aquelas envolvidas com programas sexuais. Caso negasse a participação nessa atividade, questionava-se com a jovem sobre sua proximidade com o fenômeno e sua disponibilidade em falar sobre ele.

O convite para a participação na pesquisa enfatizava o caráter anônimo das informações e o sigilo do informante. Se aceito, a entrevista geralmente era marcada para um outro dia, em horário e local acordados entre a pesquisadora e a jovem.

Entretanto, mesmo com dia e horário marcados previamente, foram constantes as faltas e os adiamentos. Exigiu-se da pesquisadora flexibilidade e energia para superar tais imprevistos e persistir na busca pelas participantes. Apesar das dificuldades, a coleta de dados ocorreu de modo satisfatório.

Como não era do interesse da pesquisadora se mostrar vinculada a qualquer tipo de instituição, as opções de espaço para a realização das entrevistas eram restritas. Tendo em vista a particularidade do assunto a ser abordado, poucas optaram por realizá-las em sua própria residência. Em muitos momentos, a saída foi ocupar espaços públicos disponíveis, atentando-se sempre para o sigilo das informações e o conforto da participante na ocasião da entrevista. Assim essas ocorreram individualmente em locais diversos: na residência da jovem, na calçada, na casa de uma amiga da jovem, em praças, na rua, dentro do veículo da pesquisadora e até na escadaria de uma igreja. Na medida em que a ocupação desses espaços públicos é parte da rotina dessas jovens, isso não pareceu comprometer a qualidade da entrevista de forma significativa.

A autorização para a entrevista foi obtida através da assinatura do Termo de consentimento de participação na pesquisa (APÊNDICE B), que era lido pela pesquisadora ou pela jovem, a critério desta, reiterando-se questões relativas ao sigilo e ao destino das informações. Com a prévia anuência das participantes, todas as entrevistas puderam ser gravadas. Ao final de cada uma, algumas jovens interessaram-se por ouvir a própria entrevista, que duraram em média uma hora.

Após a coleta dos dados, as gravações foram transcritas e transformadas em textos para que se procedesse à análise, buscando-se a partir do conteúdo das entrevistas, alcançar categorias temáticas que trouxessem elementos pertinentes ao tema investigado. Como recomenda Strauss (1987, apud Flick, 2004), o

procedimento de transcrição seguiu a regra da simplicidade e do entendimento daquilo que se esperava comunicar, atendo-se “apenas ao limite da quantidade e da exatidão exigidos pela questão de pesquisa” (p. 184). A identificação das participantes foi codificada de acordo com a ordem de realização das entrevistas (de E1 a E19) garantindo o anonimato das mesmas. As entrevistas dos Grupos 1 e 2 foram analisadas separadamente.

Paralelamente às entrevistas, algumas notas também foram registradas pela pesquisadora em um diário de campo que abordava essencialmente as impressões e experiências vivenciadas no contato com o campo de pesquisa, tornando-se útil para a reflexão desse processo e possibilitando maior contextualização dos relatos.

2.7 Procedimentos de análise dos dados

Para análise e tratamento dos dados utilizou-se o método da análise de conteúdo temática proposto por Bardin (2002, originalmente publicado em 1977) e Minayo (1998), buscando acesso aos diferentes planos de sentido que se expressam no texto. A análise de conteúdo é definida como instrumento de análise interpretativa para a pesquisa qualitativa, tendo por finalidade “explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem” (Oliveira, Ens, Andrade e Mussis, 2003, p. 13).

O procedimento analítico teve como referência tanto os dados da pesquisa de campo quanto outros estudos relacionados ao tema, na tentativa de articular os significados subjetivos emergentes e o contexto sócio-histórico que os media.

A técnica de análise de conteúdo permite que, a partir da descrição dos conteúdos, se possam deduzir categorias temáticas e significados que tragam elementos pertinentes à análise do tema investigado, bem como realizar inferências a partir deles. O procedimento exige que os textos passem pelo crivo da classificação, onde as categorias emergentes sustentam a inferência de conhecimentos de natureza diversa.

Seguindo essa lógica, os dados obtidos durante a coleta foram submetidos inicialmente a leituras “flutuantes” (Bardin, 2002) e exaustivas que permitiram uma apropriação gradual do texto e indicaram algumas unidades de significado iniciais. Num segundo momento, foi possível identificar as categorias de análise, resumindo conteúdos emergentes desse material. Novamente os textos foram retomados, agora para a organização dos dados das entrevistas em quadros de classificação das unidades de significado existentes e posterior categorização.

Relacionando temas e unidades de significado, considerando o contexto de produção dos textos, conteúdos latentes também foram explorados, buscando-se a profundidade e a verdade das afirmações aparentemente superficiais. A partir daí, os dados foram submetidos a interpretações qualitativas, articuladas às reflexões iniciais da pesquisa, bem como ao referencial teórico que respalda a investigação.

A apresentação dos resultados segue a lógica desse processo de categorização, dispondo informações de caracterização dos Grupos 1 e 2, infância e relacionamento familiar, cotidiano, iniciação sexual e relacionamentos afetivos, iniciação e organização dos programas sexuais, motivações e representações sobre

os programas, discriminação e preconceitos, convites sexuais e participação do Grupo 2 em programas sexuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo desse capítulo é apresentar os dados coletados junto aos Grupos 1 e 2, levantando questões que permitam alcançar os objetivos de pesquisa já delimitados. Sem pretensões de resumir ou fixar padrões com o levantamento quantitativo das ocorrências, privilegiou-se uma abordagem qualitativa desses dados, que seja capaz de traduzi-los em conhecimentos mais fecundos acerca das experiências de jovens mulheres envolvidas com programas sexuais.

3.1 Caracterização do Grupo 1

Considerando que o Grupo 1 é aquele que contempla as 10 jovens entrevistadas que declararam que realizam ou já haviam realizado programas ou trocas sexuais em algum momento de suas vidas, ele foi descrito com maior detalhamento tanto no que se refere a seus dados sócio-demográficos quanto em relação aos outros aspectos abordados na entrevista: infância e relacionamento familiar, cotidiano, relacionamentos afetivos e iniciação sexual, além dos próprios programas sexuais.

As informações sócio-demográficas mais gerais desse grupo foram agrupadas no QUADRO 1, para melhor visualização. O nome do município onde a pesquisa foi realizada foi suprimido para garantir maior confidencialidade às informações, sendo utilizada a denominação “Município X” em referência a esse local.

Quadro 1: Dados sócio-demográficos do Grupo 1:

| | Idade | Origem | Raça/ cor | Estado Civil | Grau de instrução | Religião |
|------------|--------------|---------------|----------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|
| E1 | 16 anos | Município X | Negra | Solteira | 5ª série do E. Fundamental | Católica |
| E4 | 17 anos | Município X | Negra | Solteira | 7ª série do E. Fundamental | Não tem |
| E5 | 20 anos | Janaúba | Branca | Solteira | 2º ano do E. Médio | Católica |
| E8 | 15 anos | Município X | Parda | Solteira | 6ª série do E. Fundamental | Católica |
| E9 | 15 anos | Município X | Negra | Solteira | 6ª série do E. Fundamental | Católica |
| E10 | 15 anos | Município X | Parda | Solteira | 6ª série do E. Fundamental | Católica |
| E11 | 17 anos | Pernambuco | Parda | Solteira | 1º ano do E. Médio | Católica |
| E14 | 19 anos | Município X | Parda | Solteira | 6ª série do E. Fundamental | Católica |
| E16 | 13 anos | Município X | Negra | Solteira | 5ª série do E. Fundamental | Não tem |
| E19 | 16 anos | Município X | Negra | Solteira | 1º ano do E. Médio | Católica |

A idade das entrevistadas variou entre 13 a 20 anos. A maioria delas é natural do município onde a pesquisa foi realizada e todas elas residiam na cidade há pelo menos dois anos. Essa foi uma preocupação surgida a partir do contato com as próprias jovens, uma vez que durante as abordagens para as entrevistas era comum encontrar pessoas que estavam no município provisoriamente, inclusive jovens mulheres que confirmaram a prática dos programas sexuais.

Como a cidade em questão tem a característica de ser um local de passagem¹², a delimitação das entrevistas a partir desse critério atendia a uma especificidade do trabalho, que se empenhou em investigar um grupo envolvido em trocas sexuais a princípio não itinerantes, embora a partir dos relatos observou-se que algumas jovens percorriam municípios vizinhos para a realização de programas

¹² Assim considerado por ser um pólo turístico importante da região e por estar às margens de uma das principais rodovias federais do país.

sexuais em locais específicos para essa prática.

Além disso, estabelecer esse período mínimo de moradia foi uma tentativa de alcançar jovens que participavam dessa comunidade há algum tempo, compartilhando códigos e valores que lhes eram próprios, inclusive aqueles que se referiam ao exercício da sexualidade e à prática dos programas sexuais.

Outra preocupação surgida *a posteriori* foi a de encontrar jovens que mantinham certa convivência com a família de origem e que de preferência residissem na mesma unidade domiciliar. Esse critério, ainda que não fosse determinante na escolha das entrevistadas, acabou sendo visto como elemento importante para que os temas família e programas sexuais pudessem ser explorados. Assim, somente três das dez jovens entrevistadas não moravam com a família de origem, sendo que apenas duas delas relataram ter rompido os vínculos familiares de forma mais incisiva.

Quanto à classificação de raça/cor das entrevistadas, objetivou-se exclusivamente a verificação de alguma predominância em relação a essa característica. Optou-se pelo procedimento da alter-classificação realizada pela entrevistadora, que utilizou as cinco variáveis empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a saber: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Através desse procedimento, constatou-se a presença preponderante de jovens pardas e negras no grupo em questão.

Ainda que não se tenha a pretensão de fazer com que esse grupo se transforme em amostra de base para conclusões precipitadas, já que os dados não alcançam relevância estatística significativa, é preciso ter em mente as implicações de caráter étnico/racial no contexto da prostituição infanto-juvenil. A literatura acumulada atualmente já é concisa em afirmar a sobre-representação de mulheres

negras e pardas em grupos e classes vulnerabilizadas, conforme o observado.

Além disso, como analisa Moraes (1998), a circunstância racial é um componente importante na reificação da imagem dessas jovens, na medida em que adquiriu ao longo de todo um processo de construção social um caráter de dominação racial e sexual. O grande prestígio que a categoria “mulata” adquiriu no mercado erótico, associado à faixa etária desse grupo, contribui significativamente para sua representação social dentro do contexto da prostituição.

Todas as jovens se declararam solteiras, mas duas delas afirmaram que viviam com os respectivos namorados na época da entrevista. Outras duas relataram já terem tido a experiência de morar com algum parceiro. Uma das entrevistadas (E19) se encontrava grávida à época da entrevista e outra (E14) já possuía um filho de pouco mais de um ano de idade que não morava com ela. Além disso, uma delas (E11) relatou que estava prestes a ter a confirmação da gravidez através de exame laboratorial.

Cinco jovens já haviam estado grávidas pelo menos uma vez. Quatro dessas gestações foram interrompidas, sendo apenas uma espontaneamente. Os relatos sobre os abortamentos provocados pelas próprias jovens demonstram como as práticas de interrupção da gravidez são variadas e parecem ser habituais e largamente difundidas na comunidade em questão:

Tomei Cytotec. Um amigo meu que comprou pra mim. Só que eu falei que era pra outra amiga. (...) Nem ele ficou sabendo que era pra mim. (E1)

Duas vezes. Uma vez eu perdi sem querer, tava quase ganhando já, de seis meses. A outra vez eu tirei por que eu quis. (E4)

Ah, as meninas me deram um remédio aí. Aquelas casinhas de marimbondo misturado com P. (conhaque). (E4)

Só, eu tomei foi é... Como é que é, folha de algodão, com vinagre e Coca, conhaque, e... três pitadinha de sal. Aí toma, desce na hora. Aí eu fui e tomei e fui pro hospital. Fiquei três dias no hospital. Fiquei três dias no hospital só passando

mal, vomitando, vomitando, não comendo nada, não comendo nada. E saiu. Já tava quase todo formado o menino. (...) Eu já tava de quatro (meses). (E9)

Dos três casos de abortamento provocado, o pai da criança ficou ciente do ocorrido em apenas um deles e, segundo a entrevistada, não concordou com a atitude dela:

Ele só falou assim: “Você fez uma coisa muito errada tirar próprio filho meu dentro da sua barriga”. Eu falei assim: “Ó R. (pai da criança), é que eu não queria menino...”. (E9)

Giffin (1991) nota que a definição social da paternidade como um conjunto de direitos e deveres não tem se ampliado, mesmo diante da comprovação científica do papel biológico do homem na reprodução e na constituição genética dos filhos. A autora afirma ainda que nem a tendência mundial ao aumento do uso de meios contraceptivos foi favorável a uma maior igualdade de responsabilidades dos gêneros para com a prole. Diante do reduzido papel masculino na esfera social da reprodução, caberia à própria jovem decidir pela continuidade ou não da gestação e arcar com as conseqüências advindas dessa escolha.

No que concerne às questões relativas à educação, constatou-se que o nível de escolaridade declarado pelas entrevistadas era inferior ao esperado para cada faixa etária, dentro do sistema educacional brasileiro, numa dimensão que superava cinco anos de defasagem em alguns casos. Nenhuma das entrevistadas freqüentava a escola na época da entrevista, embora a maioria tivesse informado planos de retorno:

Não dá pra mim fazer esse tipo de coisa (programas sexuais) com estudo. Acontece com muitas pessoas, entendeu? Bagunça muito a mente da gente. Então por isso que eu tô preparando, entendeu? Escolhendo o melhor pra mim. Dedicar aos meus estudos de novo. (E5)

Sei lá, mas eu vou voltar. (...) Esperar passar esse carnaval¹³ aí eu volto. (E11)

Mesmo enfatizando esse desejo, a volta aos estudos não foi incluída nas perspectivas de futuro identificadas ao longo das entrevistas. É possível que a permanência das jovens na escola seja conflitante com diversas outras atividades, inclusive com sua participação em programas sexuais. Por outro lado, torna-se difícil para a própria instituição escolar manter consigo indivíduos que insistem em escapar à sua ordem, preferindo a exclusão destes e a produção de uma demanda de evasão escolar (Molina e Kodato, 2005). Apesar da vontade de reingressar no sistema educacional, as razões que justificam a evasão indicam a pouca adaptação e/ou falta de afinidade das jovens com esse contexto específico:

Ah, por que eu não gosto de ficar em escola não, sô. Não gosto de estudar não. Uma vez foi por que eu briguei, no G. (escola pública do município) que eu estudava à noite. No R. (escola pública do município) foi por que eu não quis mesmo. (E4)

Ah por que num tava dando certo com os professores da escola. (E19)

Apesar da situação escolar dessas jovens na infância não se apresentar como problemática, observou-se que a escola acaba por se tornar incompatível com os atraentes estímulos que a vida nas ruas e em outros grupos e ambientes oferece. A escola fica caracterizada como um lugar que necessariamente impõe restrições às quais as jovens parecem não desejar se submeter:

Ah, acordava numa preguiça, aí... (E8)

Por conta que eu briguei lá na sala de aula, faltava muito, aí eles pegaram e me deu suspensão. (E16)

Ah eles... tinha aluno que eles pegavam mais no pé, eles enchiam muito o saco com determinado, com determinadas coisas lá e eu num era a favor. Deixei prum lado. (E19)

¹³ A entrevistada se referia à festividade popular que ocorre no município no mês de setembro, reconhecido como um “carnaval fora de época”.

Quanto às práticas religiosas, o catolicismo foi predominante entre os relatos e parece decorrer de influências familiares, onde também essa doutrina prevalece. Apesar disso, a presença em rituais religiosos foi declarada como pouco freqüente.

Constatou-se também a ausência de participação das jovens em atividades laborativas na época da entrevista. De maneira geral, quase todas as jovens relataram que já haviam exercido tarefas domésticas remuneradas diversificadas, tais como arrumar a casa e cuidar de crianças, e atividades de atendimento ao público, inclusive em bares. Como observa Yannoulas (2002), a participação das mulheres no mercado de trabalho acontece, de maneira geral, através de atividades tipificadas como “femininas” e em condições visivelmente desiguais e excludentes. Para as jovens entrevistadas, em função de sua faixa etária, da baixa escolaridade e da pouca qualificação profissional que possuem, tal situação tende a ser reforçada.

Ainda que as reais condições sócio-econômicas dessas jovens não tivessem sido dimensionadas, verificou-se através dos relatos que todas provinham de setores menos abastados da sociedade, onde a insegurança financeira esteve presente em diversos momentos de suas vidas.

Desde a infância, o provimento do lar era de responsabilidade do(s) adulto(s) que integravam o núcleo familiar, seja a mãe (E1, E4, E5, E10 e E11), o pai (E8, E11, E16 e E19), os avós (E4), os irmãos (E8), o padrasto (E10), o tio (E14) ou a irmã (E19). Os relatos demonstraram que os ganhos obtidos pelas jovens com as atividades remuneradas exercidas ao longo da vida não tiveram em momento algum a finalidade de contribuir para o sustento da família, mas eram utilizados em proveito delas próprias:

Eu comprava alguma coisa pra mim, roupa, alguma coisa assim... Sapato. (...) Ficava pra mim, minha mãe nunca pediu não. (E1)

Nunca... Nunca tive assim, como se diz assim... Nunca precisei, entendeu? De eu

tirar dinheiro meu pra mim poder colocar dentro de casa. (E5)

Mais adiante, será possível observar que a realização de programas sexuais também não parece ter necessariamente essa motivação. Essa talvez possa ser vista como uma das razões para o fato de os programas não terem sido incluídos na categoria “trabalho” por qualquer das entrevistadas. Em sua pesquisa, Simon (1999) analisou que o *fazer programas* não se enquadrou no significado *trabalho* em função de sua carga de estigmatização e imoralidade.

3.2 Infância e relacionamento familiar

Sobre a infância, quase todas as entrevistadas informaram que moravam no mesmo município e com a família de origem (pais e irmãos) durante esse período. As avós maternas também tiveram importância no cuidado das jovens nessa fase da vida, mas não permaneceram com essa responsabilidade a partir da puberdade:

Morava com a minha vó até os 11 anos, mas era numa fazenda aqui perto. Aí eu comecei a dar muito trabalho e ela me entregou pra minha mãe. (...) Eu já tinha começado a aprontar e minha vó ficou com medo de arrumar uma barriga, alguma coisa assim lá na roça. Eu ficava querendo sair pra rua, sabe. Tinha umas meninas que moravam lá perto que iam pra rua e eu queria ir também. (...) Aí com 11 anos fui morar com a minha mãe. (E4)

Devido à separação dos pais ou o falecimento de um dos genitores, a família nuclear de origem se manteve em apenas três casos. De maneira geral, com a separação do casal as filhas permaneceram com a mãe, que se uniu a outro (s) companheiro (s), tendo ou não outros filhos.

Como principais motivações para a separação do casal, foram informados o abuso de álcool e o adultério. Após a separação, o pai tornou-se e/ou foi mantido

alheio à família, o que promoveu o distanciamento afetivo entre ele e a própria jovem:

Ah... Eu não conversava com ele não. Nunca fui de conversar assim sério mesmo de pai pra filho, nunca conversei com ele assim. Era: "pai eu preciso de um documento", era só isso mesmo. Conversava com ele quando precisava de algum documento assim. Nunca fui de conversar com ele. (E1)

Ah, ele mora aqui mesmo, mas nós não conversa com ele não. Eu nunca morei com o meu pai não. Nem gosto dele. (E4)

É muito raro eu ver meu pai. (E5)

Em função da distância, a mágoa pelo abandono ou pelo tratamento dispensado pelo pai enquanto ainda estava com a família foi alimentada:

Ah, meu pai nunca gostou de mim não. E eu também nunca gostei dele. Ele fala na minha cara que nunca gostei. Ele não gosta de mim não. Ele foi muito ruim pra mim, pra minha mãe, ele foi muito ruim pra nós. (E1)

Ah, não gosto dele, ele não ajudou a criar nós né. Ele é muito prego sô! Tem uma fama muito boa não. Fica tirando onda com a gente, se fazendo de pai. Quando a gente tá com algum menino, fica fazendo que tá com ciúmes. (E4)

A mãe por sua vez foi reconhecida como aquela que foi capaz de substituir o pai em sua função de permanecer junto à família e provê-la. Para algumas jovens a mãe é uma referência moral, que dita o que é certo e o que é errado, e que por isso mesmo não raramente entra em embate com o desejo das jovens de agir com mais autonomia e liberdade. Investigando o contexto familiar de mulheres que se dedicam à prostituição, Molina e Kodato (2005) observam que questões de poder e gênero se articulam, possibilitando uma leitura desse espaço nuclear como um campo de luta e confrontações:

E minha mãe, igual como se diz o povo "boca de mãe tem praga". Às vezes ela apontava: "Isso não é menina de você tá andando". E aí eu virava as costas e batia o pé e falava: "A senhora intromete muito na minha vida", entendeu? Preciso ter minha liberdade. (E5)

Ah, por que ela (a mãe) foi uma pessoa que sofreu muito na vida, pra conseguir tudo

que ela tem hoje ela sofreu bastante. E por isso que eu admiro ela por que ela teve força, teve vontade própria pra vencer na vida sem depender de ninguém pra ser o que ela é hoje, entendeu? (E11)

De maneira geral, a convivência familiar durante a infância foi avaliada de forma positiva. A lembrança da passagem da união nuclear para a perda e/ou enfraquecimento dos vínculos relacionais entre os membros da família parece configurar um marco importante:

Ah, era melhor. Depois que minha mãe morreu acabou mesmo. (E1)

Era boa, a gente era mais assim, apegado uns com os outros... Era melhor, sabe. (E8)

Acho que da minha infância assim a única coisa que eu tenho a reclamar é só isso, a separação dos meus pais. (E11)

Verificou-se um desgaste nas relações familiares, principalmente a partir da adolescência, quando essas jovens passaram a ter novos interesses e a explorar espaços fora do ambiente familiar:

Era boa, eu e minha mãe sempre nos demos bem. Com a minha avó também. Só depois que eu comecei a aprontar aí... (E4)

Eu e minha família? Era muito boa (a convivência). Só não foi boa a partir do momento que eu larguei a minha casa e comecei a andar, entendeu? Larguei isso tudo, inclusive a minha mãe, ela, como se diz, ela se revoltou. Por causa disso. (E5)

Outras ocorrências conflituosas também parecem ter marcado as recordações sobre a convivência familiar na infância:

Aí, só era muito ruim quando meus irmãos bebiam. Ele dava a bater na minha mãe, aí nós não deixava. Aí era maior rolo. (E9)

Eu mais meu pai brigava demais. (...) Meu pai queria mandar, sabe. Ele, a gente não podia fazer nada, não podia nem sair lá pra poder ir ali fora que meu pai começava a xingar, bater na gente... (E16)

Eu e minha irmã nunca deu certo. (...) Nós brigava muito. (E19)

Ainda sobre a infância, algumas entrevistadas confirmaram a presença de amigos nessa época da vida, enquanto outras tiveram essa vivência tolhida de alguma forma, talvez evidenciando uma tentativa da família de resguardar tais jovens do mundo e de influências externas:

Lá na fazenda minha vó nunca deixou eu brincar assim com ninguém de fora não. Era só eu e meu primo mesmo. (E4)

Na época de criança? Minha mãe assim, diz pra mim que não, que não era muito... Ela nunca gostou de eu ficasse com colegagem. (E5)

Além das atividades lúdicas costumeiras da infância (esconde-esconde, pega-pega, pula-corda, bola, peteca, boneca, casinha, etc.), outras atividades prazerosas vividas nessa época indicam um desejo das jovens em ampliar o contato com o ambiente externo e transpor os limites impostos socialmente, que restringem a mulher ao ambiente doméstico e a comportamentos mais “contidos”.

Analisando as influências das relações de gênero na socialização de adolescentes residentes na periferia de Natal, Traverso-Yepetz e Pinheiro (2005) constata a condição de interioridade feminina em diversas dimensões da vida (lazer, trabalho, educação, rotinas e vida social). Afirmam ainda que a hierarquização de gênero perpassa todo o cotidiano vivido pelos sujeitos, reproduzindo tanto os papéis vigentes no grupo social quanto as rupturas e subversões possíveis.

Em primeira instância, cabe à família reproduzir essa norma social que postula a diferenciação entre gêneros (Giffin, 1994; Bruschini, 1997), mantendo as jovens mulheres dentro de casa e regulando seu comportamento:

Mas quando ela deixava, assim de noite a gente brincava de “caiu no poço”. Esses negócio assim de menininha quando a gente ta ficando mais mocinha, sabe? (...) (risos). Ah, brinca ué, de “caiu no poço”. Pára na pessoa a gente tem que dar um beijo. Mesma coisa assim, quando a gente vai ficando mais jovem, a gente fica mais assanhadinha (risos). (E4)

Para Moraes (1998), esse tipo de controle da sexualidade feminina pobre é reflexo do sistema acusatório que incide sobre esse grupo, onde “o fato de serem pobres e viverem a maior parte do tempo nas ruas das cidades enuncia uma condição de mulher pública em oposição à ‘mulher de casa’” (p. 32).

Essa característica de controle sexual também pôde ser observada nos relatos sobre relacionamentos familiares atuais, onde a permanência das jovens nas ruas e os comportamentos tidos como inadequados motivam desavenças e acirraram conflitos domésticos:

Em casa eu tenho hora de chegar, sabe? Eu me sinto muito segura quando eu tô em casa. Por que às vezes ela fala: “Você sai, vai pra danceteria, 4 horas você tem que estar aqui”. Se eu não tô ela pega o carro e vai atrás de mim. Entendeu? Aí eu começo, eu fico... Aí eu começo a gritar com ela, falar pra ela que... Como se diz, que ela quer me criar presa. Que eu não sou mais criança. E começa a jogar esse tipo de coisa. Aí vai, mais tarde eu pego e arrependo, vou pedir ela desculpas. Aí ela começa a falar que não é por ela me querer presa, é pela minha segurança. Por que ela é minha mãe. E eu não sinto, ela preocupa muito comigo. (E5)

Ah, num foi, minha gravidez não foi uma coisa que eu esperava, e nem eles então, no começo tava um clima chato agora já melhorou mais. (...) Ai por que mi... mi... minha irmã foi, eu ter arrumado um menino diz a minha irmã que foi a pior coisa do mundo. Foi por que eu sempre ajudava ela agora vou ter o meu, eu não vou ter, poder ajudar ela. Então nós discute, agora nós começamo a discutir por causa disso. (E19)

3.3 Cotidiano

A partir da descrição de cada jovem sobre seu cotidiano, levantou-se informações sobre costumes e atividades habituais exercidas pelo Grupo 1.

As atividades relatadas como rotina obrigatória incluíram diversas tarefas domésticas: lavar louças (E1, E4, E9, E10, E16), lavar roupas (E4), arrumar a casa (E4, E10, E14, E16), varrer o terreiro (E9), fazer almoço (E9, E16) e o jantar (E9) e

cuidar dos sobrinhos (E19). Algumas jovens consideraram tais atividades como prazerosas:

O que eu mais gosto lavar roupa. Gosto muito. (E4)

Outras práticas rotineiras compreendiam hábitos alimentares e de higiene pessoal: escovar dentes (E1, E9) e tomar banho (E8, E9), além de dormir (E1, E4, E9) e esperar o namorado chegar do serviço (E9). Uma das jovens resumiu a rotina à qual se submetia:

Meu dia a dia é comer, beber e dormir o dia inteiro. Só isso. Levanto, como, durmo. Depois durmo de novo. (E4)

Práticas de leitura e a produção de poemas também foram indicadas como rotineiras:

Ah, eu gosto de escrever. Escrever poesia, eu tenho um caderno dessa grossura assim de poesia. Gosto muito de poesia. Gosto de escrever e ler também. (E1)

Eu gosto... Igual eu tava te falando, sou apaixonada com livro. Gosto muito de ler. (...) De igreja, leio muito. E às vezes mesmo que seja um e vou lendo, entendeu? Pra ocupar minha cabeça num livro, praticar um livro. Gosto muito de ler a bíblia. (E5)

Ah eu fico mais assim trancada, digamos que trancada no quarto, eu gosto de ler, fico escrevendo depois, saio vou andar à toa, sabe. É assim, todos os dias. Sento ali no bar, fico conversando. (E11)

Além dessas, ficou claro que a permanência das jovens nas ruas da cidade era uma atividade constante, passando grande parte do tempo fora de casa e longe da família. Ainda que não se mantivessem exclusivamente na rua, faziam dela um local privilegiado de convivência, ocupando espaços públicos diversos (ruas, bares, praça central da cidade, etc.), geralmente em pequenos grupos. Essa condição, que Adorno (1998, apud Nunes, 2004) resume na expressão “crianças e adolescentes em trânsito e em direção à rua”, contempla um conjunto de situações determinadas

pela adesão ao espaço da rua, onde, em oposição à casa e à família, a referência se torna o grupo, o bando, utilizado também como estratégia de defesa e sobrevivência.

As jovens justificam essa permanência pela ausência de alternativas ocupacionais disponíveis. Alves et al. (1999) consideram a situação de miséria econômica e afetiva da família como fator de risco para a saída da criança ou jovem de casa. Na medida em que o grupo familiar não consegue sustentar material e afetivamente a criança, em função da urgente necessidade de lutar pela sua própria sobrevivência, abrem-se caminhos para que a rua se torne um espaço de socialização, como ambiente de múltiplas possibilidades e significados, inclusive o de liberdade, autonomia e pertencimento:

Aí nós assiste televisão e depois saí pra rua, bater perna, andar à toa. Aí chega de noite eu vou embora dormir. Quando tinha namorado ia pra casa dele. Agora não vou mais não. (E1)

Às vezes a gente mesmo, a gente que procura, por que aqui não tem nada pra fazer. Chama uma colega, pra ver se a gente pode fazer uma farra. Sempre que não tem nada pra fazer no final de semana, a gente vai pra casa de alguém, de alguns amigos. Assa uma carne e vamos conversar, entendeu? É o que rola aqui. (E5)

Hum. À noite eu fico... de vez em quando eu vou pra praça, quando não tem nada pra fazer em casa. Eu fico lá na praça um pouco, até mais tarde, brinco com esses meninos. (...) Tem vez que... os bar fecha. E eles tão lá: “Ah não, não vão bora agora não”. Tem ninguém na rua, só nós e eles quer brincar. Aí nós começa a brincar de esconde-esconde. Mesmo na praça nós brinca, zoa até mais não. Depois todo mundo vai embora. (E8)

Eu? Gosto de farrear. Ir pra farra, é bom demais. (E10)

De noite eu saio pra rua. (...) Andar, conversar cas meninas lá na praça. Só isso. (E16)

São as atividades disponíveis nos espaços freqüentados por essas jovens e seus grupos que ocupam o tempo livre:

A gente fica lá conversando com os meninos. Aí a gente, eles falam: “Ah, vamo ir ver num sei quem”. Aí nós vai, todo mundo, fazendo bagunça no meio da rua...

Depois volta, fica na praça mais um pouquinho, depois cada um vai pra sua casa tomar banho. Aí fica mais um pouco em casa depois volta. (E8)

A rua parece ser ainda uma alternativa para fugir das obrigações domésticas e familiares que não desejam assumir. A pressão da família sobre a jovem parece afugentá-la de casa:

Ah, ele (o pai) veio me xingar, eu peguei e falei: “Ah! Também tô saindo pra rua, vou tomar meu banho, não sei nem que dia, nem que hora que eu chego”. Aí eu saí também, demorei dois dias pra voltar (risos). Aí depois eu voltei. Aí ele não me xingou. Ficou de boa. Agora xingando assim ele não tá xingando mais não. (E8)

No decorrer da socialização feminina tradicional, cabe à família situar as jovens aos pequenos espaços e às atividades-símbolo do feminino, tais como as tarefas domésticas, o cuidado com o outro e a maternagem, perpetuando o modelo de identificação feminina e o contraste entre gêneros (DeSouza, Baldwin e Rosa, 2000). Reagindo a esse modelo, as jovens vivem a ambigüidade de atender as regras estipuladas e de se aventurar em caminhos não prescritos, entre eles a rua.

A ida para a rua, como indica Rizzini (2003), ocorre num processo que inclui, entre outras coisas, a representação que se tem sobre esse espaço. Para as jovens do sexo feminino em especial, a rua se constitui num território também ambíguo, onde os perigos e a iminência da violência concorrem com o potencial exercício da liberdade almejada por elas, permeando de incertezas e obstáculos essa decisão.

A exemplo disso, constatou-se que para poderem desfrutar dessa liberdade proporcionada pela vivência nas ruas, as jovens entrevistadas têm de superar os intentos de “salvação” (institucionais inclusive) que freqüentemente se colocam em seus caminhos. Uma dessas jovens resume as tentativas da família, principalmente da mãe, de buscar novas alternativas para a jovem além da rua, onde é possível verificar o esgotamento dos intentos de afastar as jovens desses espaços:

Como assim? Ah eles tudo fica querendo me ajudar né, tirar eu da rua. Sabe que na rua não traz coisa boa, eles ficam tentando me ajudar. Minha mãe já desistiu. Já tentou ajudar demais. Não adianta mais não, ela falou assim que não tem conserto mais não. (E10)

Observou-se ainda que durante a seleção das entrevistadas, algumas jovens fizeram referência à antiga função da pesquisadora como psicóloga no Programa Sentinela sob essa mesma conotação “salvadora”, lembrando dos atendimentos e das abordagens realizadas nessa função. Foi necessário destacar a desvinculação da pesquisa à qualquer organização e a adoção de uma nova postura pela pesquisadora. A ausência de espaços institucionais para a realização das entrevistas foi muitas vezes utilizada como prova dessa desvinculação. Santos (2007) considera que o papel do investigador deve ser evidenciado, em oposição aos outros diversos agentes que corriqueiramente abordam esse tipo de população e advogam em favor do abandono de tais práticas.

De maneira geral, a rotina dessas jovens é fortemente marcada pela permanência delas em bares e na praça central da cidade, onde o fluxo de pessoas é intenso tanto durante o dia quanto à noite. Nesses locais é possível fazer uso de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas, além da realização dos próprios programas sexuais que curiosamente não foram incluídos na rotina diária descrita pelas jovens.

Observou-se que é na ocupação desses espaços que possibilitam o exercício da tão almejada liberdade que se desenrolam também as primeiras experiências sexuais desse grupo, descritas a seguir.

3.4. Relacionamentos afetivos e iniciação sexual

Investigou-se também sobre as primeiras experiências amorosas e sexuais vividas pelas jovens entrevistadas, a fim de se conhecer melhor o desenvolvimento da vida sexual delas, bem como o início da prática dos programas sexuais nesse contexto.

Quase todas afirmaram que já haviam namorado alguma vez na vida, tendo esse primeiro compromisso durado de 3 dias a 2 anos e meio. Os primeiros relacionamentos marcaram a vida das jovens de maneira muito positiva:

Ah foi bom, (tava lá) no começo foi bom demais, nossa senhora! Eu lembro dele até hoje. Ele não mora nem aqui mais, ele mora lá em Sete Lagoas. (...) Foi bom. E nós só terminou, nós só terminou por que ele foi embora né. E eu não podia ir com ele que na época eu era de menor e minha mãe também não deixava eu ir. (E14)

Outras experiências, geralmente as mais breves, pareceram conotar encontros superficiais, ainda que vividos intensamente, que não se sustentaram diante das pressões exigidas para a manutenção de um compromisso afetivo mais estável e exclusivo:

Ah, eu comecei a namorar foi... no comecinho de... não, foi novembro do ano passado. Namorando com o J., aí foi chato, nossa! Maior nojeira. (...) O menino não saía da... é 24 horas agarrado na minha mão, não podia conversar com minhas colegas. Aí começou a confusão, eu xingava ele quando eu tava nervosa. Maior nojeira. Aí por resto que, eu peguei e desisti. (...) Aí eu comecei a namorar com o B.. Piorou ainda o B., minha filha (risos)! (...) Nossa senhora! Ô menininho chato, Deus... Eu não podia sair de dentro de casa não, fia. Tinha que ficar dentro de casa, nem com a S. eu podia conversar! (E8)

Eu namorei com quatro. Os outros dois, eu namorei um mês, uma semana... Nem comecei a namorar e já tava terminando também. (...) Ai, eu não gosto disso não viu. Nojeira... Você vê os meninos... todo dia tem que ver a cara dele. Nossa senhora! Nem, enjoa, me dá nervoso, me dá vontade de dá umas nele (risos). (E8)

Mesmo nos compromissos afetivos mais sólidos, como a experiência de “amigar” (morar junto com o parceiro) vivida por duas entrevistadas (E4 e E14), o sentimento de liberdade tolhida pelas obrigações do relacionamento foi marcante. A violência de gênero sofrida nessas relações também foi motivo para a avaliação

negativa dessa vivência. A vontade de não renunciar à liberdade já conquistada parece motivar a decisão dessas jovens de não se envolverem seriamente com mais ninguém:

Ah é ruim. Ficar arrumando casa, lavando roupa. Sai fora sô! É ruim com borra. É! Fazendo comida, arrumando casa, é ruim sô. Não é bom não.(...) É sô! Ainda mais que a gente é novinha, ficava assim olhando os outros ir pra praia¹⁴. E fica com vontade de ir pra praia, não pode por que tem marido. Ou, é ruim viu... Não tenho coragem de amigar mais não. Nem quando eu tiver mais velha, nem quando eu tiver mais nova! (E4)

(...) num quis namorar mais. Garro de vez em quando e pronto, tá bom. (...) Bem melhor. (E8)

Duas jovens entrevistadas (E10 e E11) assumiram a preferência homossexual. Mesmo assim, ambas afirmaram manter relações sexuais com homens com frequência. Uma delas (E11) relatou inclusive que poderia estar grávida de seu namorado na época da entrevista. Outras relações heterossexuais geralmente aconteciam sob a forma de programas.

Sobre as primeiras experiências sexuais, verificou-se que as jovens tinham entre 8 e 15 anos de idade na ocasião da primeira relação sexual. Quatro das dez entrevistadas relataram que tal experiência ocorreu com o namorado ou com alguém com quem já mantinham algum relacionamento anterior. Outras três relações aconteceram casualmente, num encontro fortuito com alguém cujo contato com a jovem era superficial:

Foi com um menino. Tava tendo uma festa aqui, eu tava muito bêbada. Aí acabei perdendo a virgindade. Com um rapaz... (E4)

Ele mandava carta pra mim, aí um dia quando foi na hora do recreio eu fui lá e fiquei com ele. (...) Na sala dos professores. (E16)

Três relatos configuraram abusos sexuais sofridos pelas jovens ainda durante

¹⁴ A chamada “praia” corresponde a uma pequena margem de terra do extenso lago formado pelo represamento de um importante rio da região, muito utilizada por turistas e moradores como área de lazer.

a infância. Um deles, segundo a entrevistada, resultou inclusive na prisão do agressor:

Foi no sofá... Não. Eu tava deitada no chão de casa assistindo televisão. E minha mãe tinha saído pra comprar... uma caixa de biscoito pra nós tomar café da tarde. Aí passou. Aí ele foi e esperou minha mãe sair, aí ele foi e chegou por trás de mim e tirou a minha roupa duma vez. Aí ele foi e me comeu duma vez, eu não tinha visto nada não. Eu tava deitada, eu tava entretendo com a minha irmã né. Eu mais a minha irmã tava brincando lá no chão. Que minha mãe trabalhava na parte da manhã até onze e meia. E chegava do serviço, almoçava e todo domingo ela lavava roupa. Aí foi por isso foi que (ele conseguiu). Aí minha mãe foi, levou eu. Aí ele tinha que pagar os exames e ele já tinha ido embora daqui. E a tia dele foi e pagou pra ele. A tia dele chama V.. Aí a tia dele foi e pagou pra ele. (...) Por que foi muito caro por que a tia dele foi obrigada. Por que como diz ele, que foi dentro da minha casa, como diz ele então que ele tava me estuprando, diz o médico. Aí a... aí a mã... aí a tia dele foi e pagou tudo. (E9)

Aí teve um dia que eu fui pra C. (local afastado da zona urbana da cidade) mais um outro J., colega meu, e... aí ele me comeu. Só que quando eu era mais nova, mais nova, eu ficava brincando com isso com meu primo, um dia ele passou creme no pinto e enfiou à força. Só que eu tirei ele de uma vez. (E10)

Foi à força né, o homem ta preso até hoje. Passado um tempo que eles prendeu ele. (E14)

Nos três casos relatados, ligações diretas entre o abuso ocorrido e a prática de programas sexuais não foram observados. O discurso que situa o abuso sexual como evento traumático que leva à prostituição tem sido superado por diversos autores, entre outras razões por que, a ênfase em um único e exclusivo fator é facilmente questionável já que o abuso não seria a única experiência significativa que ligaria todas as jovens que se dedicam à prostituição (Simon, 1999) nem que tal experiência seja significada da mesma forma por todas elas. Silva et alii (1997) consideram as limitações da interação entre pesquisador e pesquisado como impeditivo para que se alcance dados que permitam uma associação entre os dois temas.

As jovens informaram que o uso de álcool e de drogas foi muito freqüente nessas situações. A indicação sobre o uso dessas substâncias parece justificar o ato

sexual, uma tentativa da jovem de se desculpar pela perda da virgindade e amenizar a censura social, bem como de não admitir seu próprio desejo sexual:

Eu nem sei ou, por que eu nem vi, sabe. Eu tinha bebido demais assim e eu lembro muito pouco, mas... Eu não lembro se doeu, como é que foi, se foi bom, assim eu não lembro não. (E4)

Que eu não sou de beber, entendeu? Não bebo assim, mais igual coca. E nesse dia a gente bebeu demais. Eu vivia sem beber e comecei a me revoltar. E tava me entregando muito pra ele assim. (E5)

Através dos relatos, foi possível observar a incisiva vigilância da família sobre a castidade feminina. A violação desse atributo faz recair sobre a jovem a culpa e a vergonha por terem “se perdido”, configurando a experiência como algo censurável e irreparável que não pôde ser vivenciado plenamente.

DeSouza, Baldwin e Rosa (2000), que discutem a influência do modelo mariano de mulher na socialização feminina no Brasil (que enfatiza a castidade e a dedicação materna que a figura da Virgem Maria tradicionalmente resume), observam que, ainda que esses papéis sexuais venham sofrendo transformações ao longo do tempo, as mudanças não tem tido o mesmo alcance em todos os setores da sociedade. Nesse contexto, a população rural e as classes menos favorecidas economicamente tendem a sofrer maiores restrições à sexualidade, em decorrência da articulação ideológica de mulher como aquela que precisa ser protegida e guardada encontra-se profundamente enraizada na cultura dessas comunidades.

Para as jovens entrevistadas, o sentido de transgressão pela perda precoce de sua pureza muitas vezes foi reforçado pelo abandono daquele que é tido como violador:

Até um tempo aconteceu que a gente se perdeu né. Eu se perdi pra ele. E... A gente pegamos e terminamos...(...) É, passou um bom tempo a gente terminou. Que aí que eu fui descobrir que ele não queria nada sério, entendeu? Levei uma surra (risos)! (E5)

Ele só transou comigo e foi embora. (E9)

Em algumas situações, insiste-se na comprovação da violação sexual através de exames ginecológicos. Muitas vezes o casamento aparece como alternativa para reparar a falta cometida:

Ele chegou, contou pra minha mãe o que tinha acontecido. Que foi que a minha mãe me levou no médico pra ver né se eu tinha perdido a minha virgindade. Aí constou que eu tinha perdido. Aí até minha mãe queria que a gente se casasse. A gente ficamos noivos. Aí eu mesmo parei e pensei que isso não era uma coisa que... Tão nova, não tava querendo aquilo. (E5)

A minha mãe fez o negócio né, pra saber se era virgem ou não, aí informou que não era aí... aí depois ele foi, foi embora. (E9)

Para Silva et alii (1997), são dois os caminhos principais para as jovens que ferem o mandato familiar de virgindade: a reintegração ao padrão familiar através do casamento e o rompimento radical com esse padrão, assumindo uma nova ordem de vida que comporta, entre outras possibilidades, a prostituição. A pressão social que permeia a não adequação da jovem ao modelo idealizado de mulher pode explicar por que tais eventos não atenderam às expectativas que as jovens mantinham sobre o mesmo e, de maneira geral, foram avaliados negativamente por elas:

Pra mim não foi muito bom não. Apesar, não foi bom. Se eu pudesse ter voltado atrás não tinha acontecido. (E5)

Ah eu não gostei não. Achei nojento. (...) Aí, sei lá, nem, ruim demais. Ficar lá, nem... Gostei não. (E8)

Aí eu não achei muito bom não. (E9)

Ai, foi horrível! (risos). Ai, nossa senhora... Ah mas... eu falo horrível assim por que eu não tinha experiência. E... não vou falar que foi com ele e deixou de ser com ele por que foi com ele também. Só que... ah... ah, não sei te falar, sabe, por que foi tão horrível assim que... (...) E... sei lá, como diz toda primeira vez machuca. Então machucou muito, e eu não gostei. (E11)

... ... Foi ruim. (Por quê?) Por que eu não gostei. (E16)

Ah, num foi assim do jeito que eu esperava. (...) Foi num lugar impróprio, numa hora imprópria. Num foi assim, uma coisa bem decidida. (...) Ah eu esperava que fosse uma coisa bem decidida, fosse... um lugar assim mais, reservado... Ah tá bom. (E19)

Posteriormente à iniciação sexual dessas jovens, a prática dos programas e trocas sexuais foi adotada em algum momento de suas vidas. Sobre essa questão, explorou-se como aconteceu a iniciação das jovens na realização dos programas, como estes são realizados, as motivações e representações sobre essa atividade e, finalmente, a discriminação e preconceitos vividos.

3.5. Programas sexuais

3.5.1 Iniciação aos programas sexuais

A realização do primeiro programa sexual aconteceu entre os 13 e os 17 anos. Metade das jovens relatou que o primeiro programa sexual aconteceu pelo menos dois anos após a perda da virgindade. Nos outros casos, alguns meses separaram a primeira experiência sexual do primeiro programa.

Uma das jovens afirmou que já realizava trocas sexuais antes mesmo de perder a virgindade e descreveu suas tentativas de efetivar o intercuro sexual com a finalidade de “dar por dinheiro”:

Eu era nova, sabe, não sabia de nada. Depois que eu fui vim... quando... sabe, minha mãe foi deixando eu sair aos poucos com meus irmãos, aí eu fui aprontando... começando a aprontar. Quando eu comecei a aprontar quando eu conheci duas colegas, a E. e a E., sabe? Um dia nós tava sentada ali na C. (loja de roupas), aí passou um homem, de carro, aí elas falou assim: “Vamo”. Aí nós foi... Aí eu falei: “Você é doida?”. Eu não queria entrar não, elas falou: “vamo sô”. Aí levou, aí nós foi só tomar Coca, sabe. Coisinha à toa. Depois que a gente começou a fazer... essas coisas. A gente não dava sabe? A gente combinava com o cara outras

coisas, sabe? A gente combinava assim: “Se a gente fazer você gozar você dá quanto?”. Entendeu? Só que a gente fazia eles gozar de outro jeito, sabe? Nós tinha medo de dar. (E10)

Antes, eu ten... eu sempre tentava perder minha virgindade pra dar por dinheiro, com meu primo, com o J.. Sempre tentava perder minha virgindade com ele. E não conseguia, doía demais eu falava pára. (...) Aí depois fui acostumando. Acostumando dar... Agora até dou por dinheiro... (E10)

Apenas três jovens relataram que essas primeiras experiências aconteceram em locais fechados, utilizados especificamente para a prática da prostituição. Uma delas descreve como chegou a esse local:

Eu... Nesse lugar eu fui enganada. Me levaram pro Mato Grosso dizendo que eu ia ter uma festa. Aí eu fui.(...) E a gente foi, ela (uma amiga): “Vamos pra festa” e eu toda empolgada fui. Foi a primeira vez que eu pulei o muro da minha casa e fugi. Fiquei preocupada, minha mãe colocou foto minha na delegacia pra poder me procurar. Eu não tava mais sabendo o que eu ia fazer. Aí beleza, chegamos e... Sabe tipo aquele salão de baile? O ambiente era daquele jeito. Bebida, os lugares onde ficava bebida todo envidrado, sabe? Muito bem chique o lugar. E aí beleza, a gente chegamos, a mulher me apresentou o lugar, como se diz, era um salão de festa. Que ia ser o casamento não sei de quem que até hoje eu não conheci. Aí deu sete horas ela pediu pra eu poder tomar um banho, me arrumar muito bem... Sabe? Se arruma, fica muito bonita. Aí beleza, a gente pegamo e fomos. Tinha um monte de mesas. Um palco e aí, ela pegou e falou assim: “Não, vai ter uma festa de lingerie”. Eu pensei, já tava assim, eu falei: “Beleza, mas eu não vou participar não”. Aí quando é mais à tarde, esse lugar foi enchendo de homem, só homem! Aí eu comecei a me desesperar, comecei a ficar... Né, fiquei meio assim. Daqui a pouco...(...) Isso, eu chamei ela e falei assim: “Pô, que lugar é esse?”. Ela: “Não, é a festa mesmo que vai acontecer”. Eu comecei a ficar meio acanhada, entendeu? Homem começava a me chamar de bonitinha, gostosinha, esse tipo de coisa. Aí foi que eu se toquei, “isso não é uma festa!”. Só homem, só ia homem, homem, homem. Sentado, pegava em mim. E ali eu já tava tomando raiva, entendeu? Aí assim que aconteceu, aconteceu esse negócio. Aconteceu que eu fui embora, denunciei a dona da boate. Aí depois de ter acontecido. Aí depois eu voltei no lugar ainda. Que quando eu fugi, tinha uma colega minha que já tava lá há muito tempo, e a dona do lugar tava pagando ela pra buscar meninas, entendeu? Quando eu fugi ela tava sendo cafetina da mulher. Foi isso que aconteceu. (E5)

Nos outros casos, o primeiro programa aconteceu a partir da proposta feita pelo próprio homem interessado, em local público, diretamente ou por intermédio de outras jovens que já praticavam os programas:

Eu tava na praia, eu tava passando e ele foi e me chamou. Uma colega minha

apresentou ele pra mim. Não, um colega dele apresentou ele pra mim. Aí eu conheci ele, aí o colega dele saiu com uma colega minha e eu saí com ele. (E1)

Ele pediu que a M. me falasse, né. Aí a M. pegou e falou... explicou. Aí eu fui. (E8)

O uso de outra (s) pessoa (s) para intermediar e acompanhar a negociação pareceu facilitar a situação tanto para as iniciantes quanto para os homens interessados. A prática de programas por um determinado número de meninas e mulheres pareceu ser generalizada para o grupo que essa jovem iniciante integrava, facilitando a suposição de que ela também poderia realizá-los. A própria ocorrência do programa confirmaria essa suposição.

Sugere-se que essa generalização também pode ter tido efeito durante a coleta de dados, quando algumas jovens foram apontadas pelas instituições ou por outras jovens como alguém que realizava programas, embora elas afirmassem que não fosse verdade. Percebeu-se que era complexa a desvinculação das jovens a esse rótulo, como verbaliza uma delas:

E até hoje as meninas pensam que eu faço isso. (E11)

Ao atribuir sua iniciação nos programas a um outro, as jovens conseguem compartilhar com esse intermediário a responsabilidade dessa atitude, minimizando sua culpa e justificando sua escolha. Simon (1999) considera necessário referir-se a esse sentimento de culpa não só por que ele é relatado pelas jovens, como também por que é o que normalmente se espera das pessoas que se dedicam a práticas dessa natureza. Nesse sentido, a presente análise atentou-se para esses conteúdos que envolviam a noção de culpa, considerando que eles pudessem ter sido um dado manipulado pela jovem numa tentativa de se colocar de forma mais aceitável diante da entrevistadora, ou uma distorção da própria entrevistadora, que já pressupunha a presença desse sentimento.

A tentativa dessas jovens “intermediárias” em integrar novas pessoas aos programas poderia sugerir ainda uma busca por iguais, que compartilhassem com elas as experiências, as aventuras e o próprio estigma conexo.

Apesar da presença marcante desse intermediário, todas as entrevistadas assumiram a responsabilidade de realização do primeiro programa por motivações próprias, alegando que não houve influência de qualquer pessoa nessa decisão.

Todas as ocorrências relatadas sugeriram certo nível de previsibilidade e preparação, incluindo o uso de preservativo sexual. Ao contrário da primeira experiência sexual relatada, ainda que algumas jovens afirmassem ter consumido algum tipo de bebida alcoólica na ocasião do programa, nenhuma delas declarou estar sob os efeitos de drogas ou álcool de maneira abusiva. Esse dado é relevante na medida em que, muitas vezes, o álcool é utilizado como estratégia facilitadora para a realização do programa, como demonstra o estudo de Molina (2003), entre outros.

Diante dos fatos, as jovens assumem conscientemente a autonomia de decidirem pela realização do primeiro programa:

Não, eu fui por que eu quis. (E1)

Olha, esse negócio, vai quem quer viu. Não tem essa de ir por causa de alguém não. Eu saí daqui sabendo que eu ia pra zona. As meninas ficavam falando: “vai ficar dando pra esses caras aqui de graça?”. Aí nós pegamos e fomos. Eu e a C., pela primeira vez. (E4)

Foi assim, que logo que aconteceu, que eu comecei a fazer isso, eu lembro quando eu acabei meu relacionamento lá na minha cidade e como se diz, fui rodar o mundo, certo? Foi a primeira vez que eu fui conhecer uma boate. Foi o que aconteceu. (E5)

Eu mesma decidi (E19).

Na medida em que os programas são colocados em oposição ao “dar de graça”, comunica-se uma tentativa dessas jovens de usar sua sexualidade da

maneira que lhes convier, contrariando as normas sociais impostas que pressupõem que a relação sexual deva ser desinteressada e vir acompanhada de afetividade entre os parceiros. Assumindo essa postura de enfrentamento e liberdade, há que se suportar o peso e a responsabilidade pela escolha desviante:

E a gente tava lá, falando quem tinha coragem de fazer, quem não tinha e tal. E como tava quase, não vão falar que a culpa foi da cachaça por que não foi, que eu também tive culpa né. Aí rolou, falou assim quem tinha coragem de fazer isso e tal. Os meninos chegaram perto de mim e perguntou, falei: “Ah vamo, tudo bem, (sinceramente)”. (E11)

Para Simon (1999), é na transgressão desses limites sociais que a jovem vislumbra a possibilidade de alcançar seus objetivos, mesmo que para isso tenha que arcar com as conseqüências da estigmatização e da marginalização.

Em alguns casos, os rendimentos desse primeiro programa foram descritos como uma espécie de presente ou bonificação, mais que o pagamento por um “serviço” prestado:

Não, ele me deu um presente. Deu um presente. Ia me dar dinheiro eu falei que não estava à venda, como eu te falei. Ele falou: “Não, tudo bem. Mas eu vou sair com você eu posso te dar um presente?”. Aí eu falei: “Uai, pode”. Aí foi. (...) Ah foi um perfume, quer dizer, foi um kit de um perfume. (...) Inclusive eu tenho ele até hoje. (E11)

Uma definição dessa natureza parece atenuar o sentido de uma troca essencialmente comercial, tentando silenciar o sistema acusatório que recai sobre as jovens que se inserem em práticas definidas por seu caráter transgressor. Sugere-se ainda que o interesse pela fixação de um valor acabaria por se desenvolver com o tempo, com a experiência das próprias jovens na prática dos programas.

A maioria das entrevistadas não mantinha qualquer tipo de relacionamento amoroso na época. As que namoravam esconderam dos companheiros a realização

dos programas, entendida como manifestação de infidelidade. Desde o início elas começam a perceber a incompatibilidade entre a realização de programas e a manutenção de relacionamentos afetivos fixos. O término do relacionamento ocorrido em função da descoberta do programa pelo namorado mobiliza o sentimento de vergonha, segundo o relato de uma das jovens:

Aí ele foi e me largou. (...) Ah, eu fiquei assim muito magoada de ter feito uma coisa errada pro próprio namorado da gente largar a gente. (E9)

Para Goffman (1988), existe uma tendência em se difundir o descrédito social de um determinado sujeito para outros com os quais ele estabelece relações de proximidade, o que explica por que tais relações costumam ser evitadas. No caso de relacionamentos afetivos estabelecidos pela jovem que realiza programas sexuais, esse afastamento é também justificado pelo lugar que essa jovem assume dentro da diferenciação social estabelecida para as mulheres, que estabelece identificações femininas ora dentro de um ideal de docilidade, fragilidade, maternidade e pureza, ora como objeto erotizado e voltado à produção de prazer ao homem. Identificada com um desses padrões, não será permitido à mulher assumir simultaneamente o outro (Basaglia, 1989, apud Careli, 2005). Entre as “santas” e as “putas”, destina-se a jovem a essa segunda categoria.

Num estudo conduzido por Warr e Pyett (1999) com mulheres entre 14 e 47 anos envolvidas com a prostituição em Melbourne, Austrália, observou-se que o envolvimento das mulheres em programas sexuais provocou ressentimento, ciúmes, desaprovação e desrespeito que influenciaram na capacidade dela própria e de seu parceiro afetivo fixo em desfrutar do relacionamento íntimo. Afirmam que o trabalho sexual impediu que experiências envolvendo amor e intimidade fossem possíveis tanto para as mulheres quanto para os homens.

Os autores também ressaltam diferentes estratégias femininas de enfrentamento das tensões e dificuldades inerentes aos relacionamentos afetivos exclusivos entre trabalhadoras sexuais e seus parceiros fixos. Uma delas diz respeito à negação ou à evitação de relacionamentos amorosos duradouros por parte das próprias mulheres, justificada pela impossibilidade de conciliação entre estes e os programas sexuais, em função da natureza dessa atividade e das exigências de exclusividade sexual e de compromisso por parte dos parceiros.

Outro argumento levantado pelas mulheres faz referência à capacidade da própria atividade de prostituição em “suprir” o desejo sexual sem que elas tenham que suportar as exigências e limitações de um compromisso afetivo exclusivo. Ambas as estratégias aparecem como ajustamentos empreendidos como forma de se lidar com as limitações sociais que associam um determinado grupo de mulheres a papéis vinculados à diversidade de parceiros e aos relacionamentos afetivos descartáveis.

A revelação da realização do primeiro programa a pessoas mais próximas (amigo, mãe, irmã) foi seguida de reações de repúdio, porém sem maiores consequências:

(...) Eles (dois amigos) deram um coro de vara em nós minha filha! De vara ainda! Nossa senhora, e muito. Mas foi um coro mesmo, nós tá rindo aqui, mas foi pra valer mesmo. (...) Ah, falava que isso não é vida, que isso é feio, que isso não tava certo, que não sei que tem. Ficar vendendo o corpo. Ah, esses trem assim. (E4)

Ah, (a mãe) ficou muito chateada. Que era uma coisa que não precisava. De eu tá vendendo meu corpo. E começou a falar que dinheiro não é tudo na vida. (E5)

Não, só falei uma vez só pra minha irmã, minha irmã foi e contou pra minha mãe. (...) Aí minha mãe ficou três dias com raiva de mim. Por que eu já tinha perdido a minha vida. Aí a minha mãe foi e ficou com raiva de mim. (...) De ter ficado com os outros né, perder a virgindade. Aí minha mãe foi e ficou com raiva de mim. E depois disso eu fui e liguei esse trem prum lado também. (...) Ela (a irmã) só me xingou só. E falou com minha mãe. (E9)

Ah ela (a mãe) ficou meio que abalada né. Falou que não precisava, perguntou se

tava faltando alguma coisa pra mim tomar essa decisão de partir pra isso. Falei que não, que foi um deslize meu e tal. Aí digamos que ela entendeu, mais ou menos né, ficou meio assim mas depois passou. (E11)

Verificou-se que a partir de tais experiências, as jovens se deram conta de que realizar programas sexuais poderia ser uma alternativa concreta para suprir as necessidades e os desejos que se impuseram a elas, assumindo tal prática como hábito. Apenas duas jovens afirmaram não terem praticado programas sexuais rotineiramente (E11 e E14), apresentando-os apenas como ocorrências fortuitas do passado:

Duas vezes pra nunca mais na minha vida. Nem... (...) Ah, vamos dizer que... digamos que foi, por uma brincadeira. Digamos que foi isso. E foi uma experiência horrível. Sabe quando você tá com uma pessoa, só que não é, você não sente nada, você tá fazendo aquilo digamos por obrigação. Foi isso que aconteceu. E eu não repito esse erro mais nunca na minha vida. Quero não... (E11)

Todas as outras jovens indicaram os programas sexuais como experiências habituais, embora não tenham sido incluídos na descrição da rotina diária de cada uma delas.

Ao abordarem os programas, as jovens tendiam a privilegiar um relato factual em detrimento dos sentimentos experimentados nessas ocasiões. Assim, obedecendo a ordem normalmente seguida pelos relatos, será primeiramente apresentada a descrição de como os programas sexuais acontecem. Na seqüência, as motivações para a adoção dessa prática serão abordadas com maior profundidade.

3.5.2 Organização dos programas sexuais

Segundo os relatos, a partir de um ritual de aproximação envolvendo olhares e acenos discretos, os programas sexuais eram normalmente combinados entre a própria jovem e o sujeito interessado, ou intermediados por outra (s) jovem (s) integrante (s) do grupo, pessoalmente ou pelo telefone. De acordo com elas, as propostas sempre partiam do homem que se interessava especificamente por uma jovem e a ela fazia o convite. Nesse momento, a jovem detinha o poder de decidir, em última instância, se o programa aconteceria e quanto seria cobrado, exercendo sua capacidade de negociação e barganha.

Observando como os programas sexuais aconteciam, Moraes (1998) também percebeu que os rituais de negociação envolvendo jovens mulheres e clientes homens geralmente incluíam a iniciativa masculina, evidenciando a influência da cultura sexual que impõe ao homem esse papel ativo e à jovem mulher uma suposta inocência e passividade.

Apenas uma das jovens relatou ser procurada para outras coisas além do intercurso sexual propriamente dito, sentindo-se valorizada quando isso acontece. A literatura demonstra que as mulheres que se dedicam à prostituição tendem a demarcar positivamente a existência desse interesse que vai além da relação sexual e inclui conversas, desabafos e a simples companhia, talvez numa tentativa de encurtar a distância entre os pólos da dupla moralidade existente, ampliando sua “serventia” para outras esferas que não somente a sexual (Simon, 1999):

Não só sair comigo pra poder, como se diz, ter relação comigo. Eles adoram me ter, junto com eles. Pra gente conversar. (E5)

Entretanto, o relato das jovens entrevistadas não indicou que encontros

dessa natureza acontecessem com tanta freqüência. A restrição do programa sexual ao ato sexual pode ter algumas explicações. A representação erótica que acompanha o atributo de juventude tende a demarcar essas jovens como intensamente desejáveis pelo contingente masculino, estabelecendo uma relação extremamente sexualizada. Para as jovens, essa representação coloca seu corpo como um “dote”, um recurso a ser explorado (Silva et alii, 1997). Essa busca sexual pelo novo reduziria a relação exclusivamente ao ato sexual.

Além disso, em virtude das diferenças sócio-culturais entre as jovens e seus clientes, seria difícil para elas manterem uma relação mais simétrica e dialógica com o sujeito que busca o programa, o que o torna mera troca de favores sexuais por dinheiro. Assim o objetivo dessa aproximação seria sempre o intercuro sexual propriamente dito.

As entrevistadas não fizeram referência à participação de pessoas responsáveis pela captação de clientes ou qualquer outra atividade que pudesse sugerir o aliciamento ou a exploração da sexualidade das jovens por um terceiro, como afirmam alguns estudos que pressupõem a existência de agentes que se beneficiam em diversos níveis da exploração da sexualidade de crianças e adolescentes (Ávila, 2003; Teixeira, 2003; Nunes, 2004; Libório, 2005).

Referindo-se ao que acontece em boates e prostíbulos, uma jovem relatou que caso houvesse a necessidade e o interesse em tê-la novamente nesses estabelecimentos, ela seria procurada e convidada a retornar:

Ah, eles chamam assim quando a gente vai, eles pegam o endereço. Tem que dar o endereço assim, por segurança mesmo sabe? Se acontecer alguma coisa assim eles ligar, procurar a família. Aí eles já têm o endereço da gente e procura a gente. (E4)

Outras jovens relatam que já recorreram a esses locais por conta própria,

normalmente aqueles localizados em cidades vizinhas. Em ambos os casos, a escolha de ir ou não ir parece ter sido sempre da própria jovem. Entretanto, estando lá a jovem não teria muita autonomia para decidir se desejaria fazer o programa e com quem gostaria de fazer:

Não é obrigado assim. Mas se a pessoa tá lá pra trabalhar é o que você tem que fazer ué. Tá te dando comida assim, roupa lavada, sempre tem uma empregada pra lavar suas roupas, fazer as coisas assim, sabe? Então você trabalha pagando. (E4)

Nas ruas, as jovens exerceriam esse poder de escolha com maior liberdade, podendo definir quando e com quem realizar os programas. Para essas ocorrências, o casal se encontra geralmente em bares, na praça central da cidade ou no local onde acontece semanalmente uma feira de comidas típicas¹⁵ muito freqüentada. De lá eles normalmente se encaminham para hotéis e pousadas da cidade, ou até mesmo para a própria residência do cliente, segundo relatos das entrevistadas. Simon (1999) avalia que esse processo de escolha é bilateral, já que tanto o homem que busca pelo programa seleciona a jovem de seu interesse, dentre as que se colocam à disposição para a realizá-los, quanto a jovem decide se responde às investidas masculinas e se aceita determinada proposta.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é crime de ação pública incondicionada a permanência de menores de 18 anos desacompanhados dos pais ou responsáveis ou sem autorização escrita destes ou da autoridade competente em hotéis, pensões, hotéis e congêneres (Art. 250). Nos poucos locais em que essa proibição é realmente efetivada, as jovens relatam estratégias para garantir a realização dos programas:

Ele falou assim: “Eu te dou a você vinte e cinco reais pra você ficar comigo”. Eu falei assim: “Então tá bom, então eu fico”. E eu era de menor e não podia entrar no hotel

¹⁵ O evento é organizado semanalmente, a partir das 18 horas, em local próprio para a montagem de barracas destinadas à venda de comidas típicas e bebidas. Reúne um número significativo de pessoas que freqüentam o local até a madrugada.

e eu, aí eu fui, pulei o portão do hotel, fui e fiquei com ele. Peguei os vinte e cinco reais e vim embora. (E9)

Os gastos com o pagamento do quarto e o consumo do casal ficam por conta do cliente. Os ganhos com os programas sexuais são sempre retidos pelas próprias jovens, sem qualquer obrigação de destinação de valor a outrem. O preço do programa é combinado anteriormente e varia entre R\$ 20,00 e R\$ 100,00, segundo as jovens entrevistadas. Cabe a elas determinar o valor, podendo este ser negociado ou não:

Ah, são combinados assim... Você dá o seu preço pra pessoa, sabe. Aí eles fala que vai pagar, uns fala que tá caro e tal. Aí conversa né. (...) Não, eu não abaixo não. Se quiser é o preço que eu der. (E8)

Os valores dos programas não são pré-fixados, mas dependem da condição financeira do cliente, do interesse ou da necessidade da jovem em realizar tal programa. A consumação do programa também parece obedecer essa lógica que envolve tanto a oferta quanto os desejos em questão :

Ah, depende. Se eu não tiver a fim eu cobro mais caro (risos). (...) Eu arrumo uma confusão. (...) Ah, aí eu dou um preço razoável se for bonitinho. Agora se for feio eu cobro mais caro também. (E8)

Uai, tem que ver as pessoas que tem mais dinheiro né. (E10)

O tipo de serviço prestado ou modalidade sexual escolhida também definiria o valor do programa, mas isso não foi suficientemente investigado pela pesquisadora nem detalhado pelas jovens, provavelmente pelo desconforto em se abordar tais assuntos com minúcia.

Cada jovem afirmou realizar entre um e cinco programas por semana, geralmente à noite, durante os finais de semana e às quartas-feiras, quando acontece a feira de comidas típicas citada anteriormente. Algumas afirmaram que

para muitas jovens os programas não têm dia e nem hora para acontecer:

Aqui é assim, essas meninas, a gente vê essas meninas todo dia. (E5)

A duração dos programas é variável e pode interferir no valor cobrado. Não foi observado um interesse efetivo na quantidade de programas realizados nem uma obrigação contundente pela realização dos mesmos, o que confirmaria a suposição inicial de que tais eventos sejam realmente práticas ocasionais¹⁶. Em alguns momentos, uma única oportunidade de sair com determinado cliente valeria mais que a realização de vários programas. Essa característica parece estar vinculada aos motivos que levam as jovens a realizar os programas, que serão analisados na próxima seção.

Afirmou-se o uso de preservativo sexual em todas as relações, mas algumas jovens relataram já terem realizado programas sem camisinha:

Por conta que o cara não queria, o cara, o cara queria, eu, eu queria, o cara não queria. Aí foi e ficou por assim mesmo... (E9)

Além do ritual de aproximação citado anteriormente, algumas jovens indicam uma preocupação em sinalizar a disponibilidade para os programas de alguma forma. Assim, descrevem a maneira como se preparam para ir às ruas em busca de clientes, algumas com mais ou menos intencionalidade. Denunciam a preferência dos clientes pelo estereótipo da mulher em pequenos trajes, que deixam à mostra um corpo jovem e bem cuidado:

As roupas que é mais curtinha, que é mais sensual. Quem tem mais experiência até leva já. Mas tem umas coisas lá (na zona) também, ou compra. (E4)

Que geralmente, muitos homens que a gente sai, eles reparam muito. Uma unha, um cabelo de uma mulher. Uma unha do pé. O que eles mais gostam de olhar numa mulher. (...) Sou muito vaidosa comigo. (E5)

¹⁶ Essa suposição foi apresentada ao longo da delimitação do objeto dessa pesquisa, mais precisamente na pág. 26 desse trabalho.

Não, eu vou assim né. Eu não penso assim que eu vou encontrar alguém, nem nada... Eu arrumo do jeito que eu vou e aí... (E8)

Aí eu, quando assim que eu interessava muito por um cara assim mesmo, dependendo da pessoa assim, eu arrumava o meu cabelo, alisava, fazia a escova e a chapa. E vestia outra roupa diferente. (...) Ai, antiga... quando não era uma calça era um vestido. Quando não era um vestido era uma blusinha, uma saíinha, um tamanco. Maquiagem... (E9)

Hã? Ah eu não tenho disso não. Eu me arrumo... eu me arrumo pra vim pra rua, chega aqui eu arrumo um (macho). (...) Ah, roupa normal. (E10)

Observando um grupo de mulheres mais velhas (predominantemente acima dos 40 anos) que se dedicavam à prática da prostituição de rua em Lisboa, Santos (2007) questiona as imagens pré-concebidas de mulheres prostitutas que se utilizam do desnudamento de seus corpos para fazerem ofertas de sexo. Sugere-se que assumir tal estereótipo seria uma estratégia mais interessante às mulheres mais jovens, que possuiriam um maior número de atributos físicos valorizados pelo contingente masculino.

Nenhuma das jovens relatou ter realizado programas que não fossem com pessoas do sexo masculino. Outros estudos também reforçam o predomínio dos homens entre os clientes. Na pesquisa empreendida por Simon (1999), as jovens entrevistadas afirmaram realizar programas tanto com homens como com mulheres e casais, preferindo unanimemente os homens como clientes.

Durante as entrevistas, denominou-se de clientes esses homens que procuravam as jovens para a realização dos programas, embora elas próprias se referissem a eles mais como “os caras”, “os homens” e “eles”. Observou-se que o perfil desses homens era bem variado. Conforme os relatos, geralmente eram pessoas já conhecidas por elas e que em alguns casos se tornaram clientes fixos, sendo preferidos pelas jovens por oferecerem conforto, segurança e alguns benefícios nessa relação. Uma das vantagens pareceu ser a não obrigatoriedade da relação sexual:

Por que eu tenho pessoas maravilhosas aqui. O cara, se eu chegar hoje, “eu preciso de tanto”, e não é em termos de, como se diz, em termos materiais, mas um remédio, um hospital, alguma coisa assim. Eu tenho o apoio de uma pessoa. Elas (as amigas) começam a me zoar: “Nossa, por que você arruma?”. Essas pessoas boas assim... (E5)

O sujeito desconhecido que busca as jovens para a realização de um programa sexual parece trazer consigo o risco da violência, da doença e da insegurança em relação ao pagamento. O sentimento de vulnerabilidade ronda os programas realizados quando não existe envolvimento ou conhecimento anterior sobre o cliente. Assim, alguns critérios seriam estabelecidos para a aceitação da proposta, tais como limpeza, aparência física, simpatia e condutas específicas:

Por que às vezes o homem que fala: “pô, aquela ali, ela faz o programa com qualquer um”. Entendeu? E às vezes pode chegar um cara que eu não quero, ah sei lá, um sujo... Alguma coisa, como se diz, pode colocar 1.400,00 na mesa e eu não querer ir. Não pelo dinheiro mas pela pessoa dele, entendeu? É uma coisa que a gente tem que ter muito cuidado, muito higiênico mesmo. (E5)

Quando o programa é combinado, alguns grupos costumam estabelecer estratégias para garantir a segurança das jovens. Entretanto, a sensação de vulnerabilidade parece acompanhá-las o tempo todo:

Não, eu levo o celular de alguém, aí eu ligo né. Se acontecer alguma coisa... (E8)

Até hoje, dos dias que eu faço programa, até hoje nunca graças a Deus não aconteceu nada comigo. (...) Um bocado fica tipo perto, sabe. Mas não fica assim perto, muito perto não. (E9)

A habitualidade dos programas mobiliza nas jovens sentimentos, valores e significados que dão sentido a essa prática. As representações abordadas a seguir foram exploradas numa tentativa de se verificar como essas jovens explicam sua inserção e se localizam dentro de um contexto que contraria a norma social que rege o exercício de sua sexualidade, incluindo-se em um grupo marcado pelo estigma e marginalidade.

3.5.3 Motivações e representações sobre os programas sexuais:

Na tentativa de se conhecer mais profundamente as motivações e atitudes pessoais do Grupo 1 em relação à prática dos programas sexuais, questionou-se sobre o momento em que as jovens passaram a exercer essa atividade com habitualidade. Observou-se que a decisão sobre a realização dos programas aconteceu pouco tempo depois da primeira experiência sexual e teve motivações diversas. Atentou-se para os motivos que *mantinham* a prática dos programas e não necessariamente aqueles que surgiram como motivação inicial.

A possibilidade de obtenção de recursos financeiros foi o motivo predominante entre as explicações para a realização de programas habitualmente. É sabido que o grupo em questão ocupa um espaço reduzido no mercado de trabalho em função de sua faixa etária, baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, encontrando-se em situação de risco e vulnerabilidade sócio-econômica. Simon (1999) afirma que a possibilidade de ganhar conforme a quantidade de programas realizados e a obtenção de lucro bem maior do que os serviços regulares disponíveis para essas jovens (tais como doméstica, balconista, bóia-fria) estão entre as várias vantagens desse tipo de atividade. Em comparação com as atividades que empregam jovens com esse perfil, os programas sexuais são uma das opções que possibilitam maiores ganhos dentro de uma carga horária menor e com menos desgaste físico:

Ah, eu comecei a precisar das coisas e o único pensamento que veio na minha cabeça foi esse. Num pensei em trabalhar nem nada... (E1)

Ah, sei lá, num sei. As meninas falavam assim: “Ah é bom que você compra o que você quer e tal”. Aí eu pensei... aí eu comecei a fazer isso. (E8)

Por quê? Por que num... por que num tinha serviço, pra ganhar dinheiro aí... a maneira mais fácil... (E10)

Ah sei lá, tava precisando. (...). Ir comprar roupa, esses trem assim. (E11)

Ah, foi em janeiro. Minha mãe começou a trabalhar fora, eu já tinha saído do serviço, e ela falou que não ia me dar nada mais, não ia ajudar com nada. Tava... procurei serviço num achei. Aí eu tava precisando de roupa, essas coisas e minha mãe não tava aí pra me dar que ela tava trabalhando fora. Eu também não pedia por que ela já tinha falado que não ia me dar foi uma coisa que eu decidi pra mim comprar minhas coisas enquanto eu não tivesse trabalhando. (...) Aí então eu tive que dar um jeito né, por que precisava pra ter minhas coisas. (E19)

Pereira, Torres e Pereira (2004) demonstram como as explicações socioeconômicas e psicossociais tendem a reduzir a carga de preconceito e discriminação atribuídos àquelas que se dedicam à prostituição. Ao atribuírem a decisão pelos programas a uma necessidade financeira, é possível que essas jovens tenham sua depreciação social amenizada e até mesmo sejam vistas como vítimas por terem sido forçadas a uma escolha em função da falta de opções a elas disponíveis.

Ainda que a motivação para os programas fosse econômica, observou-se que os ganhos obtidos tinham a finalidade de atender a necessidades próprias e imediatas das jovens, não sendo empregados como fonte de renda familiar. Analisando a literatura, observa-se que a preocupação em contribuir financeiramente com a família aparece como motivação recorrente em parte dos estudos, principalmente para as jovens que possuem filhos pequenos ou para aquelas que a família de origem mantém uma certa dependência financeira (Simon, 1999; Silva et alii, 1997). Ávila (2003) demonstra que quanto mais carente a família, mais essa dependência é reforçada, tornando a jovem fundamental para a sobrevivência familiar.

Em outras pesquisas (Moraes, 1998; Botelho, 2003; Nunes, 2004; Rodrigues, 2004), assim como o que foi observado entre o grupo pesquisado nesse estudo, os

programas sexuais se ligam mais fortemente ao desejo da jovem em possuir bens valorizados pela sociedade de consumo e experimentar sentimentos de inclusão.

Assim, a frequência dos programas para essas jovens variava em função dessas necessidades pessoais, não havendo obrigatoriedade ou fixação de uma quantia mínima a ser alcançada através dessa prática, reforçando seu caráter eventual. Entretanto, ainda que os programas não aparecessem como obrigação, criaram necessidades e urgências que levavam as jovens a praticá-los com frequência.

O desejo de se tornar independente da família demonstrou ser uma dessas necessidades emergentes, como revelou uma das jovens que optou por viver por conta própria e longe da vigilância materna, abrindo mão de um suporte familiar mais estável:

Por que a minha mãe é uma pessoa, então assim, no meu caso igual você me perguntou, eu não tenho precisão de estar como eu estou hoje. Se precisar de uma... Família né, minha mãe, meus tios, meus parentes, que são muito bem de vida. Tem uma pessoa que é a minha mãe que ela faz tudo por mim. Então ela... Eu sinto que ela sofre pelo que eu tô passando. Mas nem à toa eu deixo de falar pra ela o que eu faço. (...) Ela mesmo já falou comigo já, ela sente muita falta, por que eu saí de casa muito cedo. Não tinha precisão de fazer isso. Às vezes eu ligo pra lá ela fala: "O que que tá faltando dentro de casa pra você ficar dentro de casa?". Às vezes não é questão de roupa, comida, esse tipo de coisa. Por que eu tenho tudo na minha casa. (E5)

Ao conquistar sua independência econômica garantindo seu próprio sustento, parece ser possível às jovens assumirem a responsabilidade por seus próprios atos e experimentarem também certo nível de independência afetiva, deslocada então para o grupo e para os relacionamentos amorosos.

O desejo de experimentar o novo e a possibilidade de se aventurar também foram apresentados como motivos para os programas. A idéia da liberdade vivida em grupo, sem regras e sem rotina contamina aquelas que se arriscam a abrir mão

da segurança doméstica para viverem o novo e o proibido. Para Simon (1999), a ambivalência e o conflito de se agir em função de seus desejos implicam em assumir mais uma vez um lugar marginal, ocupado apenas por loucos e irresponsáveis:

Ah por que eu tava com muita raiva do meu marido né, do meu namorado. Aí as menina falou: “Vamo, vamo, vamo”. Eu peguei e fui. (E4)

Viajar, ir pra farra. Essas coisas. (E5)

Ah, eu decidi, eu fui na onda das minhas amigas. Fui na onda foi das minhas amigas, com meus dez anos. (...) Elas falavam: “Vão ali, B., vamo ali B.”. E eu falava assim: “Na onde gente? Na onde?”. “Aí ali ficar com um cara, ali ficar com um cara”. “Não, vou não”. “Vamo lá sô. Lá vai rolar cocaína, esses trens aí, isso e aquilo”. “Então vamo”. Elas colocavam a gente doida né. Eu falei: “Então vamo”. (E9)

Independente da motivação, a influência de terceiros foi colocada em primeiro plano diante dessa decisão, caracterizada pelo incitamento à referida prática e alusão aos ganhos por ela possibilitados:

Só uma vez que a C. (amiga) falou, aí eu fui pensando. Falou que era bom, que eu comprasse roupa, isso e aquilo... Que eu não tava mais com meu pai né. Aí ela tava falando aí, eu peguei e decidi. (E8)

Teve uma colega. Por que ela já tinha ido, eu cheguei a comentar pra ela que eu também tava indo. E a gente começou a viajar juntas. (...) Ela era o tipo da pessoa, uma amiga, mas ela também era simples de vida. E ela sempre, ela nunca foi de conseguir arrumar um emprego. E aí, inclusive até hoje a gente conversa sobre isso. Esse tipo de coisa. E ela falava pra mim, foi onde eu comecei a entrar, mas também ficava com medo, medo de doença, esse tipo de coisa. Mas ela falava “Ah, é dinheiro fácil”, esse tipo de coisa. Era isso que ela conversava comigo. (E5)

Só falou assim eu só peguei e comentei com uma das meninas que fazia, falei assim: “Ó to precisando de dinheiro”. Ela falou assim: “Eu posso te ajudar”. Eu falei: “Como?”. Ela falou: “Ó, uns amigos meu vem, e eles ficam com a menina e dá a ela dinheiro”. Aí foi um só isso aí eu comecei a fazer por que eu tava precisando. (E19)

Apenas uma das jovens assumiu a inteira responsabilidade nessa escolha, negando que tivesse havido influência de outras pessoas:

Acho que ninguém influencia ninguém a fazer nada não sô. A gente sempre faz o que faz por que a gente quer mesmo. Eu mesmo fui por que eu quis, de safada por que ninguém me obrigou, ninguém me chamou, não foi por que eu comecei a estudar naquela época, foi nada. (E4)

Nesse caso, a jovem assume não só a responsabilidade como também o atributo de “safada” advindo da sua decisão, definindo-se com menor valor em função da transgressão. Para todas as outras, afirmar a interferência de outras pessoas é uma tentativa de reduzir a intencionalidade dessa escolha, compartilhando com essas a responsabilidade pela violação da norma.

Metade das jovens relatou que possuía alguma pessoa próxima (irmã, tia, amigas) que já tinham se envolvido com programas sexuais. Entretanto, como já foi observado, não foram essas pessoas que intermediaram o ingresso das jovens nesse campo:

As minhas irmãs tudo. Menos a C.. Elas são casadas. Quando eram jovens.(...) Não, foi há muito tempo, acho que eu nem era nascida não. Elas moravam em zona, a minha mãe também. (...) Ah, elas me contavam né, pra eu nunca fazer isso. Elas me contavam. Minha mãe contou pra mim, falava pra não ir. (E1)

Programa? Minha tia. (...) Ela mesmo já mexeu com isso. Só que hoje eu acho... Não, hoje ela não mexe com isso mais não ela tem um (risos). (...) Ela tem o macho dela. (E10)

A minha irmã já fez. Só que ela não sabe que eu sei. (E19)

Molina e Kodato (2005) analisam como o exercício da sexualidade materna que envolve tanto a prática da prostituição quanto a rotatividade de parceiros sexuais poderia influenciar na formação da (s) filha (s). Sugerem que o cotidiano legitimado pela mãe implicaria na representação da negociação sexual como agente de reprodução da vida, bem como seria responsável pela flexibilização moral da jovem frente ao exercício de sua sexualidade. Ainda que essa influência materna não tenha sido amplamente detectada no presente estudo, a reflexão dos autores parece ser pertinente num contexto que aproxima a prostituição dessas jovens desde a tenra idade. Entretanto, há que se atentar para rotulações sobre as famílias

e para o erro de se atribuir às suas configurações “alternativas” a culpa pelo ingresso da jovem na prostituição, como ponderam Machado et al. (2006).

Normalmente a família, principalmente a mãe e as irmãs, está ciente da realização dos programas, mas apesar da reação inicial ter sido muitas vezes violenta, a situação foi aceita com resignação e cumplicidade:

(A irmã) Me bateu de fio. Na hora que eu terminei de falar com ela assim... Ela disse: “então tá bom”. Foi lá na cozinha... O primeiro fio que ela bateu no olho foi no fio do liquidificador. Ela arrancou o fio do liquidificador e “ó” em mim... Tomei banho na água de sal. Cheguei em casa toda marcada. Aí minha mãe: “o que que foi?”. E minha irmã chegou logo atrás e contou pra minha mãe. Aí minha mãe me pegou de novo. Meteu o coró em mim! Aí minha família toda ficou sabendo. Aí eu fui pra escola toda roxa, fui com uma blusa pegando aqui em cima (aponta para o pescoço) pra ninguém ver, até aqui no rosto tinha marca. (E1)

Agora minha mãe sabe. Quando ficou sabendo até passou mal, foi pro hospital. Nossa, eu fiquei morrendo de medo né. Por causa do coração dela. Deu a maior confusão. (E4)

Sabe, ela (a mãe) sabe que eu já fiz programa, esse tipo de coisa. Sabe mas... É uma coisa que eu pensei. Sei lá eu... Me deu na minha cabeça, entendeu? De eu chegar pra ela e contar. E ela se sente muito. (E5)

Ela (a mãe) só ficou três dias com raiva de mim. (E9)

Ah foi uma coisa que ela (a mãe) falou que não queria que acontecesse. Mas já que ela não tava me dando, eu num, eu num igual ela falou: “Eu não queria que acontecesse, eu num tô te dando nada, tô feliz de tá sabendo que ocê num tá roubando, num tá matando pra você ganhar, então...”. Ela num, num concordou muito. Concordou e não concordou. (...) Ah, irmão é diferente né, irmão é já é mais assim “Ah, você não vai, você não vai sair, que não sei o que. Você num, num pó, num pó fazer isso”. (E19)

Simon (1999) observa que a não aceitação do fato não significa necessariamente a rejeição da jovem por seu grupo familiar ou de amigos, mas apenas a não interferência dessas pessoas na vida das jovens, o que traria inclusive certo conforto para a mesma, que se vê aceita e compreendida, independente da realização dos programas.

Em muitos casos, os membros da família passaram inclusive a se beneficiar

dos ganhos advindos dos programas:

Depois que ela ficou sabendo, o que ela podia fazer. Ficou aceitando (o dinheiro vindo dos programas) né, tinha que aceitar. Bebia demais também né. (E1)

No início não. Eu até escondia (o dinheiro dos programas) né, por que eu não trabalhava. Como é que chegava com esse dinheirão todo em casa né? Mas depois que ela ficou sabendo começou a aceitar. Deu pra ajudar em casa. Uma vez deu pra ganhar uns 380,00 Reais em quatro dias. Parei lá em F. (cidade vizinha) e dei 150,00 Reais pra minha tia e o resto eu trouxe pra casa. (E4)

Eu já comprei remédio pra minha mãe, o que tava faltando pra ela... (E8)

(...) mas quando também minha mãe não tava aí eu comprava as coisas pra ajudar den... uma, uma coisa diferente pra comer, uma coisa diferente pra fazer, aí eles (os irmãos) sempre agradeciam: “Nossa senhora, isso, não sei o que”. Aí sempre a parte que deliciava eles eles adoravam agora quando era só, quando eu pegava só pra mim, que eu pagava minhas contas e num sobrava, aí eles já reclamavam “Ah num tem isso, você podia comprar isso, que não sei o que”. (E19)

Sobre esses ganhos, observou-se que as jovens não tinham qualquer noção sobre a média de rendimentos mensais ou semanais, nem possuíam um planejamento de emprego dos mesmos a longo prazo. Uma das jovens traduz a falta de controle sobre os ganhos alcançados:

Ah eu gasto à toa. (...) Bestagem. (...) Coisa de comer, ponho música ali (máquina Jukebox), ponho real ali. Vai pondo, vai pondo. Agora eu passar é comprar é roupa. (E10)

Normalmente o dinheiro era usado para aquisição imediata de artigos de uso pessoal das jovens (roupas, sapatos, perfumes e cremes) e para custear o uso de bebidas e alimentos durante a permanência delas nas ruas da cidade. Atendendo aos apelos de consumo dirigidos a esse público, os programas permitem às jovens o acesso a pequenos prazeres. Empregados sem qualquer controle ou objetivo, tais rendimentos tornam-se sem proveito algum:

Ou, parece que é um dinheiro amaldiçoado. Quanto mais você tem, mais você gasta. (Por quê?) Por que é dinheiro fácil né. Tudo que vem fácil volta fácil. Por aí. (E4)

Como já foi afirmado, apenas em alguns casos esses valores são destinados a auxiliar a família. As jovens que relataram o uso de drogas não confirmaram a realização dos programas com a finalidade de sustentar o vício, afirmando que a droga era conseguida facilmente entre o grupo de usuários.

Além de dinheiro, algumas jovens relataram a aquisição de presentes em troca de seus serviços sexuais (roupas, telefones celulares, televisão, acessórios, etc.). Uma delas explica por que rejeitou a proposta de receber drogas em troca do programa sexual:

Não, o cara ofereceu pra mim cem, cem gramas de pedra que era a barra desse tamanho pra mim ficar com ele. Que dava cinqüenta reais tudo e eu não quis. (Por quê?) Ah! Dar por conta de maconha! Sou mais dar de graça prum cara do que dá por conta de maconha, não mexo com esses trens. Então sou mais dá de graça do que dar por conta de maconha. (...) É, não mexo com esses trens. Se os homi também pegasse eu com um trem desse aqui, que tanto de ano que eu não ia pegar de cadeia? (E9)

As entrevistadas informaram também sobre as promessas recebidas dos clientes. Cientes da efemeridade dos relacionamentos nesse contexto, as jovens acabam por rejeitar qualquer tentativa de aproximação, reforçando o afastamento:

Ah, aí ofereceu vida. Acontece muito esse tipo de coisa, até hoje. De me levar pra morar com ele, de me cuidar. Esse tipo de coisa. (...) E às vezes eu não precisava nem ficar com ele que ele tirava o dinheiro e me dava. Às vezes ele me levava em algum lugar e perguntava o que eu precisava e me dava, entendeu? Só que era uma coisa que às vezes eu pensei: “Bom, um lugar desse um homem não quer nada sério com essas meninas assim”, entendeu? E aí eu passei a não acreditar no que ele tava falando. (E5)

Quando questionadas sobre as mudanças advindas da prática dos programas sexuais, sentimentos diversos e ambivalentes foram revelados. Em primeiro plano, o desgosto pela condição marginal que são obrigadas a assumir a partir de então é confessado:

Ah, não mudou nada, fez só piorar por que eu entrei no mundo da drogas, bebendo. Agora que eu parei. Não uso droga mais, graças a Deus. (E1)

O que mudou na minha vida? Ah, mudou muita coisa, meu comportamento. Assim... Igual eu to te falando meu comportamento. Eu não era assim. Entendeu? Hoje em dia tudo que vim pra mim tá sendo lucro, como se diz. Aventura. Se dormir, bem. No outro dia fazendo farra pra mim tá ótimo, entendeu? Isso era uma coisa que eu não fazia. Era uma coisa que eu não me reagia assim. Eu não... (...) Eu não era de ficar assim, com turminha, dentro de bar. Eu não era de... Ah, muitas coisas, eu não era de qualquer um ficar me chamando e eu ficar no meio de bolinho, entendeu? Esse tipo de coisa. Não era de ficar fazendo essas farras. (E5)

Ficou foi pior minha vida... (...) Que uma, maior coisa errada você ficar saindo com os outros por conta de dinheiro. E outra: facinho de pegar uma doença. Facinho. Isso piora demais a vida da gente. (E9)

Mudanças positivas também foram observadas, ora pelos ganhos materiais possibilitados a partir dos programas, ora pela transformação pessoal mobilizada a partir dessas experiências:

Mudou que eu ganho dinheiro né. Posso gastar com o que que eu quiser. (E10)

Ah, que eu passei mais a enxergar o mundo com outros olhos. (Por quê?) Por que eu vi que aquilo não é certo. Não foi uma coisa que Deus preparou pra mulher, tá se vendendo saindo com qualquer um, com dois, três numa noite. Entendeu. Aprendi a enxergar isso com os olhos bem abertos. (E11)

Outras jovens não reconheceram qualquer impacto em suas vidas. Em um dos casos essa avaliação foi postergada, argumentando-se que a experiência só poderia ser avaliada quando uma maior maturidade fosse adquirida pela jovem. O arrependimento seria um sentimento futuramente esperado:

Eu acho que assim, por eu ser nova demais pra mim tudo tava bom. Acho que até hoje não mudou nada não, tenho arrependimento de nada não. (...) Ah pode ter né, mas por agora, acho que eu sou nova ainda, não tenho muito juízo. Acho que é por isso que eu não tenho arrependimento de nada que eu fiz ainda. De nada. Eu sou assim, não me arrependo de nada que eu faço. Pelo contrário, eu arrependo do que eu nunca fiz. (E4)

No balanço geral, o grupo define os programas como uma prática que coloca as jovens em desvantagem em relação às outras em função dos riscos, preconceitos e conseqüências advindas, ao mesmo tempo em que reconhece benefícios e

conveniências advindos, tais como a autonomia pessoal e independência financeira adquiridas, o entretenimento possibilitado pelos programas, a aventura e a convivência em grupo.

3.5.4 Discriminação e preconceitos

Ainda que os programas fossem do conhecimento de várias pessoas, uma vez que a rotulação sobre as jovens é contundente, parece haver sempre uma tentativa de ocultar essa prática de diversas formas, buscando fugir da discriminação que pesa sobre a atividade:

Eu acho assim, que dentro dessa cidade o povo tem uma língua muito grande sabe. Tudo que você faz o povo fica sabendo, todo mundo comenta. (E4)

Muitas pessoas não sabem. Geralmente quando eu saio eu saio por telefone. Me liga. E não tem o negócio de ficar me buscando pra todo mundo ver. (...) Ah, pra certo tipo de pessoa eu prefiro ficar na minha. (Quem?) Ah, sei lá, muitas pessoas daqui. Eles são muito preconceituosos. E por mim também, pra que meu nome fique sujo na praça, entendeu? (E5)

Por que sabe, já sabia que essas meninas faziam quando eu comecei a entrar e falou assim: “Ah tá andando com as meninas então ela também tá nisso”. E tem umas pessoas que nem sabe nada não, só umas também que desconfia. (E19)

Diante das amigas que não se dedicavam aos programas sexuais, uma delas relatou que os mantinha em segredo e se sentia inferiorizada por praticá-los.

Ah eu sinto assim... assim muito vergonhosa. (...) Aí elas não mexem com esses trens né, cigarro... Elas não é assim de sair com ninguém... Elas nunca fez isso. Assim elas é meio patricinha assim mas... vai. Mas ela é muito gente boa. Quando elas merenda elas dá à gente, pó tá quem for que ela dá. Faz festinha pras professoras... Aí eu sinto muito vergonhosa pra elas... (E9)

Como sustentou Goffman (1988), ao incorporar os padrões sociais de conduta e moralidade, o indivíduo ao qual se atribui um determinado estigma social é levado

a concordar com sua suposta inferioridade. Tanto o segredo (“encobrimento”, segundo Goffman) quanto a vergonha acabam se tornando ajustamentos importantes, na medida em que esse indivíduo percebe em si mesmo os atributos negativos a ele imputados. Simon (1999) analisa que a dificuldade das jovens em manter relações com outras pessoas que não compartilham da realidade dos programas vincula-se tanto ao preconceito explícito do outro quanto da condição marginal internalizada pela própria jovem.

O grupo que compartilhava com as jovens tais experiências parece assumir uma grande importância na divulgação, organização e realização dos programas. Apesar dessa cumplicidade, a representação das jovens sobre outras jovens que também realizam programas sexuais foi manifestada com certo distanciamento, provavelmente uma tentativa de diferenciação, como se “elas” tivessem motivações e comportamentos distintos aos que as próprias entrevistadas apresentaram. Para Goffman (1988), ainda que o grupo de iguais assuma uma importância relevante no ajustamento dos sujeitos para enfrentar a condição estigmatizadora, a ambivalência da vinculação do sujeito a esse grupo força muitas vezes sua diferenciação, principalmente em relação àquelas mais visivelmente estigmatizadas:

Ah, eu penso pra elas que elas parem, que isso não é vida pra menina, pra jovem não. (E1)

Igual eu te falei da outra vez. Umas tá aí por que é safada mesmo, igual nós mesmo, que gosta de bagunça mesmo. Outras tá por que precisam. (E4)

Ah, cada uma tem sua qualidade. Umas são... Inclusive tem uma mesmo, acho que ela não tá aqui não, depois vou te mostrar ela um dia. Ela é muito escandalosa. Às vezes, eu não gosto muito de estar metida junto com ela. Ela é muito gente boa, mas... Ela bebe demais, ela não tem controle na boca dela. Às vezes quando ela tá sã eu converso com ela. Pô não é preciso, igual eu tava te falando, desde que você quer ganhar o seu dinheiro, não é preciso, como se fala, você sair mostrando o que você tem. Por que o homem sabe que você é mulher. Não precisa ficar com uma roupa mostrando tudo, é o mal dela. (E5)

Ah eu penso também de acabar com a vida logo cedo por conta de maconha... Isso

é uma pouca vergonha né. (...) Por conta de maconha, por conta de pedra. Por que tem umas, tem umas amigas aí mesmo que fica por conta de pedra e por conta de maconha. Até por conta de bebida elas ficam. (E9)

Isso é ganhar fácil, entendeu? Eu acho que, não sei, pode haver uma mudança. Todo mundo tem que mudar um dia na vida. Mas elas acho que por enquanto não tem, não tem mudança que... Acho que não tem, pode chegar o homem mais rico, por que ela não consegue. Ela tando com ele, ela sempre tem que dar uma fugidinha pra, ganhar um por fora como diz, entendeu? Conheço, tem meninas que tem namorado sério de muito tempo, só que, nas escondidas sai com outras pessoas. (E11)

... Ah, eu falo pra elas, acho que isso aí num é certo não, que depois a gente fica toda acabada, ninguém dá valor à gente, ninguém quer a gente. (E16)

Ah elas não tão naquilo por que quer. Às vezes umas meninas num trabalha tão ali por que tá precisando de dinheiro. Tem uma já que tem filho lá já. Não trabalha, tem que cuidar da filha, ajudar a mãe em casa, com o dinheiro. Então já, já não tá falt... não tá roubando, e tá fazendo isso pra poder ganhar, pra poder ajudar em alguma coisa, é bom por que você num tá roubando você num tá matando, é bom. Agora se tivesse, se num tivesse fazendo desse jeito e tivesse roubando seria pior. (E19)

A prática da prostituição¹⁷ também foi vista como algo distante delas mesmas, distinta da prática à qual elas se dedicavam e, em comparação com esta, mais imoral e condenável. Na pesquisa de Moraes (1998), “prostituta” foi definida como aquela que toma a iniciativa da proposta sexual, o que livra as jovens que aceitam essas propostas de se auto-definirem como tal:

É, só sei que é feio demais. Só sei que é feio, umas meninas bonita, nova dessa fazendo isso né. (E14)

Agora, a prostituição, se você olhar essas, do jeito que eu fazia pruma pessoa que tá... pruma menina que tá na esquina, você não sabe se vai voltar, quando que vai chegar, se não apanhou, se ele não fez nada com ela, se ele mesmo se ela chegou lá ela não quis ele não estuprou ela, não fez alguma coisa. (...) É diferente. (E19)

Ao abordar tais representações, Simon (1999) observa que as jovens que realizam programas tendem a reproduzir o estereótipo da prostituta, fortalecendo sua própria imagem estigmatizada, mesmo que elas não se identifiquem como tal.

¹⁷ Na ocasião das entrevistas, esse termo não foi utilizado para se referir à realização dos programas, obedecendo a critérios estabelecidos no método da pesquisa (Ver Cap. 2). O termo foi explorado separadamente ao longo da entrevista através da questão: O que você pensa sobre prostituição?.

Ainda que as jovens tentassem privilegiar um relato factual de suas experiências, foram explorados os sentimentos vivenciados com a prática dos programas sexuais. De uma maneira geral, tal prática foi criticada tanto pela desvalorização à qual a jovem está sujeita quanto por tudo que advém dela (uso de drogas, atos ilícitos, doenças, etc.). Quando questionadas sobre como elas se sentiam fazendo programas, todas as jovens apresentaram a experiência como algo desconfortável e negativo:

A gente pensa que tá fazendo aquilo ali por fazer mesmo. Saiu de baixo, já era, morreu. Caça seu caminho e vai embora. (E1)

Ou, é ruim, você tá ali com aquela pessoa que você não gosta, que você não conhece, que você nem sabe quem que é, às vezes você não sabe nem o nome, você nunca nem viu na sua vida. Não é uma coisa boa não, é ruim. (...) Ah, a gente nem pensa. Outra hora dá vontade até mesmo de chorar, sabe. É ruim. (E4)

Ai, eu sinto assim, um trem assim... muito ruim né, do que uma pouca vergonha de uma menina nova dessa acabando com a vida dela cedo por conta de programa. Eu acho assim né. (E9)

Pra mim não foi normal. (...) Ah eu me senti digamos que suja depois de tudo que aconteceu, sabe. E eu fiquei pensando assim, não é isso que eu quero pra mim. Entendeu? E a partir do dia que eu falei: “Eu não quero saber mais disso, cabou”. Não quero. (E11)

Por que é... toda vez que vai ficar com uma pessoa a troco de alguma coisa não é assim, não é com uma pessoa que você quer, não é como você queria que acontecesse. Então... não é bom, não é muito bom não. (E19)

O incômodo parece advir principalmente da necessidade de envolvimento íntimo com alguém desconhecido e da relação de compra e venda estabelecida nos programas. Corriqueiramente, postula-se que esse incômodo acaba diminuindo em função da adaptação à atividade ao longo do tempo. Molina e Kodato (2005) explicam esse mecanismo adaptativo pela assimilação das regras dessa nova realidade, que legitima práticas coerentes à coesão psíquica daquele que nela se insere. Simon (1999) afirma que essa adaptação garante às jovens uma certa

segurança e tranquilidade na realização dos programas, passando de uma situação desconhecida e geradora de ansiedade a uma experiência mais segura e controlável.

Especificamente para as jovens entrevistadas, tal efeito não foi claramente observado. Pelo contrário, culpa, vergonha e desonra são sentimentos constantemente atualizados pela máxima social que determina que a relação sexual deve ser sempre acompanhada de afetividade, não podendo ser fruto de uma simples atração física e muito menos ter motivações esvaziadas de afeto como o interesse exclusivo por ganhos materiais. A caracterização de uma constante sensação desagradável predominou entre os relatos.

Entretanto, dependendo da relação estabelecida com o cliente, seria possível para as jovens vivenciar momentos agradáveis e prazerosos:

Ah, às vezes é muito ruim. Às vezes a gente até se anima, entendeu? (...) Quando é uma pessoa que você já... Como se diz. Uma pessoa que você já vem há tempos saindo com essa pessoa. Uma pessoa que... Sei lá, uma pessoa assim, você entendeu, né? (E5)

Ah... você num tem muita coisa pra pensar. Se... agora, se fosse com uma pessoa que te interessasse, cê já se sentia assim mais, mais à vontade agora se não fosse você sentia assim no caso de dúvida. Será que eu vou, será que eu não vou? Como é que vai ser? Aí ficava sempre naquela assim. Agora se fosse uma pessoa que te interessava ficava mais fácil. (E19)

O programa parece ser mais interessante quando uma relação de maior proximidade já existe entre o casal, indicando que a afetividade e a sexualidade exercida de forma tradicional também se constituem como valores importantes para esse grupo. Silva et alii (1997) também observaram em sua pesquisa a preferência das jovens entrevistadas em aproximar a realização do programa a um jogo de conquista amorosa, mais que uma relação negociada. Dessa forma, a relação estabelecida conotaria um encontro amoroso “normal”, amenizando o desconforto

pela simples prestação de serviços sexuais e satisfazendo a carência das jovens por relacionamentos afetivos e com parceiros fixos, que normalmente não se sustentam em função da tensão existente entre o compromisso monogâmico e os programas sexuais.

Quando questionadas sobre agressões sofridas, duas jovens relataram terem sido vítimas de violência física na ocasião dos programas sexuais:

Umas duas vezes só. Foi uma vez que tava eu e a N. (amiga). O cara deu um tapa na minha bunda e me xingou todinha. Falou que mulher igual eu ia pra zona, preferia a da zona. (...) A outra foi na praia também, de noite, dentro d'água. O homem queria me afogar, queria me matar dentro d'água. Queria comer a gente de graça, ficar com a gente de graça, eu peguei e apelei com ele. Eu achei que ia dar pra eu mergulhar, eu achei que ele não ia me pegar, ele pegou e pegou no meu pescoço. Aí a N. foi e passou a unha assim nas costas dele e arranhou ele e ele me soltou e eu saí correndo de dentro d'água. Ele foi pra pegar a N. e nós corremo. Nós ficamos na praia de noite sozinha. (E1)

Ah, ele pediu pra mim ficar com ele, eu falei assim: "Não, não vou ficar não por que eu tô parando com essas coisas", "Não sô, vamo, vamo. Eu te dou a ocê cem real". Eu falei: "Eu não vou não". "Se você não for eu te dou um murro na cara". Eu falei: "Então você vai dar por que eu não vou". Aí ele foi só me empurrou assim, de lado e foi e deixou eu queta. Eu falei assim: "Não vou não". (E9)

Experiências discriminatórias foram vivenciadas por boa parte das jovens, não apenas em função dos programas, mas também por outros motivos, conforme os relatos a seguir:

Ah... Dizer que é muita pouca vergonha também por que a gente chega num cara, e o cara, a gente não quer ficar com o cara e o cara fica chamando a gente de prostituta, de tudo... Por que só por conta que a gente não quer ficar com o c... com uma pessoa. (E9)

Por que a mãe dele (do ex-namorado) é racista, não gosta de preto né. Aí a mãe dele foi e falou que se ele continuasse namorando comigo que ia mandar ele embora de casa. Aí eu peguei e falei assim: "É melhor terminar, sua mãe tá enchendo o saco...". (E16)

Ah assim, você chegava no centro (centro da cidade) assim aí os pessoal já chegava e falava assim, os que desconfiava falava assim: "Alá, já vem a galerinha do N. (bairro)". Quer dizer, as prostitutas do N., entendeu? Aí agora tem filho, tem filha de gente que já é bom de vida e tá fazendo isso por que quer, por que sei lá. Aí você, tem umas da cidade que você sabe que é bem de vida não precisava de tá

fazendo, tá fazendo e ela não é discriminada. Agora se você tá fazendo, se você tá precisando, você tá errada e as patricinha tá certa. (E19)

É, por que é assim, a família dele já não gosta de, de, de preto. A mãe dele pra ter um sobrinho, um neto agora, Deus me livre! A mãe dele é nojenta, enjoada. Aí então eu falei com ele: “Ó a sua mãe já não aceita por causa que eu sou preta, e eu não vou ficar pra depois ela falar assim que por que eu sou preta você não tinha que ter ficado comigo, que o filho não é seu, que não sei o que, que não sei o que, você vai fazer o DNA por que eu sei que é seu, você sabe que é mas pra sua mãe tem que ter uma certeza pra ela acreditar que eu fiquei concê ela tem que ter uma certeza então vou dar a ela uma certeza”. (E19)

O sentimento de discriminação origina-se não só da forma como se é percebido pelo outro, mas também advém da visão que se tem de si próprio, que já pressupõe a rejeição externa. Assim o preconceito muitas vezes é reproduzido por elas próprias, como retrata a jovem que no momento da entrevista estava grávida, afirmando que seu filho poderia sofrer as conseqüências de seus atos recentes, uma herança da qual parece difícil se esquivar:

Por que hoje em dia se a mãe, se a mãe bebe num bar, a mãe é isso, a mãe é aquilo, é aquilo outro. E uma pessoa que tá fazendo programa, pra ela, pra filha dela vai ser pior por que já se uma mãe que senta num bar pra beber uma cerveja já, já, a filha dela que sofre com isso não é a mãe dela. Então é difícil. (E19)

Constatou-se que apenas uma das dez jovens entrevistadas confirmou que não havia parado e nem pretendia parar de realizar programas sexuais, justificando que “é bom né véio, a gente ganha dinheiro.” (E10). Silva et alii (1997) observam que a saída da prostituição parece ser um curso natural, na medida em que há um consenso de que tal atividade não é uma prática rentável a partir de uma certa idade. No presente estudo, essa preocupação não foi observada.

Algumas jovens indicaram a incompatibilidade entre a prática de programas sexuais e o compromisso amoroso assumido no momento:

Por causa do meu namorado que eu saí, eu gosto muito dele. Ele é muito terrível, pega muito no pé sabe? Eu gosto dele pra caramba. Eu acho que quando a gente gosta de uma pessoa a gente tem que fazer de tudo assim pra dar certo né.

Respeitar pra ser respeitado. Então... Acho que não tem o porquê de eu ficar nesses lugar mais não. (E4)

Parei de fazer já tem seis meses. Eu comecei a ficar com um menino, ano passado. Engravidei dele, depois que eu engravidei eu num fiz mais. Às vezes chegava a ir com as meninas lá. Ia mesmo só pra num, num ficar em casa. Mas assim acontecer mais não aconteceu. (E19)

O trabalho também pareceu ser uma alternativa mais interessante que os programas naquele momento. Entretanto, como já foi afirmado, nenhuma delas trabalhava na ocasião da entrevista:

Ah eu não tô gostando desses trem. Tá levando a gente pra muito mau caminho. (Que mau caminho?) Ai, de sair com os outros por conta de dinheiro? Por que não caça um serviço, num trabalha? Muito mais fácil que dar por conta de dinheiro. (...) Eu pretendo parar. (E9)

Apesar de acreditarem na mudança de vida através do trabalho, as possibilidades vislumbradas por uma das jovens reproduzem outras condições subalternas que normalmente estão disponíveis para o contingente feminino pobre e sem qualificação profissional do qual fazem parte. Assim, mesmo considerando um novo projeto de vida, a condição marginal continua sendo um destino prescrito:

Prefiro ir caçar um serviço, lavar uma vasilha, ver um terreiro, arrumar casa. Prefiro. Ficar de babá, prefiro isso. (E1)

Sugere-se que seria difícil para todas elas assumirem a continuidade de uma conduta transgressora e que a afirmação de que deixariam a atividade responderia em defesa dessas jovens. Apesar dessas afirmações, duas entrevistadas indicaram a possibilidade de retornar aos programas:

Ah, sei lá... Agora, assim, acho que eu já cansei de bagunçar um pouquinho sabe? Agora eu quero ficar mais quieta, mas quem sabe depois, mais tarde... (E4)

Aham. Tô pa... Eu parei já. Eu não tô fazendo, mexendo com isso assim. Qué vê, já vai inteirar três meses que eu não faço isso. Ah, sei lá. Tem hora que eu desanimo, tem hora que eu animo. Na mesma hora... Por exemplo, hoje eu não tô animada. Na mesma hora eu já tô animada, chega um homem em mim eu vou. Sei lá. (E8)

Ainda que se negue a prática dos programas, os convites e as oportunidades estão presentes na vida das jovens o tempo todo, de diversas formas. A permanência delas nas ruas, aliada ao rótulo que as acompanha e a influência de terceiros facilitam o alcance desses convites sexuais e sustentam as idas e vindas que marcam o cotidiano dos programas sexuais:

Vamos supor, como se diz, ontem por exemplo. Se eu contar acho que uns dez (convites para fazer programa) que eu recebi. (...) Eles chegam, falam “eu to afim”, pergunta preço. (...) Isso, a gente tava aqui na danceteria. (...) Entendeu e também... Não saí, fui dormir. (E5)

Ontem mesmo a R. veio aqui me chamar pra ir pra F. (cidade vizinha) caçar é... ah, fazer esse trem, programa. Ir lá pra F.. Eu falei: “Não R., não dá por que amanhã eu tenho encontro com a outra R. (entrevistadora), duas horas da tarde, pra mim olhar um negócio aí com ela”. Aí ela: “Não sô, larga esse trem de R. prum lado, vamo, vamo”. Eu falei: “Num dá não sô, num dá pra mim ir não”. (...) Aí eu fui e larguei elas prum lado, fui e entrei pra dentro. E fiquei lá dentro ouvindo som e lá deitada na cama. (E9)

Ao conceber o próprio futuro, as jovens projetam uma vida longe das ruas e dos programas sexuais, geralmente substituída pelo ingresso em alguma atividade laborativa e a (re)constituição familiar:

Ó, meu maior sonho é terminar meus estudos e fazer um curso de enfermagem. Sempre falei pra minha mãe, ela sempre quis me ajudar e eu nunca dei oportunidade pra ela poder me ajudar. Tá alí, o que eu imagino tá dentro da minha casa, ter o meu serviço, falar “aqui que eu to trabalhando”. Entendeu? Ter um nome! Um nome, como se diz, não que eu não tenha, mas... Nossa, é muito bom. (E5)

Ah, se fosse pra mim, se fosse pra mim mesmo, eu queria que acontecesse pra mim ter uma casa, pra mim colocar, por exemplo, pra mim ter um filho, colocar meu filho dentro da minha casa, eu posso passar, se a casa for minha mesmo, eu posso passar a minha casa no nome do meu filho. Ter um marido pra mim ajudar e eu ajudar ele. Caçar um serviço, trabalhar. Assim, eu queria desse tipo, se fosse pra mim. (E9)

Assim como enunciam o retorno à escolarização (descrito no item 3.1), as jovens comunicam tentativas de “recuperação” moral e social através de comportamentos mais aceitáveis socialmente. Em última instância, encontram na

idealização de uma vida familiar e na preservação de valores tradicionais uma solução para reparar os danos provocados pela prática dos programas e se recompoem socialmente, proclamando seu “direito à normalidade” (Goffman, 1988). Almejam encontrar alternativas para suprir suas necessidades concretas, garantir sua própria segurança afetiva e recuperar a valorização social que supõem terem perdido com a prática dos programas.

3.6 Síntese do Grupo 1

Recapitulando os principais aspectos observados, o Grupo 1 caracteriza-se por um tipo de organização ociosa do cotidiano, através da qual as jovens se colocam à disposição de uma rotina pouco regrada e a uma intensa permanência pelas ruas da cidade, normalmente reunidas em pequenos grupos. Nesse contexto, o contato com a família é limitado e geralmente permeado pelos conflitos advindos das tentativas dessas famílias de demarcar as condutas das jovens dentro de parâmetros socialmente valorizados.

A iniciação à vida sexual dessas jovens é definida por um sentido de transgressão frente às expectativas em relação à castidade feminina, ao controle do desejo sexual e à reprodução de um padrão familiar através do casamento. Na seqüência, uma nova experiência transgressora é vivenciada: o primeiro programa sexual. Intermediadas por uma terceira pessoa, as jovens reconhecem a conveniência do “dar por dinheiro” em oposição ao “dar de graça”, enunciando a possibilidade de fazer dos programas sexuais uma alternativa para alcançar necessidades e desejos diversos.

Assumindo os programas sexuais como práticas habituais, sua rotina e seus rituais são aprendidos, reproduzidos e reconstruídos pelas jovens. A partir das investidas masculinas, as jovens demonstram deter poder suficiente para negociar a realização do programa, o local, o valor a ser pago, entre outros aspectos. O perfil dos clientes demonstrou ser altamente variado, assim como o tipo de relacionamento estabelecido entre esses clientes e as próprias jovens.

As motivações para a realização dos programas resumiram-se na possibilidade de obtenção de recursos financeiros para suprir necessidades pessoais (o que permitiu que as jovens alcançassem certo nível de independência econômica em relação à família) e no desejo de viver novas experiências e aventuras. Os ganhos são empregados em necessidades imediatas, atendendo a desejos de consumo típicos da juventude.

Cientes dos preconceitos aos quais estão sujeitas, as jovens manipulam sua própria imagem social e experimentam a constante ambivalência de pertencer a um grupo marcado pelo estigma social. Nesse contexto, os programas sexuais não fazem parte das perspectivas de futuro das jovens. Em oposição a esses, as jovens recorrem aos valores tradicionais de família e trabalho na busca por sua honrosa “recuperação moral”.

3.7 Caracterização do Grupo 2:

O Grupo 2 constituiu-se de 09 jovens mulheres que declararam que não haviam realizado programas ou trocas sexuais em nenhum momento de suas vidas. Esse grupo foi formado da mesma forma que o primeiro grupo, a partir de indicações das entrevistadas e das instituições que atuavam junto a crianças e adolescentes em risco social. Todas as jovens abordadas foram apontadas como praticantes de programas sexuais.

Verificou-se que algumas jovens que negaram essa prática durante a abordagem da entrevistadora eram citadas nos relatos sobre a realização de programas sexuais de outras jovens, o que sugeriu que algumas integrantes do Grupo 2, apesar de negarem, realizavam programas sexuais com alguma frequência.

Para formar esse grupo, partiu-se do princípio de que realizando ou não programas sexuais, todas essas jovens guardavam certa proximidade com esses eventos, sendo capazes de falar sobre eles com propriedade. Ressalta-se ainda que a referência àquelas que realizam programas poderia informar não apenas sobre as representações relativas a um determinado grupo, mas também ao que é percebido pela jovem em relação a ela mesma.

O QUADRO 2 apresenta os dados sócio-demográficos mais gerais das entrevistadas do Grupo 2, seguido de uma breve caracterização do mesmo. Como o maior interesse da pesquisa incide sobre o primeiro grupo, alguns dados do Grupo 2 são apresentados com menos detalhes. Observa-se que em muitos aspectos ambos os grupos guardam semelhanças entre si.

Quadro 2: Dados sócio-demográficos do Grupo 2:

| | Idade | Origem | Raça/ cor | Estado Civil | Grau de instrução | Religião |
|------------|--------------|------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|
| E2 | 13 anos | João Pinheiro | Branca | Solteira | 5ª série do E. Fundamental | Católica |
| E3 | 15 anos | Rio Casca | Parda | Solteira | 6ª série do E. Fundamental | Não tem |
| E6 | 17 anos | Município X | Negra | Solteira | 1º ano do E. Médio | Católica |
| E7 | 15 anos | Município X | Negra | Solteira | 7ª série do E. Fundamental | Católica |
| E12 | 18 anos | Município X | Branca | Solteira | 2º ano do E. Médio | Católica |
| E13 | 13 anos | Curvelo | Negra | Solteira | 7ª série do E. Fundamental | Católica |
| E15 | 20 anos | Município X | Parda | Solteira | 8ª série do E. Fundamental | Católica |
| E17 | 18 anos | Pirapora | Negra | Solteira | 8ª série do E. Fundamental | Evangélica |
| E18 | 26 anos | Município X | Negra | Solteira | 3ª série do E. Fundamental | Não tem |

A idade das jovens do Grupo 2 variou entre 13 e 26 anos. A maioria delas é natural do município ou da região onde a pesquisa foi realizada e todas elas residiam na cidade há pelo menos dois anos, seguindo o critério estabelecido também para o Grupo 1. Apenas uma delas (E18) não residia com familiares e relatou que não convivia com a família de origem.

Foi predominante a presença de jovens negras e pardas, assim como no primeiro grupo. Todas as jovens se declararam solteiras. Duas delas já haviam estado grávidas (E12 e E18), mas apenas uma morava com a criança. Uma das entrevistadas (E17) afirmou estar grávida na época da entrevista. Todas negaram a prática ou ocorrência de aborto.

Sobre o nível de escolaridade declarado pelas entrevistadas, os dados apontaram que a maioria encontrava-se em defasagem de pelo menos dois anos dentro do sistema educacional brasileiro. Apenas duas delas freqüentavam a escola

na época da entrevista e poucos foram os planos de retornar aos estudos. As razões de não permanência na escola são muito semelhantes às aquelas apresentadas pelas jovens do Grupo 1, tais como a pouca disposição das jovens em se ajustar às exigências dessa instituição e o maior interesse das jovens em outras atividades e ambientes.

O catolicismo foi predominante nesse grupo, mas a freqüência aos ritos católicos é limitada, assim como no primeiro grupo.

A maior parte das jovens já havia trabalhado em algum momento, normalmente realizando tarefas domésticas, algumas ainda durante a infância. Na ocasião da entrevista, apenas três jovens estavam trabalhando, duas como doméstica (E6 e E12) e outra na lavoura de tomate (E18).

A infância foi avaliada de maneira positiva, ainda que vivenciada com algumas dificuldades financeiras e de relacionamento familiar:

É por que antigamente a gente catava os lixos pra catar os brinquedos dos barão, aqueles brinquedos velhos, que eles jogavam fora em vez de reformar e dá pra alguém que precisava, eles tacava no lixo né. Aí a gente ia lá e pegava (risos)... Era bom na época de infância que ninguém reparava, você andava sujo, descalço, mexendo no lixo. Era bom, tocava campainha na casa dos outros e saía correndo (risos). Era bom época de infância. (E18)

Os relatos demonstram que a família nuclear não se manteve por muito tempo e que com a separação dos pais, normalmente atribuída ao adultério e/ou ao abuso de álcool (como no Grupo 1). A permanência das jovens junto da mãe e a presença de outros homens exercendo a função paterna foi freqüente. O pai também se tornou ausente para esse grupo e a relação estabelecida com a mãe foi relatada de forma muito conflituosa a partir de então:

No meu ponto de vista era assim, todo mundo tem pai e eu não. E a culpada é minha mãe, entendeu? Aí eu achava assim, já que a culpada é a minha mãe, minha mãe vai ter que sofrer. (E3)

E era muito namorado sabe R.(entrevistadora). Era muita coisa, minha mãe deixava a gente, hoje em dia ela, hoje em dia ela quietô, que arrumou esse homem. Por que antigamente minha mãe, três, quatro homens pra ela era pouco. Entendeu? E eu não aceitava, pra mim eu queria ver minha mãe ou com um ou sem nenhum. Entendeu? E não era aquilo, minha mãe sempre saía, ela conhecia um. Conhecia outro. E naquilo eu tinha medo né. Eu tinha medo até de uma doença, dela pegar uma doença mesmo ou de tá grávida igual ela falava e não aceitava. Entendeu? (E15)

Por que a minha mãe casou, ela, tipo assim ela separou do meu pai né, eu tava com oito anos, aí ela amigou com outro moço, mas esse moço tinha mais quatro filhos. Aí a gente trabalhava pra ajudar ele construir a casa dele e a filha dele comprava roupa e sapato sabe. Aí minha mãe pegava e batia por que tinha que dar o dinheiro pra construir a casa do homem, daí eu não queria dar ela batia e quebrava o pau.(E18)

Apesar de relatarem um cotidiano também ocioso, como o Grupo 1, percebeu-se que em comparação com este, o Grupo 2 apresentou atividades cotidianas um pouco mais estruturadas, como ir à escola (E2 e E17), arrumar a casa (E3, E6, E12, E13, E15), fazer almoço (E3), dormir (E3, E6, E13), tomar banho (E2, E7), assistir televisão (E3, E12, E13), ir à casa de alguém (E3, E6), ir ao curso de computação (E3), ir ao trabalho (E6, E12, E18), ir à casa do namorado (E3, E7), ler (E15), ouvir música (E15, E17) e ficar na praça central da cidade (E18).

Assim como no primeiro grupo, a presença dessas jovens nas ruas também demonstrou ser constante, mas não foi vista com o mesmo encanto:

Você senta e fica conversando. Pior que você não encontra uma pessoa de bem pra você conversar. Você encontra sempre malandro, né. Sempre o que tem aqui, você pode olhar ali ó (aponta para um grupo de rapazes reunidos). Aquilo ali tudo ali. Você só encontra aquilo ali ó, é aquilo ali mesmo. Você não encontra mais nada. E briga né. Que encontra aqui também. A coisa que mais encontra. Por isso que eu falo, ta dentro de casa é a melhor coisa que tem. Tudo tem sua hora de sair. (E15)

Por isso mesmo, a rua não parece ser um lugar privilegiado de convivência nem de exercício das atividades mais prazerosas:

O que eu gosto de fazer hoje? Ficar com meu namorado. Só isso que eu gosto de fazer, mais nada. (E3)

Eu gosto de jogar vídeo game, gosto de escrever música. (...) Gosto do meu trabalho também, meu trabalho é divertido. Gosto de ficar conversando com meus irmãos. Gosto de jogar bola, adoro jogar bola. Gosto de dançar. Acabou. (E6)

Ah, no meu dia a dia eu gosto de ir lá pro ginásio jogar bola mais as meninas lá. Handebol. (E7)

Vê novela e assistir filme. (E12)

O que eu gosto de fazer, na verdade eu num gosto de fazer nada. (risos) Eu só faço por que eu sou obrigada mesmo! Eu gosto de fazer nada nada nada nada nada. A única coisa que eu gosto de fazer muito é dormir. Só isso. Se eu pudesse dormir vinte e quatro horas eu dormiria vinte e quatro horas. Mas nem sempre a gente pode... (E18)

Algumas jovens demonstraram certa crítica em relação ao que a rua pode oferecer. Atribuíram o envolvimento delas com as drogas à sua permanência nas ruas e às amizades conquistadas a partir daí:

Aí eu comecei a fumar. Não, primeiro eu comecei a sair. Eu saía assim sozinha assim, não conversava com ninguém, não tinha amizade nenhuma. Aí foi passando o tempo, fui tendo amizade que pra mim era nossa senhora, as mil maravilhas! Só que não era, só queria me levar pro fundo do poço né. Eu saía e tal. No meus doze anos eu comecei a usar drogas, comecei a fumar, comecei a beber. Então com onze anos eu já bebia já, só que eu não fumava nem usava droga. Aí com doze anos eu fumava, eu bebia, eu usava droga. (E3)

Era tipo assim, era uma requinha sabe, nós juntava eu, M., é G., L., todo mundo fazia uma vaquinha tinha dia aqui que todo mundo dava cinquenta centavos “Ah vamo buscar dez conto de droga”. Nisso as meninas tava aqui acabava indo com a gente. Então tipo assim não era só eu que dava, elas iam acompanhava, era todo mundo né, era todo mundo. (E15)

Criticaram ainda a constante presença de outras jovens nas ruas, principalmente as que realizam programas sexuais:

É igual a mãe da J. vinha todo dia buscar ela aqui na rua, hoje em dia já não vem mais, não vem. O que acontecer com ela aqui, a mãe dela não tá nem aí ela chega na casa dela é dois dias depois. Igual hoje, ela, ela saiu da casa dela ontem diz ela que foi quatro horas da tarde até agora não voltou. (...). Ela pegou e me deu tchau, não sei se já voltou, mas agora quando é sete horas tá aqui de novo pronta pra fazer mais programa. Tá aqui na... não deixa de vim né. É todo dia a mesma coisa. (E15)

Parece existir a consciência de que os comportamentos adotados por elas próprias e a convivência com determinadas pessoas e grupos passaram a fazer parte de sua identificação social. Como afirma Goffman (1988), a tendência em se difundir o estigma de determinado sujeito aos outros que estabeleçam com ele relações de maior proximidade propiciam que tais relações sejam evitadas. Assim, na ocasião das entrevistas, algumas jovens relataram que tentavam evitar permanecer nas ruas, buscando se livrar do rótulo a elas atribuído e das identificações vistas como negativas por elas:

A única coisa que eu ganhei nisso tudo foi o que: fiquei difamada, ninguém confiava em mim, eu ia pedir um emprego ninguém me dava por que “poxa, aquela menina ali anda com fulana de tal, fulana de tal faz isso então ela também faz”. Por que é aquela história que fala assim, diga quem são suas amigas que eu falo quem que tu és né. Aí o pessoal pensava, se aquela menina anda com fulano e fulano usa droga então, por mais que você não use, se você anda com a pessoa que... você usa, entendeu, você usa. Pra população você usa. (...) E em muitos lugares que eles erram, e em muitos eles também acertam né. Como é que você vai confiar numa pessoa que anda só com uma turminha que não vale nada. (E3)

Apesar da relação diferenciada que as jovens do Grupo 2 demonstraram com a rua, a partir dos relatos se verificou que essas jovens também passavam boa parte do tempo nesse local e mantinham um contato muito próximo com as jovens envolvidas em programas sexuais. Dessa maneira, interessou-se pelas informações que elas poderiam trazer como contribuição para o estudo dessa realidade. Partindo do exercício da própria sexualidade dessas jovens, a investigação teve como foco entender qual era a proximidade e a participação delas nos programas, qual era o impacto dessa aproximação e o que elas pensavam sobre a prática dos mesmos.

A título de conhecimento e comparação, investigou-se como haviam sido os primeiros envolvimento amorosos e as primeiras experiências sexuais dessas jovens. Constatou-se que o primeiro relacionamento afetivo significativo aconteceu

entre os 11 e os 16 anos, durante os quais as jovens normalmente também experimentaram a primeira relação sexual, entre os 12 e os 18 anos.

A perda da virgindade foi acompanhada de arrependimento e desgosto, além de reações negativas da família:

Eu acho assim, a virgindade é uma coisa que, até o momento que você preserva ela, isso é muito interessante. (E3)

Ah, isso pra mim não foi normal não. Por que eu perdi minha virgindade, perdi o amor da minha mãe, do meu irmão. (Por que?) Ah, por que ela pensou que eu ia ficar, que eu ia ser uma menina formada, casar moça. Aí eu não dei isso pra ela né. (E7)

Não assim, eu gostava sabe, só que assim R. (entrevistadora) eu perdi minha virgindade na hora que não era pra mim ter perdido, sabe? Eu acho que assim, sei lá, acho que não era com aquele cara. Eu falo com a minha mãe direto, direto quando eu conversava com ela. Eu falava com ela direto. Não era pra ter acontecido, tanto que ela foi descobrir que eu não era moça depois de três anos. Com dezoito anos. Ela descobriu que... eu sentei, que eu tive, eu falei com ela: "Mãe, eu tenho que te contar um negócio. A senhora acha que eu sou moça e não sou". É todo mundo da minha família achava, minha vó morreu achando que eu era que eu não tinha coragem de contar, não tinha coragem. Pra mim eu ia apanhar demais. Aí eu cheguei pra minha mãe e falei assim ó: "Já foi, isso tem muito tempo e eu vou contar pra senhora. Sou moça não". Falei com ela. Ela perguntou com quem que tinha sido, eu falei que tinha sido com meu namorado, ela pegou e falou assim que foi a pior besteira que eu tinha feito na minha vida. (E15)

Também nesse grupo o casamento surgiu como alternativa para remediar a violação cometida. Se a vigilância sobre a castidade já não era mais possível, restou às famílias cuidar para que as jovens mantivessem uma vida sexual com segurança:

Ela falou assim que era pra eu ter cuidado pra mim não arrumar menino. Por que menino dá trabalho. (...) Conteí que foi com meu namorado, falei que eu ia namorar com ele sério, que se fosse nós dois ia até casar. Só que aí eu não agüentei e terminei com ele. (E7)

A única coisa que ela falou comigo. Você transa de camisinha pra você não pegar uma doença nem engravidar. Por que eu não aceito você com filho, isso que ela falava pra mim. Isso foi, a única palavra dela foi essa. (E15)

Através dos relatos, confirmou-se que todas as jovens mantinham uma vida sexual ativa, a maioria sem parceiro fixo. Quando questionadas sobre a realização

de programas sexuais, todas as entrevistadas afirmaram que nunca haviam praticado e que se resguardavam dos programas por diversos motivos.

A partir da negativa de realização de programas sexuais, buscou-se junto às entrevistadas investigar se elas recebiam com alguma freqüência propostas para a realização dos mesmos. Sugeria-se que a proximidade dessas jovens com as que realizavam programas sexuais possibilitava a rotulação do grupo em geral e que, portanto, elas também seriam alvos de propostas dessa natureza. A seguir, descreve-se como as jovens relataram suas aproximações com os programas e como reagiam frente às eventuais propostas para os mesmos.

3.8 Convites sexuais

Apenas duas jovens entrevistadas não relataram terem recebido convites para trocas sexuais. Todas as outras revelaram que é comum serem abordadas por homens interessados em realizar programas sexuais com elas, principalmente enquanto permanecem nas ruas da cidade. Ao investigar tais questões, atentou-se para o caráter de *troca sexual*, diferente de outras propostas também de cunho sexual que as jovens poderiam receber, mas que não necessariamente caracterizavam um programa sexual:

Muitos homens não quer nem saber se você faz, se você deixa de fazer, já chega oferecendo o dinheiro e pronto. Se você aceitar, bem. Se não aceitar, vai pra outra pessoa, entendeu? Basta ele tá interessado na pessoa. Acho que é isso que acontece, entendeu? (E3)

Sempre quando eu vou pro centro os homens chegam em mim “Ah, te dou tanto, fica comigo, fica comigo”. Eu sempre falo: “Não vendo meu corpo por nada não”. (E7)

Assim já. Até hoje um vizinho lá perto da minha casa eu fico assim. Ele fica assim: Vamo saí alí, vamo pro, como chama o trem... vamo lá no P. (motel), vamo tomar uma... Aí eu falo não, sai fora sô. Ai ele vai e sempre fica lá. (E12)

Já direto me oferece, direto. (E15)

Ah, tem cara né... até um homem assim mais velho que a gente, oferece a gente dinheiro pra ficar com ele. Chega é... dando chaveco na gente, chama a gente pra dançar. Tem muitas meninas que vai na onda deles né. (E17)

Uma delas relatou como foi chamada a atuar dentro de um estabelecimento exclusivo para a prática da prostituição:

A dona do C., C. é uma zona né? Ela, não sei como, ela descobriu o meu telefone, ela já tava me filmando há três semanas e ela queria por que queria, que eu tinha que ir pra zona dela. Eu tinha que ficar lá, que ia dar dinheiro, que ia dar lucro, que eu era bonita, e que não sei o que. Ela foi aqui na porta da minha casa fazer uma oferta de mil reais por mês. Eu falei não, não quero, tá doida? Nossa senhora! Eu fiquei com tanta raiva que eu falei assim “Se você não for embora daqui de casa agora eu vou chamar a minha mãe pra você.” Ela: “Não, que não sei o que, que você tem que ficar comigo e tal”. Eu falei não, você é doida? Se eu for pra zona vou ficar com nome... Já tenho nome de maconheira, vou ficar com nome de puta também? Deus me livre! Ela: “Ah não, isso é sigilo”. Eu falei: “Deus tá vendo o sigilo” (risos). Vou ficar com o cara com a cara tampada né! Por que é sigilo. Pode sair comentando... Eu não tenho coragem de fazer isso não. (E3)

Diante das propostas recebidas, sentimentos diversos são mobilizados, indicando o desconforto e a vergonha de serem confundidas com as que praticam os programas:

Ah, eu acho muita falta de vergonha na cara.(E6)

Ah, eu senti vergonha por que a primeira vez que eu saí pra rua chega em mim já foi falando nisso. (E7)

Ai eu acho assim que tem, a gente é recebe esses convites a gente pensa assim será que o cara acha que a gente é baixa até esse ponto de ter que ficar com ele? Eu mesmo não gosto. (E15)

É, por que é ruim ué. Por que que uma pessoa num fala assim: “Ah eu vou casar concê pra te ajudar tal, vou montar uma casa procê, tratar dos seus fio, vô ficar concê pra sempre”. Não olha procê ver, vai chegar e vai falar assim: “Aqui, vou te dar cinqüenta reais pra você ficar comigo”. Ah, vai morrer pra lá! (risos) Não, não é bom não. Cruz, você se sente só humilhada como se você fosse uma prostituta uma

rapariga da zona e que você tivesse que ficar com ele por uma obrigação, nem por tanto de um prazer, só por uma obrigação, sabe? Não é bom não. (E18)

A reação das jovens diante dos convites revelou o quanto rejeitam esse rótulo. Na medida em que apresentaram alternativas para afirmarem sua recusa aos programas, fica claro que o trabalho é sempre visto como uma opção de maior dignidade que os programas:

Tive proposta de quinhentos reais mais um celular X. Um celular X é o que, uns trezentos reais. E... O cara me mostrou assim o dinheiro e falou: “te dou isso aqui, entendeu?”. Eu falei: “eu não quero não”. Cara tá me chamando de quê? De puta? (E3)

Ainda sim, falam que eu sou uma morena bonita, e que eles podem me dar até cinqüenta reais pra mim ficar com eles e eu falo com eles pra eles enfiar no cú deles. Por que eu não preciso não por que eu ainda sou perfeita, eu sou neguinha mas eu sou perfeita eu tenho dois braço, duas pernas e sei trabalhar. E dinheiro não compra ninguém não. (E18)

Ainda que os convites fossem negados, as jovens reconheceram que algumas ofertas despertaram seu interesse:

E olha que o meu maior sonho era ter um telefone, entendeu? Principalmente quando esse menino me ofereceu esse telefone, na época esse telefone ele era muito bonito, sabe? Todo mundo tinha e... Nossa, eu queria por que queria ter e eu, se eu quisesse ter pegado eu ia ganhar ele assim né. E eu não, não quis. E que eu não quis, eu não quis e eu não quis. Não peguei mesmo. (E3)

Um homem, outro dia eu tava no forró um homem falou assim: “Eu te dou quinhentos reais pra você ficar comigo”. Eu falei: “Ai ai ai”, falei desse jeito né. O homem colocou quinhentos reais na mesa, R. (entrevistadora). Quinhentos reais é muito dinheiro né, é muito dinheiro. É igual meu aluguel é cem reais, eu pagava cinco meses de aluguel e ficava livre. Eu não tive coragem de ir, eu não tive. Eu tava até com as meninas as meninas falaram: “Ah eu tinha abocanhado na hora, não pensava duas vezes, eu dormia com o cara”. (E15)

Os relatos demonstraram ainda que ao rejeitar a proposta, recaiu sobre a jovem a indignação daquelas que viam no programa uma boa oportunidade de ganhos. A influência das jovens que realizam os programas e até mesmo de outras pessoas parece ser contundente:

*Já. Direto elas falam: “Não sô, vamos, não, vai ter dinheiro e que não sei o que...”
Eu: “Não, vou não. Pode ir, eu fico aqui e te espero, ta?”. (E3)*

Pra mim elas falam assim que: “Vamos sô! É bom!”. Eu: “Não, não vou não”. “Vamos que você compra seus trens, arruma seus trens tudo” Eu: “Não”. (E7)

A maioria desses homens fica, fica assim: “Ah se eu fosse mulher eu dava, eu dava, você acha que eu ia dar de graça? Se eu fosse mulher eu ia dar mesmo, eu ia andar com meu dinheiro no bolso”. Meu próprio pai vira pra mim e fala! Meu pai fala. (E15)

As explicações das jovens para não aceitarem a realização dos programas tiveram um forte cunho moral. O receio de ter sua imagem física e moral depreciada foi um dos maiores motivos para a rejeição:

Se eu andava com elas né, por que? Eu não me sentia discriminada só por que o cara me oferecia dinheiro. Não achava ruim não, só que se eu aceitasse aí... Seria pior pra mim né. (E3)

Eu vendo, vendo meu corpo e ele fica todo acabando? Aí depois vai chegar uma hora que ninguém vai me querer não. (E7)

Só que eu não tenho coragem. É um véio que você sabe que se for em cima docê não faz nada né, é o que as meninas falam mas eu não tenho coragem. Não sei por que. Acho que é o medo de ficar falada R. (entrevistadora). (E15)

Foi reconhecido que a proximidade que as jovens mantinham com aquelas que realizavam programas sexuais contribuiu para a rotulação generalizada sobre o grupo. Tal proximidade leva as jovens a serem consideradas como integrantes desse grupo, compartilhando com ele seu descrédito social (Goffman, 1988).

Quando questionadas sobre a possibilidade de aceitarem alguma proposta, apenas duas jovens afirmaram que no caso de uma necessidade financeira ou de uma fraqueza moral poderiam optar pelos programas para garantir seu sustento. Novamente, motivações de caráter socioeconômico parecem ser mais aceitáveis que as demais. Deixam claro ainda que caso aceitassem, cobrariam um alto valor pelo programa:

Por mais que eu esteja... Eu não vou falar assim: “Eu nunca vou ficar com um homem por conta de dinheiro”, por que a palavra nunca é uma palavra bem forte né. Quem sabe no futuro, eu esteja com um problema, uma situação financeira muito ruim. Quem sabe? Pode ocorrer e eu fazer isso. Mas no meu passado, sempre, mesmo quando eu usava droga ou bebia e tal eu nunca fiquei com ninguém. (E3)

Eu ainda acho que eu não me sinto assim no ponto de, eu não tô passando fome. Se eu tivesse eu até falaria eu posso até chegar a fazer isso. Eu não tô graças a Deus. Então não é, não é a maneira mais fácil de sobreviver não é isso. (E15)

Eu não falo assim “eu não tenho vontade” R. (entrevistadora), só que eu penso assim, a minha mãe tá longe de mim. Meu pai trabalha pra sustentar ele ainda ajuda a gente. Acho assim, eu não tenho serviço, agora que eu tô começando a fazer escova. (...) Se eu fosse uma outra pessoa que tivesse já descabeciada já, eu tava eu taria fazendo. (E15)

Partindo-se do princípio de que a prática dos programas sexuais demarcaria uma condição marginal e estigmatizante não só para a própria jovem, mas também para sua família, admitiu-se que a realização dos mesmos poderia ser usada como afronta, na tentativa de ofender a família por algum motivo:

Hoje eu tava até falando com a minha tia que eu acho que foi castigo meu, foi castigo de Deus pra mim. Que eu falei assim: “Dindinha, eu quero que um dia minha mãe me vê dentro de uma zona, pra ela ver a filha que ela teve”. Por que assim, ela nunca deu nada pra gente sabe R. (entrevistadora), depois que eu saí de lá. E eu fiquei, a fisioterapia pagada fica em cem reais. Tem dois meses que minha mãe falou que ia mandar esse dinheiro pra mim, até hoje. E ela tem condição, sabe. (E15)

Muitas fazem por que dentro de casa não tem nada. Por que elas querem uma roupa o pai ou a mãe não tem condições de dar por que tem outros irmãos. Por que elas querem um sapato e os pais não podem dar por que elas. Por que às vezes as mães se separam do pai e as mães acabam se envolvendo com uma pessoa que elas não gostam, então elas acham que o único meio de pirraçar a mãe, fazer a mãe sofrer é esse jeito aí. De se prostituir, de cada dia tá com um, com o outro, com um com o outro. (E18)

Ao relatarem seu envolvimento com drogas, as jovens esclareceram que em momento algum realizaram programas para sustentar o vício:

Não, eu comprava, minhas colegas compravam, os meninos compravam e me chamavam, entendeu? Eu nunca me vendi pra comprar droga não. (E3)

Apesar de negarem a realização de trocas sexuais, as jovens demonstraram assumir papéis mais expressivos que os de simples observadoras, alcançando certa importância no desenrolar dos programas. A seguir, são apresentados os dados que descrevem o lugar dessas jovens nesse contexto.

3.9 Participação do Grupo 2 em programas sexuais

Ao descreverem como os programas sexuais aconteciam, verificou-se que o envolvimento das jovens do Grupo 2 com os programas era significativo. Presenciar as propostas pareceu ser um fato costumeiro para a maioria:

Você só vê por que você percebe quando você está na rua, o jeito e tal. Você escuta às vezes o cara falando com elas: te dou vinte e tal, “esses trens” entendeu. (E2)

Observou-se que em muitas ocasiões, essas jovens relataram estar muito próximas da ocorrência dos programas, mas se recusaram a participar dos mesmos por motivos próprios:

Foi eu e uma colega minha pruma festa, e eu não sabia de nada. Por que se você chegar e falar comigo assim: “ó, a gente vai pruma festa, se você ficar com um cara ele vai te dar tanto”, eu já não vou, entendeu? Aí eu já não vou e nada faz eu ir. E essa colega minha sabia que eu não ia sabe. Aí ela: “Ah, nós vamos pruma festinha ali, tal, não sei o que e os meninos é primo meu”. Aí eu fui né. Festa, o que que tem? Eu já tava na praça, eu ir pruma casa dos primos de uma colega minha pra uma festa que que tem né? Nada a ver né... Aí chegou lá tinha doze homens. Só eu e ela de mulher. Eu já achei isso estranho. Eu falei: “Ué mas peraí? Doze homens?”. Mas continuei normal, a gente bebeu e tal. Aí depois os meninos queriam ficar comigo eu falei: “Não, ficar com você? Não quero ficar com você não”. Ele: “Não, te dou tanto”. Eu: “Não, não vou fazer”. E ele: “Então pra que que você veio pra cá então?”. Eu falei assim: “Eu vim pra cá por que ela falou isso, isso e isso”. Aí ela foi falou com o menino lá: “Me dá o que você vai dar pra ela que eu fico com você”. Os meninos pagou pra ela trezentos reais. Trezentos reais pra dez pessoas não fica muito caro não, se a pessoa tiver dinheiro né. Fica assim... Não fica muito caro não. Não, pra doze pessoas. Deu pra ela trezentos reais, ela foi e ficou com doze homens, numa noite só, tudo de uma vez. Com todos. E eu fiquei na sala bebendo,

comendo pipoca e assistindo filme, enquanto ele tava ficando com os meninos lá. (E3)

Ainda que acostumadas a observarem tais ocorrências, todas as jovens desse segundo grupo expuseram de alguma forma o sentimento de estranhamento experimentado e a discordância em relação à prática dos programas:

Geralmente é assim igual um dia desses a gente tava ali na máquina (“Jukebox”) né, aí tava botando uma, colocando uma música, aí tinha uma amiga até que ela é amiga minha assim a gente estudamos juntas, crescemos juntas. Pediu pro cara: “Ah me dá dois reais aí pra mim, colocar uma música”. Aí ele falou “Ah tá se você sair comigo e tal eu dou pra você dois reais”. Aí ela foi quando ela voltou ela voltou com dois Reais. Nossa, eu me indignei com ela. E eu só não bati nela por que ela não era nada minha senão eu tinha dado umas porrada bem dada nela. Eu teria mermo. Mas é que eu não podia fazer nada né não sou mãe nem nada dela. Então ficou por isso mesmo. (E18)

Mesmo negando a realização de programas e até discordando dessa prática, muitas jovens acabam assumindo funções de suporte para que outras possam realizá-los. Auxiliar na concretização dos programas, intermediar propostas, preocupar-se com a segurança das outras jovens, acolher em momentos de maior necessidade e aconselhar são papéis que algumas delas relataram já terem desempenhado:

Já cansei de colegas, de ficar segurando o celular, ficar segurando... Dinheiro, até dinheiro das minhas colegas, minhas colegas iam ficar com outros caras, entendeu? Saía assim. Eu não. (E3)

Ela (amiga) tá entrando por um caminho que a gente dá conselho... É igual eu falo com ela, eu não posso falar assim que eu sou muito boa pra dar conselho não que eu já fiz de tudo assim. Eu virei pra ela e falei: “A única coisa que eu nunca fiz, J., é programa”. Agora usar droga até mais que você. Eu acho que talvez eu acho que o povo me condena até mais que se eu fosse uma menina que fizesse programa que eu já briguei demais, eu era muito sem educação, falo com ela direto né. Aí ela, falei com ela: “Não sou nem a pessoa ideal pra te dar conselho mas é um pouco do que eu vivi que eu to te passando”. Aí ontem eu sentada ali com ela, ela pegou e falou assim: “Não S., eu não quero usar droga nunca mais”. Mas assim, é um homem chegar e oferecer vinte conto, “ah eu vou ali né pegar uns trocado”. É um trem mais esquisito. (E15)

Um dia ela (amiga) ligou pro telefone da minha irmã, e ligou pro telefone da minha irmã: “Socorro, socorro, socorro, eles tão querendo me matar”, diz que era quatro homens. Ela saiu, ela saiu... mas ela já saiu sabendo. (...) Nós mandou polícia mas

não acharam, não achou ela. No outro dia ela tava com o pé machucado só que ela não falou de que que era. (E15)

Ó eu quando eu vejo um cara chamando a menina, pelo assim, meu modo de vista é assim muitas vezes, muitas das vezes isso acontece até comigo mesmo. Tipo assim, é... homem mandar recado pra mim dar pras meninas, sabe. Aí eu chego assim, eu faço, eu dou o recado R.. (entrevistadora), eu não vou mentir procê eu dou o recado. Eu chego e falo assim: “Ó, aquele homem ali tá querendo conversar com cê, ele falou que quer sair com cê ele falou que te paga”. Aí tem menina que vai mais que depressa. (E15)

Os ganhos obtidos com os programas não são encobertos para o grupo. Além de se favorecerem com os rendimentos obtidos, algumas jovens relataram participar da sugestão de valores e na decisão sobre o destino dos rendimentos:

Ela ia, dentro de vinte, trinta minutos e voltava. Voltava com o dinheiro. Aí corria e comprava droga. Eu usava, entendeu? Só que ficar assim eu não fico não... (E3)

Aí! Nossa R. (entrevistadora), sei lá eu acho assim que, se eu fosse sair com um cara, eu acho que não cobrava menos de cem pra ele não. Não cobrava mesmo. Igual essas meninas que fica aí ó, é igual o que acontece com a E., a E. todo dia tem dinheiro. Todo dia. Ela tem trinta, trinta e cinco reais. E assim, ela chega e gasta tudo dentro dum bar. (E15)

Eu peguei e falei assim com ela: “Ó E., eu vou fazer um negócio”, ela ficando lá em casa, que ela tava ficando lá em casa né. “Você tá fazendo seus programas, você fala que não pára com isso mesmo, só o dia que você morrer. Então vão fazer o seguinte, todo dinheiro que você pegar você vai comprar uma peça de roupa procê”. Ela acabou comprando roupa pra ela. (E15)

Estando tão próximas de tais ocorrências, buscou-se através dos relatos levantar impressões, representações e valores das jovens do Grupo 2 concernentes à prática de programas sexuais.

3.10 Representações do Grupo 2 sobre os programas sexuais

Os relatos sobre a forma como os programas aconteciam guardaram grande semelhança com o que foi apresentado pelo Grupo 1. Segundo as jovens, as propostas partem de ambos os lados e os programas são combinados entre o casal, podendo em alguns momentos contar com um intermediário na negociação. Sobre essa mediação, uma das entrevistadas descreve como isso acontece ocasionalmente:

Eu num sei só que elas a maioria elas que arruma. Elas que, que os cara chega, conversa com elas, elas acaba saindo. Já outras vezes, conversa com o H., fala assim: “Arruma aquela menina pra mim”, ele vai e arruma. Só que além dele, do cara dá a ele, ele quer o da menina também, ele é desse jeito. E as outras vezes quando ele vai, ele espera a menina sair sabe, pra ele poder ir assaltar o cara. (E15)

Outras jovens também citaram a possibilidade de furtos aos clientes na ocasião dos programas. Além dessa, outra referência à possibilidade de aliciamento ou exploração da sexualidade de uma jovem por um terceiro foi relatada, nesse caso a própria irmã. Apesar disso, reforça-se que as entrevistas privilegiaram as ocorrências sem intermediários e sem conotação abusiva:

A irmã dela influencia ela. Aí eu vou e pergunto ela: “Porque I.?” “Ah eu num sei, minha irmã que fala pra mim ir, pra nós ter ganhar mais dinheiro”. Aí eu falo assim: “Você gosta I.?” “Ah num gosto muito não, mas num tem outro jeito. Tem vez que eu passo fome, aí eu vou pra mim comprar comida pra mim”. (E12)

De acordo com os relatos, os casais geralmente se encontram nas ruas e em espaços públicos da cidade e se dirigem a locais diversos para o intercuro sexual, como motéis, pensões, automóveis, mato, lugares ermos, cachoeiras e córregos, fazendas, etc.. Para algumas entrevistadas, os programas não têm dia nem hora para acontecer, são excessivamente freqüentes e muitas vezes ocorrem

seguidamente. A circulação de homens pelas ruas e bares da cidade em busca de jovens para a realização dos mesmos também parece ser constante:

Ai, é tanto que nem dá pra contar (risos). Ah, tem umas que saem toda hora. Tem umas daqui que vão variado. (E18)

Segundo esse grupo, a clientela seria composta geralmente de homens mais velhos, de uma condição financeira estável, moradores da cidade ou que estão de passagem pelo local a trabalho ou por lazer. Relatou-se ainda que algumas dessas jovens possuem uma clientela que é fixa e recorrente, ainda que prestem favores sexuais a outros homens ocasionalmente. A escolha de clientes se daria em função da disposição da jovem em realizar o programa naquele momento, do interesse dela naquilo que está sendo oferecido e até mesmo da possibilidade de status que a relação permitiria:

Por que aqui em Município X menina não pode ver um cara que tem carro. Se o cara tiver uma S10 (marca de carro), nossa senhora! Ele é lindo, maravilhoso, entendeu? Elas olham mais pro lado do que as pessoas têm. (...) Por que essas meninas daqui não pode ver um carro nem uma moto. (E3)

A liberdade para a escolha de clientes foi considerada maior nas ruas e em locais públicos do que em estabelecimentos destinados à prática da prostituição. O detalhamento sobre o funcionamento desses locais reflete o quanto essa realidade é familiar para essas jovens:

Quando você tá na rua você ainda tem a possibilidade de você escolher com quem que você quer ficar. Mas se você cair dentro de uma boate, você não tem a possibilidade de quem com quem você quer ficar. Se chegar um bêbado você tem que dormir com ele, se o homem tá fedendo você tem que ficar com ele. Por que você tá lá dentro você tem que se manter, você tem que comer você tem que pagar a cama que você dorme lá dentro, as coisas que você faz lá dentro você tem que pagar então geralmente não tem vantagem nenhuma, é mais fácil você arruma um emprego e vai trabalhar. (E18)

Sobre os homens que procuram as jovens para a realização de programas sexuais, recaiu uma certa crítica por terem que se submeter ao pagamento de determinada quantia para obterem companhia sexual:

Acho que os caras é muito é idiota que não consegue arrumar mulher de graça e tem que pagar. Meu ponto de vista é esse, entendeu? Por que eu acho que o cara, o cara hoje tem que ser muito prosa ruim ou ele tem que ser muito feio. Pra ter que pagar? Sei não, entendeu? Comigo não rola isso não. (...) Nenhum menino novinho, bonitinho vai te pagar pra você ficar com ele não, você tá doida? Só aqueles velhos mesmo, que tá no fim... (risos). (E3)

O uso de preservativos sexuais e de contraceptivo oral foi colocado à prova na maior parte dos relatos. Existe o receio de que as jovens realizam programas sem proteção sexual e que por isso são portadoras de doenças diversas:

Igual se tiver aqui, vão supor, se tiver aqui ela fala, tem uns que eu já vi sabe, eles oferecendo pra elas: “Vão sem camisinha?”. Tem umas que topa, tem outras que não. (E15)

Elmore-Meegan, Conroy e Agala (2004) chamam a atenção para a ênfase na noção de perigo que se dá ao grupo de mulheres dedicadas à prostituição, argumentando que esse foco eleva consideravelmente a estigmatização desse grupo, sem que se interfira positivamente na proteção dessas mulheres contra abusos e doenças aos quais elas realmente se expõem.

O uso de drogas foi considerado muito freqüente entre as jovens que realizavam programas, aplicado tanto como estratégia de preparação quanto como consequência dos mesmos. Contrariando os dados obtidos no Grupo 1, a prática dos programas foi considerada uma fonte de renda privilegiada no custeio dos vícios dessas jovens:

Nossa, rola muita coisa. Droga... Esses trens assim. (...) Maconha, pedra, cocaína. Esses trens. (E7)

Algumas mesmo usa até, a E., E. é viciada em pó. Ela é viciada em pó. Direto. Todo dinheiro que pega é vinte conto. O irmão dela é traficante né. Aí ela vai vinte conto

pro irmão dela... (...) Aí pega o dinheiro vai comprar. Talvez sei lá eu acho que, ela pode ser vício né. Pode ser o vício dela. (...) São pessoas que, vê se você não concorda comigo, eu preciso de dinheiro pra tratar da minha perna senão eu vou ficar sem andar. Eu podia tá fazendo isso. Elas precisam de dinheiro pra que? Pra cheirar pó? Não é certo né. Eu acho que é querer vida fácil mesmo. (E15)

A cabeça muda toda que depois que você começa a envolver com programa, você quer usar droga. Que depois que você começa se envolver com você fazer programa é que você começa a usar droga. A J., ela começou a fazer programa, começou a usar droga. A, a como é que fala mesmo a, a E., começou a fazer programa depois que tinha dinheiro na mão, todo dinheiro que perde é pra comprar droga. (E15)

Sobre os rendimentos dos programas, os valores citados variaram entre R\$ 10,00 e R\$ 80,00, definidos a partir de diversos critérios:

Ah não sei... Deve ser o tanto que eles devem oferecer. Ou o tanto... Por que essas meninas, qualquer coisa elas topam, qualquer coisa elas pegam. Elas não regulam muito da cabeça não. (E3)

Depende de quando... Se for mais caro, é por que o homem quer dormi com elas. Aí elas cobram bem caro. Aí passa a noite todinha com o cara. (E7)

Elas falam assim: “Eu quero trinta reais”. Eles falam assim: “Não, vamo por vinte”. Elas: “Não, trinta”. Acaba indo por vinte, acaba cedendo. Vai por vinte reais. Agora já tem umas que fala assim: “Quero oitenta”. Aí o cara sai com elas por oitenta reais. É isso. (E15)

Depende da menina, se for bonita ela ganha mais. Agora se for mais ou menos ela ganha menos. (E18)

Além de dinheiro, outros itens são empregados como pagamento pelos programas, tais como jóias e bijuterias, telefones celulares, roupas, sapatos, drogas, além de outros benefícios. O risco de não receber o pagamento parece ser corriqueiro, forçando a jovem a definir estratégias para não ser lesada:

Tem umas que vão e não ganham nem dinheiro! (E6)

Uai, primeiramente pegar o dinheiro primeiro (risos), senão eles saem correndo (risos). Aí deve ser que eles faz lá e pronto. Por que aí é mesmo. (E2)

Tem outras que ficam com o cara no outro dia o cara dá o tombo nelas, já cansei de ver a M. mesmo, você vê a M. ficando com um cara e no outro dia ela tá atrás pra receber só que não recebe. (E15)

Afirmou-se que o dinheiro normalmente é empregado em favor das próprias jovens, na compra de drogas, bebidas, alimentos, roupas, calçados e serviços de cabeleireiro. Em raros casos acredita-se que a família se beneficia com os ganhos advindos dos programas, o que poderia creditar maior aceitabilidade às jovens por parte desse grupo já que, segundo demonstra o trabalho de Pereira, Torres e Pereira (2004), explicações mais contextuais, envolvendo razões psicossociais e socioeconômicas, tendem a amenizar a carga de preconceito e discriminação voltados para a prostituição. Tais explicações poderiam contribuir para que as jovens fossem reconhecidas pelo sacrifício de terem que recorrer aos programas como alternativa de sobrevivência ou de sustento familiar.

A idéia de que o dinheiro recebido “desonestamente” pelos programas tem menos valor também se faz presente nesse grupo:

Então você vê que aquilo não é dinheiro procê. Não é dinheiro. É um dinheiro que você pega e você entra e onde você entra ele não dura sabe. Você entra logo pra, chegar e gastar. Então acho que sei lá, é muito pouco dinheiro. E eu acho que, minha mãe falava pra mim direto sabe, que dinheiro de mulher que faz programa não fica na mão da gente sabe. Minha mãe falava desse jeito. (E15)

Por que a cada, a cada dia que elas vão lá se envolvendo mais com essa a prostituição, cada hora que elas se envolvam mais a única coisa que elas pensam é: “Ganhamos o dinheiro fácil então podemos gastar o dinheiro fácil” que é com as drogas. Ou às vezes elas lembram “Ah eu vou comprar uma roupa por que amanhã eu quero sair bem bonita”. Aí às vezes quando lembram acabam comprando uma roupa pra falar assim “Ah não gastei o meu dinheiro só na droga. Gastei com uma roupa, um perfume”, ou uma jóia que ela viu, gostou. Ou um celular. Uma coisa assim, sempre assim. (E18)

A estereotipia da prática dos programas parece compreender um figurino e comportamentos específicos, que demonstram a disposição da jovem em se exibir e que, segundo as entrevistadas, passam a mensagem de que elas estariam à espera de convites sexuais:

Pra você ver, nenhuma mulher que não quer sair pra dar prum cara pra ganhar dinheiro vai sair com uma roupa que dá pra ver até o útero da pessoa não. A pessoa

sair com sainha, com mini-saia, com mini-blusa e não tá aí nem pra frio, nem pra nada, entendeu? É isso que acontece. Provoca, começa a dançar no meio da rua. (E3)

Umas veste sainha curta, uma blusinha curta, uma sandália alta. Tem umas que sai de short, de tamanco alto. Passa lápis creon no olho. Maquia... Vai no salão pra arrumar o cabelo. Depois vai lá pra praça arrumar gente pra poder ficar. (E7)

Põe a roupa menor que tiver, põe roupa que aparece o peito. Ta dentro dum bar começa a dançar pra chamar atenção. (...) Então o que, entra dentro do bar, esses dias mesmo nós tava lá a mulher: “Pára de dançar, respeito é bom sô, respeito é bom e todo mundo gosta”. Aí começa a dançar sabe, começa a dançar provocante, mostrando a calcinha. Acho que isso tudo é pra se insinuar. (...) Eu sempre briguei tal tudo, mas por que que não é todo dia que aparece isso pra mim, um homem não chega ni mim toda hora? Eu acho que é por que eu não dou meu lugar, entendeu? Já as outras não, quer ficar dançando, quer ficar falando escrotice, quer ficar fazendo isso e aquilo. Homem chega mesmo. Homem não gûenta ele chega ele ta querendo ele vai e chega né. Mas todo dia, todas elas vem sempre arrumadas, vem com roupa assim que provoca mesmo os caras. Aí nesse ponto elas se arrumam mesmo. (E15)

Tal estereótipo parece assegurar que as jovens sejam reconhecidas e que a divulgação dos programas seja facilitada, enunciando a condição de mulher pública:

Ou, pra você conhecer uma puta hoje em dia é a coisa mais fácil do mundo. (E3)

Eu acho assim que, elas, assim, a maioria que eu conheço assim não é que vai atrás, igual tô te falando. Aparece entendeu, aparece pra elas mesmo, igual eu tô te falando, eu acho que homem conhece mulher de programa pela cara. Ou então sei lá é por que a menininha tem a cara de muito assim ou então é por que eles já sabem, entendeu. Num sei, eu penso assim que eles conhecem pela cara mas talvez é por que tem notícia né, roda né. É igual eu falei, é igual todo mundo fala, roda. (E15)

O estereótipo apresentado porta uma informação que comunica a identidade social dessa jovem como aquela que se oferece para serviços sexuais, bem como levanta suspeitas injustificadas em relação às mulheres de maneira geral, que por ventura venham a ser identificadas como tal. Para Goffman (1988), o potencial de evidência de determinados símbolos e de sua capacidade de transmitir uma determinada informação social varia, em geral, em função da capacidade do observador em interpretá-los. Tendo em vista a ampla divulgação do duplo padrão

de moralidade que sustenta os julgamentos sobre as condutas femininas na sociedade, alguns símbolos e comportamentos, tais como os descritos pelas jovens nos fragmentos acima, tendem a ser habilidosos em comunicar as intenções femininas em relação aos homens, assumindo a função de localizar as mulheres dentro de categorias sociais predefinidas.

Além de uma estereotipia física, uma tendência pessoal inata e irreparável também aparece como determinante:

Eu já nem sei, tem hora que eu penso assim, eu conversando com elas eu penso assim: é influência mesmo ou você nasceu praquilo? (E15)

Assim, a opção pelos programas acaba sendo um destino prescrito para aquelas que apresentam uma falha no caráter que as leva ao desejo incontrolável de viver na promiscuidade e na busca pelo prazer, ou ainda para aquelas que preferem uma “vida fácil” diante das opções que supostamente são oferecidas:

A desculpa delas é que elas precisam né. Acho que não é nada não, é por que é sem-vergonha mesmo (risos). É por que elas gostam... Do dinheiro e... (...) Ah, deve gostar de tudo por quê... Todo dia, todo dia, todo dia... (E2)

Elas devem fazer por que elas gostam mesmo por que... Sei lá, elas deve achar bonito... Só que isso não faz meu tipo não... (E3)

Ah, elas é puta. É puta por que... Muitas pessoas fazem isso por necessidade. Tem muitas não, mas tem muitas pessoas mesmo que fazem isso por que não arruma serviço, por que hoje em dia muitas pessoas roubam e faz programa por necessidade. E umas meninas dessa, gente! Nova, tem tudo pela frente, pode muito bem ir pra escola, criar vergonha na cara e fazer isso? É por que é puta mesmo. Gosta de ter essa vida. (E3)

Ah, elas falam que é por que elas precisam, mas acho que não é não. Elas têm saúde, pode muito bem trabalhar. Acho que elas fazem isso é por que não tem vergonha na cara mesmo. (Por quê?) Ah, por que... Sai ficando com um e com outro pra ganhar dinheiro? Todo mundo trabalha, por que que elas não pode? (E6)

Ah, tem umas que gosta, tem umas que é por causa de necessidade. Eu acho. De dinheiro, de comprar as coisas, comida, roupa. Por que não tem coragem de trabalhar, tem umas que não gostam trabalhar, aí prefere fazer isso. (E12)

Safadeza. É umas meninas que eu vou te contar. M. é umas meninas que... olha só pra você ver, se fosse umas meninas que tivesse passando fome, ia fazer e ajudar as mães você concorda comigo? Ia colocar dentro de casa. (...) Se você tem roupa, se tem de comer dentro de casa você precisa de fazer isso? Não precisa né... Então eu acho que o que leva a isso é safadeza. Eu acho que sim né. (...) E por que assim eu acho que elas, por elas fazerem isso também elas querem vida fácil, sabe? Elas não quer trabalhar... (E15)

Olha, eu num falo que elas fazem por dinheiro. Eu digo assim mais que elas fazer assim por diversão. Por que já acostumaram ou por que gostam de fazer isso. Eu não entendo muito essas meninas por que elas faz isso. Por que isso não é coisa que se deve fazer. A gente tem que valorizar a vida da gente né. (E17)

Retomando as conclusões de Pereira, Torres e Pereira (2004), observa-se que a natureza dos argumentos que explicam a prostituição são responsáveis pelo grau de variabilidade do preconceito contra as prostitutas. Dentro dessa lógica, observa-se que explicações psicossociais e socioeconômicas tendem a reduzir a carga de preconceito e discriminação voltados para esse grupo, se comparadas às explicações ético-morais e religiosas atribuídas à prostituição. Tal efeito, observado no Grupo 2, demonstrou que necessidades financeiras e falta de outras opções remuneradas configuraram justificativas mais aceitáveis em relação àquelas atribuídas às jovens em questão, que foram ligadas a uma falha moral. Sobre essas jovens a culpa recai enfaticamente, uma vez que suas práticas são associadas a motivações banais ou se supõe que sintam prazer nessas relações.

A qualificação das jovens como “sem-vergonhas”, “putas”, “safadas” ou “que querem vida fácil” instaura o reconhecimento de sua imoralidade individual e intencional, pressupondo que o grupo é incapaz de assumir posturas ou ter motivações socialmente aceitáveis. Esse descrédito se incorpora à reputação da jovem que realiza programas e dá forma ao estigma social que ela portará, naturalizado através das justificativas de que “elas gostam” ou que “pode muito bem trabalhar”. Baseadas em um ideal moral específico, as interações sociais

estabelecidas por esse grupo tendem a atualizar esse descrédito em relação às jovens que praticam os programas, funcionando como um eficiente mecanismo de controle social (Goffman, 1988).

Embora a possibilidade de influência de outras pessoas sobre a jovem tivesse sido sugerida, o grupo entrevistado admitiu que a decisão final seria sempre pessoal:

Sei não... Mas eu acho assim, que ninguém faz programa forçado não. Não adianta falar, eu viro pra você e falo assim: "Ah, ou, eu fiz programa por que a R. falou que ela fazia e que era bom e tal. E eu fiz por que ela falou." Não, você faz se você quiser sô. Entendeu? Ou igual o povo fala: "Fulano de tal levou fulano de tal pro levando o outro pro mau caminho". Não levou, a pessoa vai se quiser. Lógico que influencia. Influencia, influencia. Mas ninguém vai... Vai se quiser, se não quiser não vai não. Se eu falar pra você cair no poço você vai cair? Não vai né. Não é boba. (E3)

Igual os meninos falam direto: "Ah foi a R. (amiga) que levou a J. (amiga) pro mau caminho". Eu não acredito. Eu penso assim, elas pode, ela pode, ela já veio pra rua sozinha, ela veio com as perna dela. Ela veio com as perna dela. Ela tem a influência do irmão dela M. que não é das melhores, né. Rouba, usa droga, não são das melhores. Então o que: "vou sair pra rua". Aí chega aqui anda com a, com a, como é que fala, com a R.. Mas aí eu penso que a culpa não é dela, eu acho que não é ela, entendeu? Só que tipo assim, elas duas sai juntas. Mas se a R. quiser ficar com cinco caras, se a J. por na cabeça que ela não vai ficar ela não fica. Então eu não acredito que ninguém leva ninguém pro mau caminho. A gente vai por opção própria, por que a gente quer né pode ter até influência mas acho que levar a gente não leva não. (E15)

Não não não não. As maioria vão por que quer. (...) Vão por que quer assim por que ninguém a... obrigam elas a ir, ninguém arrastam elas pelo braço. Elas vão por livre e espontânea vontade. Aí às vezes acabam indo num bar se embebedando, ou usando uma droga qualquer e acabam ficando com um e com outro. Mas não por que elas obriga não. É mais por que quer mesmo, por livre e espontânea vontade. (E18)

A necessidade financeira surgiu como explicação secundária para essa decisão e alcançou uma melhor aceitação. Novamente, motivações mais nobres parecem aliviar a insinuação acusatória na medida em que colocam a jovem no lugar de vítima:

Ah, por que eu acho que é a precisão né. Ah, a C. não tem muita roupa, a N. também não tem, a J. não tem... Se um homem chegar perto delas e falar que vai dar cinquenta reais pra poder ficar com uma delas, ixi! Elas ficam. (E7)

Então tipo assim, tem gente que quer sair sim dessa vida, não sai por que não tem um serviço. Aí eu até entendo sabe. Num vou falar, num vou falar que eu passo a mão na cabeça não, mas eu entendo, por que tá fazendo pelo filho. Igual se eu tivesse um filho, meu filho, e eu não tivesse condições de comer pro meu filho, num tivesse um serviço, eu nãoalaria concê que eu não taria fazendo, que eu taria fazendo que é pro meu filho né. Aí dela eu não tiro a razão agora dessas outras, que fazem por sustentar vício, pra, pra, sabe, por à toa que não tá ajudando mãe, que não tá passando fome, que não tá fazendo nada acho que não é a melhor forma, de fazer isso. (E15)

Observa-se também a recorrência com que os programas aparecerem como alternativa econômica possível para as jovens mulheres pobres e sem qualificação profissional. A escolha dos programas ainda é preferida em detrimento de outras, mas as opções são extremamente reduzidas:

Mas eu acho assim, se a pessoa não tiver recurso nenhum nenhum nenhum, fazer o que né... Antes fazer isso do que roubar. Por que também não é certo você roubar de umas pessoas que lutam tanto pra ter o que tem não entendeu? Só que pra mim fazer isso só se for no último ponto mesmo. (Roubar seria pior?) Ah, roubar seria pior por que se você tá roubando você tá pegando alguma coisa que não é sua, entendeu? E você se prostituindo, você tá se prostituindo mas tá pegando uma coisa que é sua, que te pertence entendeu? (E3)

Independente das motivações, as representações do Grupo 2 sobre as jovens que praticam programas sexuais seguiram uma avaliação negativa e inferiorizadora. Algumas comparações revelam esse rebaixamento e a tentativa de diferenciação entre “elas” e “eu”. Demarcam não só o distanciamento entre os dois grupos, mas também o estigma que carregam aquelas envolvidas em práticas sexuais remuneradas:

Elas não podem ver homem não, sô. Essas meninas, parece que elas foi feita pra homem, sabe? A vida dela é homem. (...) Não é todas por que eu não sou fácil não. Não vou falar beijar, mas eu não dou pra qualquer um não. Só por que é bonito, só por que ele é lindo, maravilhoso, tem carro eu vou ficar com ele? Não. Eu não faço isso por que eu acho que isso não é certo entendeu? Só que... Sei não... Elas não vê desse modo né, elas vê diferente? (...) Se você fosse homem você ia gostar que

sua namorada fazia programa? Ficar com outros caras? E as doenças que ela pode ter, entendeu? Que realmente eu já fiquei com muitas pessoas, só que todo ano eu vou no ginecologista. E eu sei de mim que eu não tenho doença nenhuma. (E3)

Ah, eu não tenho nada contra não mas eu prefiro ficar longe. (E6)

Pra elas é normal R. (entrevistadora). Eu conv... você conversa assim com elas assim, elas não tem vergonha de falar que faz programa entendeu? Eu falei com elas, se fosse eu eu morria de vergonha, eu não tinha coragem de falar. Eu podia até, eu falei assim com elas, eu falo com elas assim, se eu fizesse, eu pelo menos escondia que eu teria, que eu taria fazendo, entendeu. Elas não, elas já chegam e falam “Não, eu faço programa mesmo é por isso e por aquilo”, elas não escondem de ninguém. (E15)

As jovens do Grupo 2 parecem se colocar como modelos para aquelas que realizam os programas e, ainda que demonstrem a cumplicidade com essa prática, a diferenciação entre os dois “tipos” de mulher é bem demarcada. Manipulando cuidadosamente sua proximidade com as jovens que realizam programas sexuais, tentam evitar que sejam contaminadas pelo estigma que acompanha esse grupo específico.

A alusão aos sentimentos experimentados por aquelas que realizam os programas sugeriu que a comercialização dos próprios corpos não seria algo natural nem aceitável, embora ao longo do tempo as jovens possam se acostumar e até se tornarem dependentes dessa prática. Propõe-se que uma relação nociva e desconfortável seria estabelecida, onde o pagamento recebido definiria a natureza comercial dessa relação, a simples prestação de um serviço, diferente daquela advinda de um encontro afetivo. Para essas jovens, a lógica mercadológica de compra e venda não deveria ser imposta a uma relação sexual, que exigiria sempre uma relação afetiva anterior:

(...) O mundo tá perdido pra falar a verdade, entendeu? Sei lá... Acho que se eu gosto de você, é tão diferente. Quando você conhece a pessoa muito tempo... Sabe, quando é um namorado seu, você tá acostumada com ele, é tão diferente. Você confia nele. Agora você vai e sai com um homem aí, de repente, se a camisinha

estoura ou... Contato gente! A doença, contato de perna, você vê, só de encostar nas pernas já... Aí! (E2)

É um trem que você, igual eu te falando, você ficar debaixo dum homem, você não sente nada. Você pega o seu dinheiro, acho que a parte pior R. (entrevistadora), é a hora que você pega o dinheiro da mão do cara. (...) Que eu falando pra R. (amiga), pras meninas “Ah eu vou fazer isso”, aí eu pergunto pra elas: “Como é que é?”. Elas: “Não, você deita em cima do cara e...”. eu viro pra elas e falo assim: “E quando o cara vira procê e fala assim fica nessa posição, fica desse jeito”. Aí elas falam que não são todos que pedem, são alguns. Mas aí você tem que obedecer, elas falam né. Aí diz elas, elas também concordam comigo que a hora pior... só que tem umas já, umas que eu acho que assim, tem aquele ar de safada já, sabe. Fala que a melhor hora é a hora que pega o dinheiro. Que aí você já fica com um homem. Eu falei com ela assim: “Ah eu não me imagino transando com um homem por dinheiro”. Elas falou assim: “Pois eu imagino a sandália que eu vou comprar no outro dia”. Então daí você tira uma idéia. É a coisa mais horrorosa, sei lá. É um trem sé pé e sem cabeça, eu não concordo mesmo. (E15)

Concordam que a prática dos programas desvaloriza a condição feminina, prejudica a qualidade de vida e traz seqüelas diversas para a saúde física e psicológica da mulher. O risco de sofrer algum tipo de violência física pareceu estar implícito na representação que essas jovens têm dos programas sexuais, sendo também citado como consequência dessa prática:

Eu acho assim, que depois que você ta num lugar com um cara, que só tá você e ele, não tem recurso pra você ir embora, você é obrigada a fazer de tudo. Acho que esse é meu maior medo, entendeu? Se eu entro num carro com um cara, ele me leva lá pro fim do mundo, se ele fala comigo: “Você vai fazer isso e isso” eu tenho que fazer. E se ele não quiser me dar o dinheiro? Entendeu? Você tem que fazer tudo, e se ameaçar de me matar ou qualquer coisa? Então eu acho assim, isso é muito perigoso também, né. Tem que pensar. (E3)

Por que é, sempre mesmo eu vejo na rua essas meninas que num, que num depois que não quer ficar com eles eles xingam elas, eles batem nelas, aí elas já fica com esses trem na consciência. (E12)

Será que umas meninas dessa num tem medo de morrer na mão dum cara, R. (entrevistadora)? Se vê, vão supor elas entra dentro dum carro desse aqui e ninguém vê, né. Quem vê vai tá pra fora. Vai imaginar? Eles matam essa menina, joga ela num canto, até achar pai e mãe dela, uma menina que não tem identidade não tem nada. Sai sem, sem rumo nenhum. Não tem medo entendeu? (E15)

Ocorrências violentas vividas por aquelas que realizam programas foram descritas por esse grupo, reforçando a idéia de que realizar programas sexuais torna esse grupo vulnerável às (más) intenções dos clientes:

Duas delas saíram com um senhor aí. Aí chegou num lugar onde elas foram, elas não quiseram ficar com ele e ele apontou um revólver pra elas. Ele queria matar elas. (E6)

O homem bateu nas costas dela e sentou um tapa na cara dela. (E7)

Ai foi, tava na pizzeria com a prima dela, aí chegou um querendo sair com ela. Aí ela foi e falou que não ia. Aí ele foi e bateu nela, deu um tapa nela. Aí um primo dela foi que ajudou ela. Separou o homem e chamou a polícia. (E12)

Uma vez o cara pegou ela de moto, levou ela lá pro meio do eucalipto, bateu nela de cinto, deixou ela lá, veio embora. (E13)

Ela já saiu sa... dentro do carro tinha quatro. Ela entrou por que ela quis né. Eles levaram ela pra praia. Chegaram lá, diz que abusaram, abusaram, abusaram dela, e... assim não bateram, comeram ela à força, sabe. Foi o que ela falou, ela falou assim: “Ah eles me comeu à força, fizeram isso, fizeram aquilo, fez eu isso, fez eu fazer coisa que eu não queria e não me deram nada”. (E15)

A discriminação pela realização dos programas parece ser observada de perto pelas jovens entrevistadas, às vezes sentidas até por elas mesmas. O estigma penetra na imagem social não só das mulheres que exercem a prostituição, como também daquelas suspeitas de praticá-la (Merchante e Brage, 2005):

Às vezes você nem faz o povo fala que você faz! Igual eu mesmo, o povo fica conversando na sua bunda aí eu mando tudo cagar. (...) Você passa num lugar, o povo tudo falando de você, dá vontade de xingar né menina? Tem hora que eu nem ligo, enquanto eles tão falando tão lembrando de mim, é bom. Não tô comendo às custas deles, não tô dormindo em cama deles, então... Deixa falar ué. Um dia eles vão encarar a realidade e vai ver que eu não sou o que eles pensam. (E2)

Eu falo com ela (amiga) direto, pára com isso, por que assim sabe eu... converso muito com a M. (amiga) assim, e por eu conversar muito com elas o povo fala que eu que arrumo programa pra ela sabe só que eu não ligo pro que o povo fala de mim. Eu acho que tipo assim, quem tem que ser, quem tem que ver o que que eu to fazendo sou eu mesmo então eu não vou ligar pro que o povo fala por que eles não tão me dando nada. (E15)

Quando elas saem na rua, que as pessoas ficam olhando elas, que as pessoas começam a falar “Ontem eu vi fulano saindo com fulano hoje fulano já tá saindo com cicrano, cicrano amanhã vai tá com beltrano” e quando você quer achar alguém pra você levar a sério ninguém leva você a sério por que eles já sabem da metade do que você já fez eles já sabem. Eles pensam que se você for ficar com ele você não vai levar ele a sério por que você não vai respeitar ele que quando ele sair você vai botar outro dentro de casa. Sempre rola isso. Então acho que elas deviam se valorizar e se respeitar. É a melhor coisa que tem. (E18)

A maior parte das entrevistadas não acreditou na possibilidade de interrupção dessa prática em função da habitualidade já adquirida, do envolvimento já estabelecido com a clientela e com os rendimentos alcançados e até mesmo da própria escolha da jovem em permanecer realizando os programas para se manter financeiramente. A necessidade de uma ajuda externa foi apontada como essencial para aquelas que pretendem “sair dessa vida”:

Tem umas que tentam né. Tem uma tentam parar de fazer isso mas, eu acho assim, que quando a gente começa a fazer alguma coisa, num precisa nem tentar sair por que... tá preso àquilo né, já acostumou fazer aquilo. (E17)

Olha tem algumas que eu converso com elas, que a gente troca um diálogo que falam que sim, querem sair dessa vida. Já outras falam que não, que essa é a melhor maneira de ganhar um dinheiro fácil. Ó, muitas só faltam assim, um pouquinho assim, falta uma ajuda pra elas parar. (E18)

Assim, a projeção do futuro e as perspectivas de vida das jovens que realizam programas sexuais ficam limitadas em função dessa prática. Seqüelas físicas e psicológicas também são previstas e alimentam a imagem dessas jovens como fonte de impurezas e de contágio de doenças. Como observaram Elmore-Meegan, Conroy e Agala (2004) e Guimarães e Hamann (2005), é forte a associação entre promiscuidade e doença, reforçada pela percepção de precariedade no uso de métodos de saúde preventivos:

Daqui a um tempo pra frente, doença, problema no útero, na bexiga, no sangue. E não vai achar ninguém pra dar um centavo pra tratar mais. Pronto. E eu não quero nem ver... (E2)

Agora o futuro da M.(amiga) pra mim é morte. Por que é um... sabe, não tem cabeça. Sai com qualquer pessoa. Não é só dela também não. São meninas que não quer estudar, elas tudo que tão nessa vida não estudam, não estudam. E assim não quer estudar não quer ser ninguém, então eu acho que o que, não vão parar, vai continuar nessa vida. Ou vai tá morta ou vai acabar velha, acabada e sem ninguém. Sem apoio até de pai e mãe mesmo, por que a gente cansa. (E15)

Dentro de uma lógica que valoriza o novo e descarta o velho, a previsão é a de que com o passar do tempo a jovem amargará a solidão e a rejeição social. Esta é a pena para aquelas que permitiram que sua reputação fosse maculada pelo resto da vida:

A beleza não é tudo hoje em dia, um dia você vai ficar velha. Do que vale tudo isso daqui a vinte anos? Nada. Cabou, você vai ficar velha, você vai ficar muxibenta, se você ficar doente os homens que saiu com você enquanto você era nova vão te te desprezar, não vão nem querer saber de você depois que você ficar velha. Se você pegar uma doença deles eles não vão querer saber. Acho que elas deviam parar, pensar, tem muitas novas, bonitas que pode estudar, ter um futuro melhor, eu sei que eu não tive. Tenho certeza que pode ter um futuro melhor. (E18)

Uma pessoa dessa não arruma namorado não, sô! Como que um cara vai namorar com uma mulher desse jeito? Não é nem como, nem como confiar numa pessoa desse jeito. (E3)

Por que, por exemplo, assim, se tiver um rapaz bom querendo namorar com alguma delas vai pensar assim: “Nossa, essa menina já ficou com esse com esse com aquele. E se ela me trazer algum mal? Trazer pra mim alguma doença?”. Então ninguém confia... (E6)

Ah, o futuro delas que eu vejo que quando elas, ficar assim vendendo o corpo aí, quando elas forem procurar alguém certo pra poder casar ou pra ter uma vida melhor, pra elas não vai dar certo não. (Por quê?) Por que aí já vai tá toda acabada né. Fala: “Aqueles lá não, aquelas lá é qualquer mulherzinha lá, qualquer um pega” Aí... É isso que eu vejo. (E7)

Assim, mesmo que essas jovens abram mão de levar a “vida fácil” que escolheram e recorram a atividades socialmente aceitáveis, o estigma as acompanhará eternamente, impedindo que sejam reconhecidas com dignidade e merecedoras de respeito. Através desse processo de naturalização do estigma, as

mais intransponíveis relações de desigualdades sociais se colocam frente a esses sujeitos (Guimarães e Hamann, 2005):

Por que é ruim, por que se algum dia elas quiserem arrumar um, um, um trabalho assim que, que presta. As pessoas vai olha pra ela e falar: “ah eu não posso ter confiança de botar você na minha casa que você é uma prostituta”. Então é futuro ruim, é assim uma coisa que não tem futuro, não tem cabimento. Aí você quando você for procurar você vai ter que falar assim: “poxa eu vou ser prostituta, eu não posso ficar aqui eles não me respeita eu vou continuar com a minha vida que é pra mim sustentar”. Que eu fumo, eu bebo, eu como, eu durmo, eu tomo um banho. Então geralmente acontece isso. (E18)

3.11 Síntese do Grupo 2

Sintetizando os principais aspectos observados no Grupo 2, observa-se que o cotidiano dessas jovens se organiza em torno de atividades mais estruturadas em relação ao Grupo 1, tais como o trabalho, a ida à escola e as tarefas domésticas. A permanência das jovens nas ruas da cidade também é característica desse grupo, embora assumam outros significados.

O contato desse grupo com jovens que realizam programas sexuais permite a ele observar e muitas vezes colaborar com tais ocorrências, inclusive se favorecendo de seus rendimentos. As similaridades entre os relatos de ambos os grupos sobre os programas sexuais demonstram uma notável proximidade das jovens do Grupo 2 com essa realidade.

Tal aproximação também acontece pelos chamados *convites sexuais*, através dos quais as jovens são abordadas por homens interessados em realizar programas sexuais com elas. A reação das jovens perante tais propostas evidenciam os elementos que fundamentam a rejeição social à qual tal prática está submetida, tais como a banalização das motivações, a suposição de imoralidade inerente à pessoa

que aceita realizar um programa sexual, a conseqüente depreciação física e moral do sujeito, o risco de contágio, entre outros.

Reforçando a depreciação social que marca a prática dos programas, as jovens tendem a definir seu distanciamento do grupo marcado pelo estigma da imoralidade e se portam como modelos para o mesmo. Prevêem limitações diversas às jovens que se deixaram levar por uma “vida fácil”, não reconhecendo sua capacidade de alcançar o respeito e a aceitação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na etapa final desse trabalho, os esforços para se chegar a determinadas conclusões parecem ainda precipitados. Para o momento, deseja-se apenas confrontar questões surgidas ao longo de toda a argumentação teórica e delimitação da pesquisa com os dados obtidos e revelados pela análise de conteúdo empreendida. Retomando os objetivos definidos para o presente trabalho, observa-se que alguns pontos se destacam no confronto entre os dados obtidos nos dois grupos de jovens, embora a finalidade da pesquisa não tenha sido essencialmente essa.

A princípio, emergem as semelhanças entre os grupos em relação à organização do cotidiano, revelando que as jovens, excluídas do sistema educacional e do mercado de trabalho, estabelecem um intenso contato com a rua, fazendo dela um espaço significativo de convivência e socialização. Entre os grupos, esse espaço assume significados distintos: ora como sinônimo de liberdade e aventura, ora como perigoso e danoso à imagem social das jovens que nele permanecem. Esses significados atuam, em certa medida, no processo que implica na permanência ou afastamento das jovens nas ruas da cidade (Rizzini, 2003).

Destacados dentre as atividades cotidianas do Grupo 1, os programas sexuais acontecem com uma considerável frequência (entre uma a cinco vezes por semana), sem que haja uma obrigatoriedade ou a fixação de uma quantia mínima de programas ou de rendimento financeiro a ser alcançado através dessa prática. Os ganhos são empregados em necessidades imediatas, atendendo a desejos de consumo típicos da juventude. Essas características fundamentam aquilo que se caracterizou como uma prática eventual e não coercitiva, onde uma margem

considerável de escolha e liberdade pode ser observada (Moraes, 1998).

Os Grupos 1 e 2 também se assemelham nos aspectos relativos à família, onde a presença da figura paterna na vida das jovens espelha a reconhecida desigualdade de responsabilidades entre os gêneros em relação à prole (Giffin, 1991). Desde a infância, a presença permanente da mãe garante a demarcação das expectativas e condutas impostas à socialização feminina. Nesse processo, os conflitos se acirram à medida que a jovem adquire autonomia para contrariar determinados padrões, incluindo os relacionados à castidade feminina, ao controle do desejo sexual e à reprodução de um padrão familiar através do casamento.

No caso do Grupo 1, a divulgação das práticas dos programas no contexto familiar, mesmo significando um corte em relação a esses padrões e expectativas familiares, foi aceita com resignação e cumplicidade. Em alguns momentos, a jovem beneficia sua família com os ganhos advindos dessas atividades.

No campo da convivência social, as jovens que realizam programas sexuais geralmente circunscrevem um círculo de amizade formado por outras jovens também dedicadas a essa prática, com o qual compartilham experiências, aventuras e o próprio estigma conexo. O grupo de iguais se torna um lugar mais seguro e confiável, onde é possível compartilhar os ajustamentos necessários para o enfrentamento da condição estigmatizadora (Goffman, 1988). Assim como o *outro* se constitui um espelho através do qual a imagem social depreciada é refletida, ele também pode se apresentar como elemento de suporte social. Nesse sentido, as tentativas de se recrutar novas integrantes também aparecem como estratégia para amenizar o sentimento de diferenciação da própria jovem em relação às outras. O estabelecimento de relacionamentos afetivos fixos também aparece comprometido

em função da prática dos programas, que acaba associando essas jovens a papéis vinculados à diversidade de parceiros e aos relacionamentos descartáveis.

A prática dos programas sexuais assume para ambos os grupos um sentido de transgressão, assegurado pela norma social que define que a relação sexual deva ser desinteressada e vir acompanhada de afetividade entre os parceiros, reprovando a associação entre sexo e dinheiro. Nesse ponto, os grupos se distinguem pela forma com que manipulam tais informações.

Percebendo o estigma social que se cultiva em torno da prostituição, as jovens que realizam programas sexuais experimentam reações desagradáveis de culpa, vergonha e desonra, compensadas pelos ganhos e vivências positivas possibilitados. Cientes dos atributos negativos aos quais estão associadas, elas manipulam sua própria imagem social e vivem a constante ambivalência de pertencerem a um grupo marcado pelo estigma social.

As jovens que negam a realização dos programas demonstram uma notável proximidade com tais práticas, através inclusive dos chamados *convites sexuais*. A reação das jovens perante tais propostas traduz a depreciação social à qual esta prática está submetida, fundamentada por argumentos que banalizam as motivações, afirmam a imoralidade inerente à pessoa que aceita realizar um programa sexual e antecipam prejuízos físicos e morais para as jovens dedicadas aos mesmos. Tais elementos surgem como representativos da imagem social atribuída a essas jovens e se configuram como mecanismos de rejeição do rótulo de prostituta, como observou Gomes (1996).

Diante dos objetivos definidos para o presente trabalho, concluir sobre os fatores que exerceram maior influência ou facilitaram o envolvimento das jovens em práticas sexuais remuneradas parece ser o mais complexo. Observou-se que o *fazer*

programas aparece para essas jovens como uma possibilidade (e não como consequência), a partir do ingresso e da convivência em contextos onde experimentam gradativamente seu afastamento do lar e sua independência do núcleo familiar.

A realização dos programas sexuais instituiu um campo de socialização em potencial, pronto a atender as particularidades típicas da juventude principalmente em termos do desenvolvimento da identidade social, dos processos de identificação grupal e de pertencimento, de emancipação, do exercício da sexualidade e de experiências originais, estimulantes e limítrofes. Para Molina e Kodato (2005), a prostituição também se apresenta como um território possível para a inclusão social de jovens que vivenciaram processos de exclusão contínuos nos diversos espaços sociais pelos quais transitaram (escola, família, trabalho, entre outros). Silva et alii (1997) demonstram ainda como a experiência de aventura, liberdade e a possibilidade de rendimentos seduzem aquelas que vivem a mesmice de um cotidiano com poucas perspectivas.

Foi na transgressão de determinados limites sociais que as jovens puderam experimentar papéis mais atuantes e vívidos que aqueles socialmente profetizados, superando o destino traçado pela lógica social perversa e excludente que reserva a essa jovem mulher oriunda de classes populares condições de vida submissas e extremamente limitadas. Na medida em que a ordem do prazer e da liberdade se instaura como tão significativa para essa faixa etária, as transgressões tornam-se respostas ao controle e às limitações impostas.

Na medida em que essa jovem se afasta do domínio familiar e das rígidas regras de socialização às quais ela seria submetida, permite-se a reinvenção de papéis até então não permitidos. De acordo com Moraes (1998), tais vivências

possibilitariam a observação e a experimentação de uma outra forma de representação do feminino, aquela que é ao mesmo tempo condenada e tolerada, e que por isso mesmo desperta tanto interesse e curiosidade.

Opondo-se ao “dar de graça”, as jovens comunicam o exercício de uma sexualidade menos fixado em ideais de amor romântico e afetividade, assumindo a conveniência da relação sexual como meio para se alcançar fins particulares. Entretanto, isso não é impeditivo para que essas jovens também se submetam aos papéis femininos tradicionais, valorizando a virgindade, o casamento, a constituição de uma família, o sexo com amor, a maternidade, entre outros aspectos. Mesmo vivenciando experiências sexuais tidas como “inadequadas”, as jovens reproduzem os valores que tipificam a condição social feminina, obedecendo a uma certa lógica de vida comum a outros grupos sociais (Moraes, 1998).

Além disso, as jovens demonstram exercer uma importante parcela de controle no exercício dos programas, desempenhando sua capacidade de negociação e barganha. Desvinculando-se da imagem sexual da passividade feminina, é a jovem quem define, a partir de critérios próprios, se o programa acontecerá, quanto será cobrado, entre outros aspectos.

Observando como as jovens que realizam programas sexuais em boates no interior do Pará administram estratégias de resistência e subversão ao poder que lhes confronta (principalmente do dono da boate), Silva et alii (1997) ressaltam a necessidade de se questionar o eterno lugar de vítima no qual essas jovens são colocadas. Ainda que ocupem uma condição social desfavorável em relação a seu cliente na maior parte das vezes, em função da diferença etária, entre gêneros, do poder aquisitivo, de força física e maturidade sexual, entre outros aspectos, as jovens manipulam condições e estabelecem estratégias a seu favor.

Assim, ao invés de configurar a perda de autonomia e de direito da jovem sobre seu próprio corpo, como afirmam alguns autores (Gomes, 1996; Botelho, 2003; Libório, 2005; Hernández-Truyol e Larson, 2006), a prostituição surgiria como um resgate dessa autonomia e desse direito, onde caberia à jovem decidir sobre como dispor de sua sexualidade em seu favor. Molina e Kodato (2005) reforçam a relevância desse dado dentro das questões sobre a exploração sexual e formas de intervenção, na medida em que através dessa escolha pessoal a jovem consegue modificar seu lugar social e se impor diante da representação que reveste a prostituição.

Os fatores que surgem como motivação para a realização dos programas resumem dois desejos: o de liberdade e o de consumo. A possibilidade de obtenção de recursos financeiros foi o motivo predominante entre as explicações do Grupo 1, não sendo empregados necessariamente como fonte de renda familiar. Observou-se que a justificativa econômica referia-se a necessidades de consumo das próprias jovens, onde os ganhos obtidos eram destinados a proporcionar a satisfação de desejos e o simples prazer de consumir.

Compartilhando da lógica capitalista na qual o consumo é elemento de inclusão, essas jovens se permitem vivenciar sentimentos únicos, que provavelmente não seriam proporcionados por suas condições de origem. Para Molina (2003), as jovens “fazem da autonomia sobre seu corpo uma estratégia e vivência existencial, diante de um mundo representando a partir das possibilidades materiais” (p. 98). Essa mesma lógica cria necessidades e urgências recorrentes, que imperativamente levam as jovens a privilegiar e manter os programas como fonte de renda.

Porém, ao ingressar nesse novo contexto, severamente marcado pela imoralidade e marginalização social, a jovem carece de algo mais que apenas motivações pessoais. O intermédio de outras pessoas parece garantir a viabilidade dessa opção, principalmente quando se trata de jovens já experientes na realização dos programas. Essas jovens “mediadoras” portam modelos de liberdade e realçam as possibilidades de ganho e de aventura. Ao mesmo tempo, os freqüentes convites e propostas para a realização dos programas, observados nos Grupos 1 e 2, os colocam como uma realidade concreta e muito próxima para a jovem iniciante.

Diante desses aspectos, a discussão sobre a possibilidade de escolha na realização dos programas sexuais é retomada. Para Simon (1999), certas condições tornariam as jovens mais vulneráveis a sua entrada na prostituição, não sendo prudente admitir essa possibilidade de escolha. Entretanto, no presente estudo, observou-se que as motivações e fatores influenciadores presentes nos relatos apresentados são apenas uma parte de todo um complexo conjunto de condições estruturais, sociais, econômicas e culturais que se combinam e interagem de formas e intensidades diversas.

A esse conjunto, integra-se ainda a dimensão subjetiva de cada jovem, que definirá como cada uma delas irá capturar e responder a esses fatores, determinando sua decisão. Como afirma Nunes (2004), por mais que todos os fatores que envolvem a vida dessas jovens dêem uma consistência ou justificativa à questão, a dimensão subjetiva está implicada nessa escolha e não pode ser negligenciada. Tomando como exemplo os relatos do Grupo 2 sobre os convites sexuais, é possível verificar que cabe à própria jovem aceitar ou rejeitar essas propostas, baseadas em aspectos objetivos e subjetivos. Assim parece impossível não admitir uma margem mínima de escolha, mesmo que diante das evidências, as

opções apareçam estruturalmente limitadas.

Por outro lado, o *fazer programas* não institui um novo e exclusivo mundo. Ele apenas abre espaços para novas possibilidades e se integra ao que já está posto como norma social. Os padrões de conduta tradicionais que impõem a virgindade, a maternidade, o casamento e a domesticação da mulher como valores sociais incidem sobre o contexto dos programas e subjugam à imoralidade e à marginalidade aquelas que se arriscam em comportamentos contestadores. Para Moraes (1998), o sistema acusatório que enuncia a condição de desvio do papel sexual da jovem é o que define a simbologia da prostituição. Em consequência disso, a conformação a uma *identidade deteriorada* (Goffman, 1988) sela outro destino, que conduz a jovem à estigmatização e ao sentimento de menos valia, mantendo-se em espaços restritos e limitando sua atuação a fim de fugir da rotulação social que a persegue.

Durante a coleta de dados, foi possível à própria pesquisadora experimentar, ainda que de maneira superficial, os olhares acusatórios e discriminatórios que incidem sobre esse grupo. Ao realizar a caracterização de uma zona de prostituição na Baixa-Lisboeta, Santos (2007) também observa como a pesquisadora se arrisca a situações constrangedoras pelo simples fato de estar presente em um local onde a prostituição feminina acontece. Ao penetrar nos locais destinados aos que são vistos como marginais e desviantes, confronta-se a pretensa harmonia social mantida pela diferenciação dos espaços e grupos diversos.

Assim, no processo de pesquisa, a aproximação e a convivência com as jovens entrevistadas suscitou questionamentos externos e o estranhamento da comunidade em geral ao observar a pesquisadora freqüentando locais “inadequados” e buscando conhecer mais sobre essas jovens e seus hábitos

“escusos”. Mesmo reconhecendo o intuito da pesquisa, tal aproximação causou constrangimentos e dúvidas a muitas pessoas.

Ao assumir uma condição de desvio do papel sexual da mulher dentro do padrão de dupla moralidade, há que se suportar o peso e a responsabilidade pela escolha imoral, que determina a inclusão da jovem em um grupo marcado pelo estigma social. Tendo em vista esse aspecto, realça-se a opção pelos programas como uma escolha corajosa, sugerindo-se um outro olhar sobre a prostituição juvenil. Nele, os prejuízos e a positividade concorrem entre si, marcando a essencial ambigüidade que caracteriza a prática da prostituição.

Para Juliano (2002, apud Merchante e Brage, 2005), reforçar aspectos como a autonomia, os conhecimentos sobre a vida adquiridos e, sobretudo, a independência econômica propiciada pela prática da prostituição são estratégias de enfrentamento da estigmatização muito mais eficientes que aquelas que se apóiam no cumprimento da conduta feminina tradicional, tais como a maternidade e o relacionamento afetivo fixo, e na afirmação do modelo patriarcal que coloca as mulheres em uma desvantajosa posição.

No contexto desse trabalho, observou-se que, além dos programas sexuais não fazerem parte das perspectivas de futuro das jovens, eles são colocados em oposição aos valores tradicionais de família e trabalho, na busca por uma determinada “recuperação moral”. Torna-se necessário refletir em que medida esse tipo de ajustamento responde às controvérsias do *fazer programas* e reforça a condição marginal dessa jovem.

Perseguindo o objetivo de investigar como um grupo de jovens mulheres vivenciam a prática de programas sexuais, destaca-se que o laborioso exame sobre terminologias e definições não foi em vão, na medida em que através deste foi

possível perceber as visões que sustentam e definem determinadas representações sobre o fenômeno da prostituição infanto-juvenil. Como observa Moraes (1998), esse tipo de análise indica a recriação de um novo grupo social, ressignificando a adolescência feminina pobre e identificando-a como “presa fácil” para a prostituição.

Entretanto, diante da natureza particular e diversa do fenômeno observado, práticas e personagens surgiram como incógnitas, incompatíveis com as designações observadas. Revendo as experiências relatadas por ambos os grupos, o que se pode concluir é que tais jovens podem (e devem) ser identificadas com outras características que não apenas a da prática de programas sexuais. A começar pelas jovens do Grupo 1, sejam elas prostitutas, prostituídas, vítimas, “safadas” ou simplesmente aquelas que escolheram “dar por dinheiro” ao invés de “dar de graça”, acredita-se que qualquer denominação não resume nem identifica a diversidade de experiências observadas.

O uso dessas categorias não dá conta da contradição que encerra a vida de algumas jovens envolvidas com a prostituição (Moraes, 1998) e incita inclusive um questionamento sobre a própria adequação do termo “prostituição”, diante do observado. Na conclusão desse trabalho, tendo em vista que as próprias jovens não reconheceram o *fazer programas* como sinônimo de prostituição, insistiu-se na manutenção desse termo apenas como uma referência conceitual que resume determinada simbologia envolvendo trocas e serviços sexuais diversos.

Ademais, a não conformidade desse trabalho à natureza vitimizadora da prostituição não significou a negação de condições socioeconômicas, racistas, adultocêntricas e de gênero, entre outras, que determinam a submissão de crianças, adolescentes e mulheres envolvidas com a prostituição. Entretanto, o objetivo maior

era o de perceber a prostituição juvenil em sua diversidade e reavivar o caráter de liberdade e de autonomia do grupo em foco através de suas experiências.

Resguardando-se de qualquer indício de apologia da prostituição, intentou-se revelar possibilidades de vida sem carregar nos tons denunciatórios e negativistas, permitindo-se olhar para experiências e enxergar também sua leveza, seus encantos e principalmente o exercício de uma sexualidade por muito negada. Destaca-se que em momento algum se pretendeu relacionar a prostituição ao exercício livre e desregrado da sexualidade, mas apresentá-la em suas ambivalências e multiplicidades, onde o prazer e desprazer, o certo e errado convivem cotidianamente. Concordando com Silva et alii (1997), afirma-se que antes de defender a prostituição como exercício da sexualidade genuína, o estudo tenta se localizar no campo das ambivalências, superando dicotomias e buscando um olhar mais abrangente sobre o fenômeno.

Acredita-se que as jovens reconhecem os aspectos positivos do *fazer programas*, tais como a autonomia pessoal e a independência financeira, o entretenimento, a aventura e a convivência em grupo, não apenas como elementos que amenizam sua condição marginal (Simon, 1999), mas principalmente como experiências concretas e possíveis de serem vividas nesse contexto.

A conclusão desse trabalho sugere outras tantas investigações. Dentre alguns aspectos levantados ao longo da discussão, destacam-se os que poderiam merecer maior aprofundamento. A observação do contexto social que aproxima as jovens do universo da prostituição aponta a necessidade de se refletir ainda mais sobre as influências dos processos primários de socialização, incluindo as representações sobre sexualidade e moralidade instituídas pelo núcleo familiar e grupos sociais mais imediatos.

Caberia ainda, aos estudos posteriores, incluir a figura do “cliente” como objeto principal de investigação. Observa-se que, na maior parte das pesquisas, incluindo o presente trabalho, esse sujeito é destacado em seu papel coadjuvante na dinâmica da prostituição, quando na verdade divide com a mulher o lugar principal nessa relação negociada.

Refletindo sobre os fatores que exerceram influência ou facilitaram o envolvimento das jovens nos programas sexuais relacionados nessa investigação, observa-se que, diante de sua complexidade, esse tema também deve ser alvo de novas investigações. Outro viés de pesquisa possível seria a tentativa de se equacionar mais sistematicamente o que as jovens buscam ao realizar os programas e o que na verdade encontram, refletindo-se sobre o nível de satisfação alcançado e o potencial que a prática dos programas possui em atender as necessidades dessas jovens.

Ao finalizar esse trabalho, permanece uma única certeza: que essas jovens não podem ser ignoradas. Elas são uma parte importante da vida da cidade, marcam presença nas ruas, bares e diversos espaços públicos disponíveis. Traduzem um tipo de liberdade condenada e ao mesmo tempo desejada, pagando um alto preço por isso.

Diante dessa realidade, há que se buscar soluções positivas para essas jovens, que afirmem sua independência e autonomia, valorizem experiências, aceitem perspectivas de vida assumidas e as defendam em seus direitos essenciais, transpondo uma lógica perversa e excludente cristalizada em práticas preconceituosas e homogeneizantes. Se respaldadas na lógica dos direitos humanos, as práticas sociais voltadas para esses grupos não necessitarão se

ocupar tanto com definições e categorizações, mas apenas com a concretização máxima desses direitos.

5. REFERÊNCIAS

- Agustín, L. M. (2005). The Cultural Study of Commercial Sex. *Sexualities*, 8 (5), 681-694.
- Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, A. S. et al. (1999). A construção de uma metodologia observacional para o estudo de crianças em situação de rua: criando um manual de codificação de atividades cotidianas. *Estudos de Psicologia*, 4 (2). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16/07/2007.
- Andrade, L. F. (2004). *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo: Educ.
- Anjos, J. C. G. (2005). Sexualidade juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres. *Revista Estudos Feministas*, 13 (1), 163-177.
- Atlas de Desenvolvimento Humano (2000). *Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil*. PNUD/IPEA/FJP. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em 24/05/2007.
- Ávila, H. D. D. (2003) *Entre a aridez e o esquecimento: meninas vítimas de exploração sexual em Tobias Barreto*. Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo* (Tradução de L. A. Reto & A. Pinheiro) Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Barros, L. A. (2005a). Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Jus Navigandi*, 9 (827). Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7356>>. Acesso em 24/06/2007.
- Barros, N. V. (2005b). *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Bassiouni, C. M. (2002). *Tráfico de Mulheres e Crianças para fins de Exploração Sexual*. Texto apresentado ao Colóquio Internacional do Rio de Janeiro – Tráfico de mulheres e crianças, promovido pelo Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP), Rio de Janeiro.
- Botelho, S. M. N. (2003). *Prostituição de adolescentes: uma imagem construída na adversidade da sociedade*. Dissertação de mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP.
- Bourdieu, P. (1998). *A miséria humana*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

Brannigan, A. & Brunschot, E. G. V. (1997). Youthful Prostitution and Child Sexual Trauma. *International Journal of Law and Psychiatry*, 20 (3), 337-354.

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº. 8.069, de 13/07/1990. São Paulo: Cortez.

Brown, K. (2006). Participation and Young People Involved in Prostitution. *Child Abuse Review*, 15, 294–312.

Bruschini, C. (1997). Teoria crítica da família. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento* (pp. 49-79). São Paulo: Cortez.

Calazans, G. J. (2000). *O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência: uma produção ideológica?* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Campos, J. O. & Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Cecria.

Careli, S. S. Mulheres no Brasil Meridional - prostituição em fins do século XIX: transgressão ou delito? *Ciências e Letras*, 37, 155-177.

Carvalho, S. B. (2000). *As Virtudes do Pecado: Narrativas de Mulheres a “Fazer a Vida” no Centro da Cidade*. Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro - RJ.

DeSouza, E., Baldiwn, J. R. & Rosa, F. H. (2000). A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13 (3). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16/07/2007.

Dimeinstein, G. (1992). *Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática.

ECPAT International (2000). *Looking Back, Thinking Forward: the fourth report on the implementation of the agenda for action adopted at the world congress against commercial sexual exploitation of children*. Tailândia: ECPAT International. Disponível em: <http://www.ecpat.net/eng/Ecpat_inter/Publication/Other/English/Pdf_page/csec_4th_a4a_2000.pdf>. Acesso em 22/02/2006.

ECPAT International (2001). *Five Years after Stockholm: the fifth report on the implementation of the agenda for action*. ECPAT International: Tailândia. Disponível em: <http://www.ecpat.net/eng/Ecpat_inter/Publication/Other/English/Pdf_page/ecpat_5th_a4a_2001_full.pdf>. Acesso em 22/02/2006.

Elmore-Meegan, M., Conroy, R. M. & Agala, C. B. (2004). Sex Workers in Kenya, numbers of clients and associated risks: an exploratory survey. *Reproductive Health Matters*, 12 (23), 50:57.

- Fábregas-Martinês, A. I. & Benedetti, M. R. (2000). *Na batalha: Sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição*. Porto Alegre: Da Casa.
- Flick, U. (2004). *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2. ed. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman.
- Foucault, M (1999). *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Morais, Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Gaspar, M. D. (1985). *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Giffin, K. (1994). Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (1), 146-155.
- Goddard, C.; De Bortoli, L.; Saunders, B. J. & Tucci, J. (2005). The Rapist's Camouflage: Child Prostitution. *Child Abuse Review*, 14, 275–291. Disponível em <<http://www.interscience.wiley.com>>.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gomes, R. (1994). Prostituição infantil: uma questão de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (1), 58-66. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 22/12/2005.
- Gomes, R. (1996). *O Corpo na Rua e o Corpo da Rua: a Prostituição Feminina em Questão*. São Paulo: Unimarco.
- Gomes, R., Minayo, M. C. S. & Fontoura, H. A. (1999). A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. *Revista de Saúde Pública*, 33 (2), 171-179. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 22/12/2005.
- Grupo Davida (2005). Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. *Cadernos Pagu*, 25, 153-184.
- Guimarães, K. & Merchán-Hamann, E. (2005). Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas*, 13(3), 525-544.
- Hernández-Truyol, B. E. & Larson, J. E. (2006). Sexual labor and Human Rights. *Columbia Human Rights Law Review*, 37, 391-445.
- IBGE (2007). Contagem da População 2007: Resultados Preliminares. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 17/07/2007.
- Juliano, D. (2005). El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. *Cadernos Pagu* (25), 79-106.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais.

Psicologia: Reflexão e Crítica, 15 (1), 165-178. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 14/11/2005.

Leal, M. L. P. (1999). *A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe* (Relatório Final – 2. ed.). Brasília: Cecria/ IIN/Ministério da Justiça/UNICEF/CESE.

Libório, R. M. C. & Castro, B. M. (2004). A opção pela prostituição: uma escolha voluntária? *Ciências Sociais Unisinos*, 40 (165), 189-218.

Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (3), 413-420. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 20/04/2007.

Lorenzi, M. (1987). *Prostituição Infantil no Brasil e Outras Infâmias*. Porto Alegre: Tchê.

Lung, F.-W., Lin, T.-J., Lu, Y.-C. & Shu, B.-C. (2003). Personal characteristics of adolescent prostitutes and rearing attitudes of their parents: a structural equation model. *Psychiatry Research*, 125 (2004); 285–291.

Luppi, C. A. (1987). *Malditos Frutos do Nosso Ventre*. São Paulo: Ícone.

Machado, M. N. M.; Agero, M.; Monteiro, J. P.; Rocha, G.; Donato, C. R. & Queiroz, C. P. (2006). A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Médio Vale do Jequitinhonha. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1 (1).

Merchante, C. V. & Brage, L. B. (2005). Mujeres Inmigrantes Prostitutas: la configuración de un autoconcepto. *Aposta: revista de ciencias sociales*, 18. Disponível em: <<http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/vecina2.pdf>>

Minayo, M. C. S. (1998). *O Desafio do Conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco.

Molina, A. M. R. (2003). *“É indecente, é maravilhoso...”*: trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo as participantes. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP.

Molina, A. M. R & Kodato, S. (2005). Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes. *Temas em Psicologia da SBP*, 13 (1), 09-17.

Moraes, A. F. (1998). Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. Em C. Bruschini & H. B. Hollanda. *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil* (pp. 15-50). São Paulo: Rocco.

Nunes, E. L. G. (2004). *Adolescentes que vivem na rua: um estudo sobre a vulnerabilidade ao HIV/aids, relacionada à droga, à prostituição e à violência*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo – SP.

Oliveira, E., Ens, R. T., Andrade, D. B. S. F. & Mussis, C. R. (2003). Análise de Conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, 4 (9), 11-27.

Pedersen, W. & Hegna, K. (2003). Children and adolescents who sell sex: a community study. *Social Science & Medicine*, 56 (2003); 135-147.

Pereira, C., Torres, A. R. R. & Pereira, A. S. (2004). Preconceito contra prostitutas e Representações Sociais da prostituição em estudantes de teologia católicos e evangélicos. Em M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 209-234). Salvador: EDUFBA.

Raymond, J. G. (2002). The new UN Trafficking Protocol. *Women's Studies International Forum*, 25 (5), 491 – 502.

Rizzini, I. (2003). *Vida nas Ruas: trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.

Rodrigues, A. P. P. (2004). *“Fazendo ponto”: trajetórias de adolescentes em situação de exploração sexual em Lages – SC*. Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

Saffioti, H. (1989). Exploração sexual de crianças. Em Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (Orgs.) *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder: violência física e sexual contra crianças e adolescentes* (pp. 49-95). São Paulo: Iglu.

Santos, J. C. (2007). Pelas ruas da cidade: a prostituição na Baixa-Lisboeta. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES)*, Working Paper n. 21.

Schreiner, L.; Paim, L. L.; Ramos, F. et. alii (2004). Prevalência de sintomas depressivos em uma amostra de prostitutas de Porto Alegre. *Revista de Psiquiatria*, 26 (1), 13-20.

Silva, A. P. L., Dias, L. C. C., Hazeu, M. T. & Nascimento, M. A. C (1997). *Prostituição e adolescência: prostituição juvenil no interior do Pará “Trombetas e os garimpos do Vale do Tapajós”*. Belém: Cejup.

Simon, C. P. (1999). *Prostituição Juvenil Feminina: uma abordagem compreensiva*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP.

Simon, C. P., Silva, R. C. & Paiva, V. (2002). Prostituição juvenil feminina e a prevenção da Aids em Ribeirão Preto. *Revista de Saúde Pública*, 36 (4), 82-87.

Sousa, S. M. G. (2001). *Prostituição Infantil e Juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Sousa, S. M. G. (2002). Pesquisas e estudos brasileiros sobre prostituição infantil e juvenil. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 8 (11), 11-31. Disponível em:

<http://ws1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154001.pdf>. Acesso em 14/11/2005.

Spink, M. J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Teixeira, L. C. (2003). Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. Em S. Ozella (Org.), *Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica* (pp. 105-136). São Paulo: Cortez.

Torres, G. V.; Davim R. M. B. & Costa, T. N. A. (1999). Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. *Revista latino-americana de enfermagem*, 7 (3), 9-15.

Traverso-Yeppez, M. A., Pinheiro, V. S. (2005). Socialização de gênero e adolescência. *Revista Estudos Feministas*, 13 (1). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15/07/2007.

Triviños, A. N. S. (1992). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas. (Trabalho original publicado em 1928).

Vaz, M. (1994). *Meninas de Salvador: pesquisa sobre a população infanto-juvenil prostituída*. Salvador: Cedeca.

Warr, D. J. & Pyett, P. M. (1999). Difficult relations: sex work, love and intimacy. *Sociology of Health & Illness*. 21 (3), 290-309.

Weitzer, R. (2005). New directions in research on prostitution. *Crime, Law & Social Change*. 43, 211–235.

Weitzer, R. (2006). Moral crusade against prostitution. *Society, Human Rights Review*, 6.

Yannoulas, S. C. (2002). *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA.

6. APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento para realização de projeto de pesquisa

Concordo com a realização da coleta de dados com crianças e adolescentes no município X¹⁸ para o projeto de pesquisa abaixo discriminado, nos seguintes termos:

| |
|---|
| <p>Projeto: O cotidiano de meninas em situação de exploração sexual.</p> <p>Responsável: Rafaela Assis de Souza</p> <p>Orientador: Professor Dr. Lídio de Souza</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-graduação em Psicologia</p> |
| <p>Justificativa e objetivo da pesquisa: Conhecer o cotidiano e os fatores que influenciaram a adoção de práticas sexuais remuneradas por meninas e mulheres jovens, através do relato de suas experiências.</p> |
| <p>Procedimentos a que os participantes serão submetidos: Serão realizadas entrevistas individuais com meninas que realizam ou já realizaram programas sexuais. As entrevistas acontecerão em local combinado entre entrevistada e pesquisadora e, com o consentimento prévio da participante, serão gravadas para facilitar a análise de conteúdo. A identidade da entrevistada será mantida em sigilo.</p> |
| <p>Benefícios esperados: Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados. O levantamento de dados qualitativos acerca das experiências de jovens mulheres em práticas sexuais remuneradas possibilitará a atualização de informações sobre a realidade próxima e material teórico relevante para discussões acadêmicas sobre temas afins à prostituição infanto-juvenil e à vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e jovens no Brasil. Os dados obtidos poderão também favorecer a proposição de programas públicos de atenção fundados nas reais expectativas e necessidades desta população.</p> |
| <p>Identificação da autoridade signatária:</p> <p>Nome: _____</p> <p>Instituição representada: _____</p> <p>RG: _____ Órgão emissor: _____</p> |

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias:

Autoridade signatária

Rafaela Assis de Souza

Município X, ____ de _____ de 2006.

¹⁸ O nome do município foi suprimido para garantir maior confidencialidade às informações.

APÊNDICE B - Termo de consentimento para participação em projeto de pesquisa

Concordo em participar do projeto discriminado, nos seguintes termos:

| |
|---|
| Projeto: O cotidiano e as experiências de meninas e mulheres jovens Responsável: Rafaela Assis de Souza Orientador: Professor Dr. Lídio de Souza Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-graduação em Psicologia |
| Justificativa e objetivo da pesquisa: Conhecer o cotidiano de meninas e mulheres jovens no Brasil, através do relato de suas experiências. |
| Procedimentos a que os participantes serão submetidos: Serão realizadas entrevistas individuais com meninas e mulheres jovens. As entrevistas acontecerão em local combinado entre entrevistada e pesquisadora e, com o consentimento prévio da participante, serão gravadas para facilitar a análise de conteúdo. A identidade da entrevistada será mantida em sigilo. |
| Benefícios esperados: O levantamento de dados acerca das experiências de jovens mulheres possibilitará a atualização de informações sobre a situação de crianças, adolescentes e jovens no Brasil e favorecer a proposição de programas públicos de atenção fundados nas reais expectativas e necessidades desta população. |

| |
|---|
| Identificação da participante: Nome: _____ RG: _____ Órgão emissor: _____ |
|---|

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias:

Participante

Rafaela Assis de Souza

Município X, ____ de _____ de 2006.

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturado

1. Identificação

- Idade
- Local de origem
- Tempo de residência na cidade
- Grau de instrução
- Frequência escolar e motivo da evasão (se for o caso)
- Raça/cor
- Estado civil
- Pessoas com quem reside
- Situação ocupacional atual e carga horária
- Renda individual
- Atividades ocupacionais já exercidas
- Religião

2. Infância

- Onde morava.
- Com quem morava (na falta de pai, mãe ou ambos, saber por que e a partir de quando).
- Quantos eram os irmãos (sexo e idade de cada um).
- Atividade religiosa exercida pela família.
- Quem sustentava a casa e a partir de qual (quais) atividade (s).
- Se freqüentava a escola, como era sua situação, até que ponto chegou, quando e porque parou.
- Se não freqüentava a escola, verificar se chegou a freqüentar, até quando e porque parou.
- Se trabalhava, em que e o que fazia com o dinheiro.
- Como era a convivência familiar (ou convivência na casa em que morava).
- Se tinha amigos e quem eram eles.
- O que gostava de fazer nessa época.

3. Primeiras experiências sexuais:

- Como foram as primeiras experiências de namoro, com qual idade e com quem.
- Como foram as primeiras experiências de sexo, com qual idade e com quem.
- Como foi a primeira vez que ganhou alguma coisa em troca de sexo e quantos anos tinha.
- O que recebeu em troca.
- Com quem foi (conhecido ou não; novo ou velho; pobre ou rico; qual a profissão) e qual era a relação da participante com essa pessoa.
- Onde aconteceu.
- De quem partiu o convite (verificar se envolveu violência ou intimidação).
- Se houve influência de alguém.
- Se houve consumo de bebida alcoólica ou outra droga.
- Se tomaram alguma medida de proteção contra doença ou gravidez e de quem foi a iniciativa.
- Se conversou a respeito disso com alguém e com quem.
- Se essa pessoa tomou alguma atitude quando soube.
- Se tinha namorado na época e se ele soube de alguma coisa.
- Se já morou com algum parceiro, quando e por quanto tempo (verificar se foi antes ou depois de começar a fazer programas).
- Se tem filhos, quantos e quais as idades.
- Se já fez aborto e quantos.

4. Programas sexuais:

- Quando decidiu fazer programas sexuais.
- Por que fez essa opção.
- Quantos anos tinha.
- Se houve a influência de alguém.
- Se alguém da família fazia ou já fez programas.
- Se continuou morando na mesma casa, na mesma vizinhança, na mesma cidade.

- O que mudou na vida da participante a partir dos programas.
- Como os programas são combinados (verificar se há interferência de alguém).
- Onde os programas costumam acontecer e por que em tais locais.
- Quem são os clientes e como eles chegam até a participante.
- Se existe alguém que forneça segurança ou participa da negociação do programa.
- Se toma medidas de proteção para evitar doenças ou gravidez.
- Quantos programas faz por semana.
- Em quais dias da semana e em quais horários.
- Se a participante se prepara para os programas e como.
- Quanto ganha em cada um.
- O que faz com o dinheiro.
- O que já ganhou além de dinheiro.
- Quem sabe e quem não sabe sobre os programas.
- Como é fazer programas.
- Qual a opinião da participante sobre outras meninas que fazem programas.
- Se já se sentiu discriminada e em qual situação.
- Se já sofreu agressão ao fazer programas.
- Se pretende parar de fazer programas e quando.
- Como vê o seu futuro.

5. Cotidiano:

- Como é o dia-a-dia da participante.
- O que gosta de fazer.
- Se consome alguma droga e em que situação.
- Como são as relações com a família ao longo desse tempo.
- Com quem a participante tem amizade.
- Quem é a pessoa por quem ela tem maior admiração.

Ao final, perguntar se a participante gostaria de acrescentar alguma coisa ao que lhe foi perguntado.

